

**UNIVERSIDADE CATÓLICA DO SALVADOR  
PROGRAMA DE MESTRADO EM FAMÍLIA NA  
SOCIEDADE CONTEMPORÂNEA**

**ELISÂNGELA CONCEIÇÃO PEREIRA DA SILVA**

**O SILENCIAMENTO DA VIOLÊNCIA CONJUGAL  
CONTRA A MULHER: UM ESTUDO DE CASO NA CIDADE  
DE CACHOEIRA, BAHIA**

Salvador  
2009

**ELISÂNGELA CONCEIÇÃO PEREIRA DA SILVA**

**O SILENCIAMENTO DA VIOLÊNCIA CONJUGAL  
CONTRA A MULHER: UM ESTUDO DE CASO NA CIDADE  
DE CACHOEIRA, BAHIA**

Dissertação apresentada à Universidade Católica do Salvador como requisito parcial para a obtenção do título de Mestre em Família na Sociedade Contemporânea.

Orientadora: Profa. Dra. Elaine Pedreira Rabinovich

Salvador  
2009

S586s      Silva, Elisângela Conceição Pereira da.  
              O silenciamento da violência conjugal contra a mulher: um  
              estudo de caso na cidade de cachoeira, Bahia / Elisângela  
              Conceição Pereira da. – Salvador, 2009.  
              130 f.: il.; 30 cm.

*Orientadora: Profa. Dra. Elaine Pedreira Rabinovich*

              Disertação (Mestrado) – Universidade Católica do Salvador,  
              2009.

              1. Violência Conjugal - Mulher. 2. Silenciamento. 3.  
              Cidade de Cachoeira - Bahia. I. Rabinovich, Elaine Pedreira.  
              II. Título.

CDD 362.82

**ELISÂNGELA CONCEIÇÃO PEREIRA DA SILVA**

**O SILENCIAMENTO DA VIOLÊNCIA CONJUGAL  
CONTRA A MULHER: UM ESTUDO DE CASO NA CIDADE  
DE CACHOEIRA, BAHIA**

Dissertação apresentada à Universidade Católica do Salvador como requisito parcial para a obtenção do título de Mestre em Família na Sociedade Contemporânea.

APROVADO EM: \_\_\_\_ / \_\_\_\_ / \_\_\_\_

**BANCA EXAMINADORA**

---

Profa. Dra. Elaine Pedreira Rabinovich

---

Profa. Dra. Célia Nunes

---

Profa. Dra. Ana Claudia Pacheco

Salvador  
2009

## AGRADECIMENTOS

Agradeço a Deus pela vida e pela oportunidade de avançar um pouco mais nos estudos; à Professora Dra Vanessa Ribeiro Simon Cavalcanti por me mostrar que para atingirmos os nossos sonhos não devemos esperar por ninguém, mas acreditar em si, mesmo ouvindo não; à professora Anamélia Lins e Silva Franco pelas contribuições dadas a este trabalho; à minha orientadora Professora Doutora Elaine Pedreira Rabinovich pelo profissionalismo exemplar, por acreditar e amar o que faz, pela sua motivação, compromisso e ética, pelo seu lado humano e sincero, para ela toda a minha admiração; a todos os professores deste Mestrado que contribuíram para me possibilitar um novo olhar da sociedade; à Professora Dra Célia Nunes Silva pelas considerações e profissionalismo, e por se colocar acessível para ajudar; à Professora Dra Ana Cláudia Pacheco pelo profissionalismo e boa vontade em disponibilizar sugestões; à Daisy pela ajuda e apoio na reta final desse trabalho, cuja ajuda foi fundamental; à Ana Cláudia Santos pela atenção, interesse e otimismo, nos momentos de desânimo; à minha filha linda, razão da minha vida e da minha busca constante em melhorar como profissional e como ser humano; aos meus pais Emanuel e Eunice pela torcida em querer ver sempre o meu sucesso e pela contribuição na formação do meu caráter; à minha avó Benedita que, pelo simples fato de existir já me enche de felicidade e paz; aos meus irmãos por se colocarem à disposição quando preciso; ao meu esposo Handerson por sua alegria e entusiasmo pela vida, pelo amor e paciência; a meus tios Raimundo Rocha e Manuel Passos pelas dicas, apoio e experiência intelectual que me mostrou o norte nos momentos de angústia; a meus avós Anarolino Theodoro, Dário Hermes, Maria Olga Oliveira, e a Gricéria Borba que, apesar de não estar mais neste plano, com certeza cuida e torce por mim como anjos da guarda; a Iracema que sempre me ensinou a ter esperança, a acreditar na vida e com seu exemplo ensinou-me a ser forte e a continuar sempre, ora avançando, ora puxando o freio de mão; a todos meus amigos que perto ou longe sempre torceram pelo meu bem; e, principalmente, aos moradores de Cachoeira, sem a ajuda dos quais esse trabalho não teria sido realizado e aos quais ele está dirigido.

“Somos o que fazemos. Nos dias em que fazemos, existimos.  
Nos outros, apenas duramos. O que não se faz não existe.”

Padre Antônio Vieira

## RESUMO

Este estudo aborda a violência conjugal no município de Cachoeira, Bahia, do ponto de vista de seu silenciamento. Proposto por Boaventura Sousa Santos, o silenciamento seria produzido histórica e socialmente pelo poder hegemônico, ocorrendo um “epistemicídio”: o assassinato, no dominado, da possibilidade de existir como ser dotado de capacidade de pensar por si. A construção de sua identidade se dá pela palavra do outro. A hipótese subjacente ao presente estudo é a de que haveria uma “concertação” societária conduzindo ao silenciamento da violência conjugal, ancorada em práticas sócio-históricas de várias temporalidades. Para compor um *corpus* empírico deste trabalho, foram coletados dados de fontes e instrumentos variados e disponíveis, de modo a compor um panorama dos atores da cidade, a saber: dados censitários; dados iconográficos; aplicados 159 questionários semi-estruturados aos seguintes segmentos da sociedade cachoeirense: *saúde*: enfermeira e médicos; *educação*: estudantes e professores; *sociedade civil*: comerciantes e feirantes; *religião*: padre, freiras e irmandades; *poder público*: funcionários da delegacia, secretários e políticos; *violentada*: uma entrevista com mulher que sofreu violência; *processos crimes*: cinco casos, anos 1995, 1996 e 2008, dados cedidos pelo Centro de Documentação e Estatística Policial (CEDEP), período 2004 a 2007; *memória*: transcrição de quatro casos que chocaram a sociedade, anos 1955, 1965, 1998 e 2003. Cada um desses estudos foi objeto de uma análise particular à qual se seguiu uma análise geral quantitativa. Esta análise confirmou com alto grau de fidedignidade que os moradores de Cachoeira conhecem casos de violência, mas não o denunciam. Em termos legais, a violência contra a mulher só ganha expressividade social quando ocorre o feminicídio. Não há delegacia especializada para atendimento a mulher em situação de violência nem uma preocupação do poder público e das escolas em abordar a temática. A população, em geral, omite-se. Embora evidenciando um crescente desnudamento desta violência, os dados do CEDEP não correspondem à realidade no seu todo. Portanto, este estudo confirma o silenciamento da violência conjugal contra a mulher, que não é denunciada, em parte, por não ser concebida como tal. Propõe-se uma ação dirigida a homens e mulheres no sentido de conscientizar a população dos significados “silenciados” associados a práticas de violências para que, ao perceber possibilidades futuras re-interpretando o passado, possam alterar o presente.

**Palavras-chave:** Violência. Conjugalidade. Cachoeira. Silenciamento.

## ABSTRACT

This study focused the conjugal violence in Cachoeira, Bahia, from the point of view of its silencing. Proposed by Boaventura Sousa Santos, the "silencing" would be produced historically and socially for the hegemonic power, occurring an "epistemicide": the murder, in the dominated one, of the possibility to exist as a being endowed of the capacity of thinking by him/herself. The construction of his/her identity occurs through other's voice. The underlying hypothesis of this study is that a societal "concertation" leads to the "silencing" of the conjugal violence, anchored in several temporalities of social-historical practices. To compose the empirical corpus of this work, there were collected data of diverse and available sources as a panoramic view of the actors of the city: census data; iconographic data; 159 semi-structured questionnaires applied to the following social segments: health: nurse and doctors; education: students and teachers; civil society: traders and market traders; religion: priest, nuns and black women religious order; public power: clerks of the police station, secretaries and politicians; an interview with a woman who suffered violence; crimes processes: five cases, years 1995, 1996 and 2008, Centre of Documentation and Statistical Policewoman (CEDEP), period 2004 to 2007; remembrance: transcription of four cases that shocked the society, years 1955, 1965, 1998 and 2003. Each of these studies was object of a particular analysis followed by a general quantitative analysis. This analysis confirmed that the residents of Cachoeira know cases of violence, but they do not denounce it. In legal terms, the violence against the woman only gains social expressiveness when a woman's murder takes place. There is no specialized office for the abused women to attend or the public power or schools gave place to focus this theme. The population, in general, omits itself from any responsibility. Even showing an increase of this violence, the data of the CEDEP do not correspond completely to facts. Therefore, this study confirms the silencing of conjugal violence against woman, which is not denounced, in part, because of not being conceived as such. It is proposed an action directed to men and women to making them aware of the "silenced" meanings associated to practices of violence, so that realizing future possibilities as they re-interpret their past, they can acquire means to alter their present.

**Key words:** Violence. Conjuality. Cachoeira. Silencing.



## **LISTA DE GRÁFICOS**

Gráfico - 1 Educação, renda e longevidade, Cachoeira, 2000

63

## LISTA DE QUADROS

Quadro - 1	Rememorização de casos chocantes, Cachoeira, 2008	72
Quadro - 2	Processos Crimes, Cachoeira, 2008	85
Quadro - 3	Violência para estudantes, Cachoeira, 2008	93
Quadro - 4	Respostas dos policiais militares à questão de terem denunciado a violência contra a mulher e o motivo da denúncia, Cachoeira, 2009	105

## LISTA DE TABELAS

Tabela 1 –	Violência doméstica no mundo	30
Tabela 2 –	Violência doméstica no mundo	30
Tabela 3 –	Violência contra mulher em Cachoeira, 2004-2006	32
Tabela 4 –	Avaliação da Lei Maria da Penha nos últimos oito meses iniciais de vigência (outubro de 2006 a maio de 2007)	49
Tabela 5 –	Caracterização do território, Cachoeira, 2000	59
Tabela 6 –	População por situação de domicílio: 1991 e 2000, Cachoeira, 2000	59
Tabela 7 –	Nível de educação da população adulta (25 anos ou mais), Cachoeira, 1991 e 2000	61
Tabela 8 –	Indicadores de renda, pobreza e desigualdade, Cachoeira, 1991 e 2000	61
Tabela 9 –	Acesso a serviços básicos, Cachoeira, 1991 e 2000	62
Tabela 10 –	Acesso a bens de consumo, Cachoeira, 1991 e 2000	62
Tabela 11 –	Indicadores de vulnerabilidade familiar, Cachoeira, 1991 e 2000	62
Tabela 12 –	Desenvolvimento Humano Municipal, Cachoeira, 2000	63
Tabela 13 –	Número de habitantes por raça ou cor, Cachoeira, 2000	64
Tabela 14 –	Violência contra mulher em Cruz das Almas: janeiro a dezembro de 2007	65
Tabela 15 –	Violência contra mulher em Muritiba: janeiro a dezembro de 2007	65
Tabela 16 –	Violência contra mulher em São Félix: janeiro a dezembro de 2007	65
Tabela 17 –	Violência contra mulher em Cachoeira: janeiro a dezembro de 2007	66
Tabela 18 –	Categorias sócio-profissionais de entrevistados em Cachoeira, 2009	68
Tabela 19 –	Violência contra mulher em Cachoeira: janeiro a dezembro de 2007	86
Tabela 20 –	Sexo dos participantes da pesquisa, Cachoeira, 2009	106
Tabela 21 –	Função do participante, Cachoeira, 2009	107
Tabela 22 –	Idade dos Participantes, Cachoeira, 2009	109
Tabela 23 –	Acredita haver violência contra mulher em Cachoeira, 2009	110
Tabela 24 –	Presenciou violência entre casais, Cachoeira, 2009	110
Tabela 25 –	Tipo de violência presenciada, Cachoeira, 2009	110
Tabela 26 –	Sexo de quem presenciou (ou socorreu) algum tipo de violência entre casais, Cachoeira, 2009	111

Tabela 27 – Função do participante e se presenciou (ou socorreu) violência entre casais, Cachoeira, 2009	112
Tabela 28 – Denúncia da violência, Cachoeira, 2009	112
Tabela 29 – Denúncia segundo o sexo, Cachoeira, 2009	113
Tabela 30 – Idade dos denunciantes, Cachoeira, 2009	113
Tabela 31 – Função do denunciante, Cachoeira, 2009	114
Tabela 32 – Conhecimento da lei Maria da Penha, Cachoeira, 2009	115

## **LISTA DE SIGLAS**

CEDED	Centro de Documentação e Estatística Policial
CEAFRO	Educação e Profissionalização para a Igualdade Racial e de Gênero
CHAME	Centro Humanitário de Apoio à Mulher
DEAM	Delegacias de Defesa da Mulher
FPA	Fundação Perseu Abramo
IBGE	Instituto Brasileiro de Geografia e Estatística
MDF	Ministério Público do Distrito
NEIM	Núcleo de Estudos Interdisciplinares Sobre a Mulher
PNAD	Pesquisa Nacional por Amostra de Domicílios
SPM	Secretaria Especial de Políticas Públicas para Mulher
CEDAW	Comitê para a Eliminação da Discriminação contra a Mulher

## SUMÁRIO

1	<b>INTRODUÇÃO</b>	15
2	<b>VIOLÊNCIA E CONJUGALIDADE</b>	18
2.1	O CONCEITO DE SILENCIAMENTO	18
2.2	VIOLÊNCIA, FAMÍLIA E CONJUGALIDADE	23
2.3	CONTEXTUALIZAÇÃO DA VIOLÊNCIA CONTRA A MULHER	29
2.4	PODER E TENSÕES: IMPACTOS NA RELAÇÃO CONJUGAL	34
3	<b>VIOLÊNCIA CONTRA MULHER E POLÍTICAS PÚBLICAS</b>	43
3.1	DIREITOS HUMANOS: A CONVENÇÃO SOBRE OS DIREITOS DA MULHER	43
3.2	POLÍTICAS PÚBLICAS PARA MULHERES EM SITUAÇÃO DE VIOLÊNCIA	48
4	<b>CACHOEIRA COMO <i>LOCUS</i> DA VIOLÊNCIA</b>	53
4.1	CONTEXTO SÓCIO-HISTÓRICO DE CACHOEIRA: A ESCRAVIDÃO E O RECÔNCAVO BAIANO	53
4.1.1	<b>Sobre o Recôncavo</b>	53
4.1.2	<b>Rio Paraguaçu</b>	54
4.1.3	<b>Escravidão</b>	56
4.1.4	<b>Revoltas nos engenhos</b>	57
4.2	CIDADE DA CACHOEIRA	58
5	<b>ESTUDO DE CASO</b>	67
5.1	PERCURSO METODOLÓGICO	67
5.2	UMA “ARQUEOLOGIA VIRTUAL DO PRESENTE” DA VIOLÊNCIA CONJUGAL EM CACHOEIRA	69
5.3	REMEMORIZAÇÃO DE FATOS CHOCANTES: NA VOZ (OU BORBURINHOS) DA COMUNIDADE CACHOEIRANA	69
5.4	PROCESSOS CRIMES	75
5.5	MULHER QUE SOFREU VIOLÊNCIA: ENTREVISTA	89
5.6	A VIOLÊNCIA CONJUGAL CONTRA MULHER: ESTUDO COM AS CATEGORIAS SÓCIO-ECONÔMICAS DA CIDADE DA CACHOEIRA	92

5.6.1	<b>A escola em cachoeira: alunos e professores</b>	92
5.6.1.1	Alunos	93
5.6.1.2	Professores	95
5.6.2	<b>A Sociedade Civil: Feirantes e Comerciantes</b>	98
5.6.2.1	Feirantes	98
5.6.2.2	Comerciantes	98
5.6.3	<b>Saúde</b>	99
5.6.3.1	Os Médicos	99
5.7	<b>O PODER RELIGIOSO: FREIRAS, PADRE, REPRESENTANTE DA IRMANDADE DA BOA MORTE E CANDOMBLÉ</b>	100
5.7.1	<b>Freiras: Irmãs Sacramentinas e Padre</b>	100
5.7.2	<b>Candomblé</b>	101
5.8	<b>O PODER POLÍTICO: VICE-PREFEITO, SECRETÁRIA DA ASSISTÊNCIA SOCIAL E DE EDUCAÇÃO</b>	102
5.8.1	<b>Vice-Prefeito</b>	102
5.8.2	<b>Secretária de Assistência Social</b>	103
5.8.3	<b>Secretário de Educação</b>	104
5.9	<b>A POLÍCIA: POLÍCIA CIVIL E POLÍCIA MILITAR</b>	104
5.9.1	<b>Polícia Civil</b>	104
5.9.2	<b>Polícia Militar</b>	105
5.10	<b>ANÁLISE QUANTITATIVA DAS ENTREVISTAS</b>	106
6	<b>CONSIDERAÇÕES FINAIS</b>	116
	<b>REFERÊNCIAS</b>	120
	<b>APÊNDICES</b>	126

## 1 INTRODUÇÃO

A violência conjugal contra mulher é um tema que tem recebido atenção contemporaneamente devido à mudança da posição da mulher na sociedade em geral. A relação violenta, além do casal, se reflete nas dinâmicas relacionais que envolvem a família. Porém, este tipo de agressão, tem sido pouco estudado nos municípios menores, devido à maior visibilidade da temática nos grandes centros onde os movimentos feministas estão mais estruturados e atuantes e onde mais pesquisadores têm acesso a dados envolvendo tal violência.

O termo violência doméstica tem sido utilizado para se referir a todas as formas de violência praticada no ambiente familiar; porém reflete, geralmente, a violência contra a mulher perpetrada por seu parceiro íntimo, seja cônjuge ou companheiro. (MENEZES, 2003). Assim, no presente estudo, estamos utilizando o termo violência conjugal como a perpetrada por seu parceiro íntimo, seja ela realizada no ambiente privado (doméstico) ou público (na rua).

O presente trabalho surgiu da minha vivência pessoal, como cidadã, nascida e moradora, de Cachoeira, cidade localizada no Recôncavo baiano. Esta vivência fez emergir a seguinte problemática: Porque a sociedade cachoeirana silencia ante a violência conjugal contra a mulher?

Portanto, esta pesquisa assumiu como hipóteses que:

- a) a violência contra a mulher em Cachoeira existe;
- b) a violência contra a mulher em Cachoeira é silenciada.

Esta hipótese está ancorada nos seguintes indícios:

- a) vários casos de violência permanecem na memória popular e podem ser acessados por relatos de moradores;
- b) apesar de Cachoeira ficar apenas a uma hora e meia de Salvador, não existe o cumprimento das políticas públicas nacionais direcionadas para a temática. Este fato pode influenciar sobre os dados reais de violência contra a mulher em Cachoeira;



- c) a violência contra mulher em Cachoeira somente é revelada quando ocorre feminicídio, ou através de dados do CEDEP e Processos Crimes;
- d) as escolas, em Cachoeira, não têm no seu programa de aulas temas referentes à violência contra a mulher.

Assim, esta pesquisa tem como objetivo geral realizar um estudo de caso múltiplo e exploratório focalizando a violência conjugal contra a mulher, no município de Cachoeira, Bahia.

Propõe como objetivos específicos:

- a) coletar e mostrar dados que permitam visualizar a violência em Cachoeira, Bahia, por meio de entrevistas realizadas com setores representativos da sociedade local;
- b) identificar a importância que a sociedade cachoeirana dá à violência conjugal contra a mulher através da existência ou não de informações educativas nas escolas sobre a temática, de políticas públicas que amparem a mulher violentada e da opinião popular conforme os questionários aplicados;
- c) realizar estudo dos processos crimes como forma de revelar a violência conjugal em Cachoeira, especificando o local em que ocorre, tipo de violência, característica, dentre outros.

Inicialmente, apresentaremos um item em que abordaremos questões atinentes à configuração familiar, à conjugalidade e à emergência da violência como fenômeno psicológico, social, histórico e ao conceito de silenciamento. A seguir, aspectos da violência contra mulher e políticas públicas. Devido ao fato da cidade de Cachoeira consistir não apenas no lócus onde o fenômeno é estudado como também fazendo parte do fenômeno em pauta devido à sua inserção sócio-histórica, um item é dedicado à apresentação do contexto sócio-demográfico e histórico da cidade.

Ao percurso metodológico, segue-se o corpus empírico do estudo, dividido em três conjuntos de dados, cada um deles seguido de sua subsequente análise. Apresentaremos primeiramente os dados “arqueológicos” e sua análise: os retidos pela memória da cidade; os registrados nos autos;

e o relato de um caso. A seguir, serão detalhados aspectos qualitativos das entrevistas realizadas. Finalizando este item, apresentaremos a análise quantitativa dos questionários respondidos por vários segmentos da população. Como considerações finais, apresentaremos as conclusões e sugestões que emergem do estudo quanto a práticas para lidar com o fenômeno em pauta.

## 2 VIOLÊNCIA E CONJUGALIDADE

### 2.1 O CONCEITO DE SILENCIAMENTO

Conforme será visto neste item, pretendemos, neste estudo, focalizar o fenômeno da violência contra a mulher pelo marido/companheiro dentro uma perspectiva ainda não vista: como um caso particular de um caso geral que pode ser descrito pelo conceito que Boaventura Sousa Santos denominado “silenciamento.” Trata-se de um conceito chave para a compreensão do estudo, pois ele fundamenta os dados encontrados na pesquisa de campo.

Segundo Santos (2006, p. 784), “Fundada na razão metonímica, a transformação do mundo não pode ser acompanhada por uma adequada compreensão do mundo. Essa inadequação significou violência, destruição e silenciamento [...]” Santos é sociólogo e autor de uma reflexão teórica e epistemológica de um conceito que ajudará a fundamentar este trabalho: o de silenciamento. Para tal, o autor utiliza a “sociologia das ausências”: o desperdício da experiência social, a crítica da razão metonímica e a razão proléptica<sup>1</sup>, dentre outros termos, para fundamentar sua lógica. Em seguida, serão esclarecidas as terminologias citadas acima, para sua maior compreensão e possibilidade de análise e reflexão da ampliação, realizada pelo autor, do conceito de silenciamento conforme desenvolvido por ele anteriormente. (SANTOS, 1995). O objetivo dessa apresentação, atrela-se à sua contribuição para entender porque as mulheres e a sociedade cachoeirana tendem ao silenciamento, diante da violência conjugal.

Conforme Santos (2006), a razão metonímica é aquela que se reivindica como a única forma de racionalidade e, por conseguinte, não se aplica a descobrir outros tipos de racionalidade ou, se o faz, falo apenas para torná-las matéria-prima; enquanto a razão proléptica não se aplica a pensar o futuro, porque julga que sabe tudo a respeito dele e o concebe como uma superação linear, automática e infinita do presente. Ao realizar a crítica da razão metonímia, propõe um modelo

---

<sup>1</sup> Proléptica: [do grego *proleptikód*, ‘que antecipa’]. *Adj.* 1. referente a prolepse. 2. Diz-se dum fato que se fixa segundo uma era ou método cronológico ainda não conhecido quando ele ocorreu. Prolepse: Figura pela qual se refutam ou destroem antecipadamente as objeções do adversário. Novo Dicionário Aurélio. 1. ed. Rio de Janeiro: Nova Fronteira, 1975.

diferente de racionalidade, percebendo a limitação dessa razão e desafiando uma concepção que acredita, apesar de muito desacreditada, na razão metonímica ainda como dominante.

A razão metonímia é obcecada pela idéia de totalidade, sendo o todo mais importante do que as partes que o compõem; nenhuma das partes pode ser pensada fora da relação de totalidade. Essa forma de pensar possibilita uma visão abreviada do mundo, insegura em seus fundamentos, caracterizada pela ausência de argumentação e da retórica. Portanto, esta forma de ver subtrai ou diminui o mundo, escondendo a maior parte da riqueza inesgotável das experiências sociais. A pobreza da experiência não é expressão de carência, mas da arrogância de não se querer ver e valorizar a experiência que nos cerca, apenas porque está fora da razão com que podemos identificá-la e valorizá-la. Isto leva à alienação, à inconsciência, à ignorância e conseqüentemente, ao silenciamento diante das questões individuais e do mundo.

Santos (2006) menciona que a sociologia das ausências trata de uma investigação que visa demonstrar que o que não existe é, na verdade, ativamente produzido como não existente, isto é, como alternativa não-credível ao que existe. O seu objeto empírico é considerado impossível à luz das ciências sociais convencionais, pelo que a sua simples formulação já representa uma ruptura com elas. O objetivo da sociologia das ausências é transformar objetos impossíveis em possíveis, e com base neles transformar as ausências em presenças. Para explicar a produção da não-existência, da invisibilidade, Santos atribui ao fato de serem todas elas manifestações da mesma monocultura racional e distingue cinco lógicas ou modos de produção da não-existência.

A primeira lógica deriva da monocultura da saber e do rigor do saber. Este é o modo de produção de não-existência mais poderoso, pois esta lógica se embasa em que tudo o que cânone não legitima ou reconhece é declarado inexistente. A não-existência assume aqui a forma de ignorância ou de incultura.

A segunda lógica assenta na monocultura do tempo linear, a idéia de que a história tem sentido e direção únicos e conhecidos. Esta lógica produz não-existência declarando atrasado tudo o que, segundo a norma temporal, é assimétrico em relação ao que é declarado avançado. É nos termos

desta lógica que a modernidade ocidental produz a não-contemporaneidade do contemporâneo, a idéia de que a simultaneidade esconde as assimetrias dos tempos históricos que nela convergem.

A terceira lógica é a da classificação social, que assenta na monocultura da naturalização das diferenças. Consiste na distribuição das populações por categorias que naturalizam hierarquias. A classificação racial e a classificação sexual são as mais salientes manifestações desta lógica, estabelecendo a relação de dominação como consequência e não a causa dessa hierarquia e pode ser mesmo considerada como uma obrigação de quem é classificada como superior (por exemplo, o fardo de homem branco em sua missão civilizadora). De acordo com esta lógica, a não existência é produzida sob a forma de inferioridade insuperável porque natural. Quem é inferior, porque é insuportavelmente inferior, não pode ser uma alternativa credível a quem é superior.

A quarta lógica da produção da inexistência é a lógica da escala dominante que se fundamenta na escala dominante que aparece sob duas formas principais: o universal e o global. O universalismo é a escala das entidades ou realidades que vigoram independentemente de contextos específicos. Tem, por isso, precedência sobre todas as outras realidades que dependem de contextos e que por essa razão são consideradas particulares ou vernáculas. A globalização é a escala que privilegia as entidades ou realidades que alargam o seu âmbito a todo o globo e que, ao fazê-lo, adquirem a prerrogativa de designar entidades ou realidades rivais como locais. No âmbito desta lógica, a não existência é produzida sob a forma do particular e do local. As entidades ou realidades definidas como particulares ou locais estão aprisionadas em escalas que as incapacitam de serem alternativas credíveis ao que existe de modo universal ou global.

Finalmente, a quinta lógica de não existência é a lógica produtivista e assenta na monocultura dos critérios de produtividade capitalista. Segundo Santos (2006), nesta lógica a não-existência é produzida sobre a forma do improdutivo que, aplicada à natureza, é esterilidade e, aplicada ao trabalho, é preguiça ou desqualificação profissional.

São, assim, cinco as principais formas sociais de não existência produzidas ou legitimadas pela razão metonímica: o ignorante, o residual, o inferior, o local e o improdutivo.

[...] Tratam-se de formas sociais de inexistência porque as realidades que elas conformam estão apenas presentes como obstáculos em relação às realidades que contam como importantes, sejam elas realidades científicas, avançadas, superiores, globais ou produtivas. São, pois, partes desqualificadas de totalidades homogêneas que, como tal, apenas confirmam o que existe e tal como existe. São o que existe sob formas irreversivelmente desqualificadas de existir. (SANTOS, 2006, p. 789).

A produção social destas ausências resulta na subtração do mundo e na contração do presente e, portanto, no desperdício da experiência. A sociologia das ausências visa identificar o âmbito dessa subtração e da contração de modo a que as experiências produzidas como ausentes sejam libertadas dessas relações de produção e, por essa via, se tornem presentes. Dessa forma ela busca criar uma carência e transformar a falta da experiência social em desperdício da experiência social. Ela parte de duas indagações: a primeira respeita as razões por que uma concepção tão estranha e tão excludente de totalidade obteve tão grande primazia nos últimos duzentos anos. A segunda indagação busca identificar os modos de confrontar e superar essa concepção de totalidade e a razão metonímica que a sustenta. “Neste domínio, a sociologia das ausências visa libertar as práticas sociais do seu estatuto de resíduo, restituindo-lhes a sua temporalidade própria e, assim, a possibilidade de desenvolvimento autônomo.” (SANTOS, 2006, p. 791).

As realidades ausentes se materializam socialmente por via do silenciamento, da supressão e da marginalização, isto é, as realidades que são ativamente produzidas como não existentes. Em conclusão, o exercício da sociologia das ausências é contrafactual e tem lugar através de uma confrontação com o senso comum científico tradicional. Para ser levado a cabo, exige imaginação sociológica. Santos (2006) distingue dois tipos de imaginação: a imaginação epistemológica e a imaginação democrática. A imaginação epistemológica permite diversificar os saberes, as perspectivas e as escalas de identificação, análise e avaliação das práticas. A imaginação democrática permite o reconhecimento de diferentes práticas e atores sociais. Tanto a imaginação epistemológica como a imaginação democrática têm uma dimensão desconstrutiva e uma dimensão reconstrutiva. A desconstrução assume cinco formas, correspondentes à crítica das cinco lógicas da razão metonímica, ou seja, despensar, desresidualizar, desracionalizar, deslocalizar e desproduzir.

A razão proléptica é a face da razão indolente quando concebe o futuro a partir da monocultura do tempo linear. Esta monocultura do tempo linear, ao mesmo tempo que contraiu o presente, como vimos atrás ao analisar a razão metonímica, dilatou enormemente o futuro. (SANTOS, 2006, p. 794).

Santos (2006) afirma que enquanto a crítica da razão metonímica tem por objetivo dilatar o presente, a crítica da razão proléptica tem por objetivo contrair o futuro. Enquanto a dilatação do presente é obtida através da sociologia das ausências, a contração do futuro é obtida através da sociologia das emergências. A sociologia das emergências consiste em subtrair o vazio do futuro segundo o tempo linear por um futuro de possibilidades plurais e concretas, simultaneamente utópicas e realistas, que se vão construindo no presente através das atividades de cuidado.

O conceito que preside à sociologia das emergências é o conceito de Ainda-Não (Noch Nicht) proposto por Ernest Bloch (1995). Bloch insurge-se contra o fato de a filosofia ocidental ter sido dominada pelos conceitos de Tudo (Alles) e Nada (Nichts), nos quais tudo parece estar contido como latência, mas donde nada novo pode surgir. Daí que a filosofia ocidental seja um pensamento estático. Para Bloch, o possível é o mais incerto, o mais ignorado conceito da filosofia ocidental (1995: 241). E, no entanto, só o possível permite revelar a totalidade inesgotável do mundo. Bloch introduz, assim, dois novos conceitos, o Não (Nicht) e o Ainda-Não (Noch Nicht). O Não é a falta de algo e a expressão da vontade de superar essa falta. É por isso que o Não se distingue do Nada (1995, p. 306). Dizer não é dizer sim a algo diferente. O Ainda-Não é a categoria mais complexa, porque exprime o que existe apenas como tendência, um movimento latente no processo de se manifestar. O Ainda-Não é o modo como o futuro se inscreve no presente e o dilata. (SANTOS, 2006, p. 795).

Objetivamente, o Ainda-Não é, por um lado, capacidade e, por outro, possibilidade. Esta possibilidade tem um componente de escuridão que reside na origem dessa possibilidade no momento vivido, que nunca é inteiramente visível para si próprio, e tem também um componente de incerteza que resulta de uma dupla carência: o conhecimento apenas parcial das condições que podem concretizar a possibilidade; o fato de essas condições só existirem parcialmente.

Das três categorias modais da existência: a realidade, a necessidade, e a possibilidade - a razão indolente (que fundamenta a razão proléptica) centrou-se nas duas primeiras e descurou totalmente a terceira. Santos (2006) cita Hegel para afirmar que o possível ou não existe ou não é diferente do que existe porque está contido no real e, por isso, em qualquer dos casos, não merece ser pensado.

Enquanto a sociologia das ausências amplia o presente, juntando ao real existente o que dele foi subtraído pela razão metonímica, a sociologia das emergências amplia o presente, juntando ao real amplo as possibilidades e expectativas futuras que se comporta. Neste último caso, a

ampliação do presente implica a contração do futuro, na medida em que o Ainda-Não, longe de ser um futuro vazio e infinito, é um futuro concreto, sempre incerto e sempre em perigo.

A amplificação simbólica operada pela sociologia das emergências visa analisar numa dada prática, experiência ou forma de saber o que nela existe apenas como tendência ou possibilidade futura. Ela age tanto sobre as possibilidades como sobre capacidades. Identifica sinais, pistas ou traços de possibilidades futuros em tudo o que existe. Também aqui se trata de investigar uma ausência, mas enquanto na sociologia das ausências o que é ativamente produzido como não existente está disponível aqui e agora, ainda que silenciado, marginalizado ou desqualificado, na sociologia das emergências a ausência é de uma possibilidade futura ainda por identificar e uma capacidade ainda não plenamente formada para levar a cabo.

Ambos os conceitos: sociologia das ausências e sociologia das emergências - permitem fundamentar o presente estudo na medida em que um aponta para o passado a história dos grupos sociais que ocupam atualmente a cidade de Cachoeira, conforme inscrito e atuante no presente silenciamento quanto à violência contra a mulher, e o segundo, desse mesmo presente, propõe a possibilidade de identificar, a partir das forças silenciadas, no seu próprio processo, sua capacidade de auto-transformação.

## 2.2 VIOLÊNCIA, FAMÍLIA E CONJUGALIDADE

Neste item, abordaremos questões atinentes à configuração familiar, à conjugalidade e à emergência da violência como fenômeno psicológico. “Trata-se da violência como ruptura de qualquer forma de integridade da vítima: integridade física, integridade psíquica, integridade sexual, integridade moral. Observa-se que apenas a psíquica e a moral situam-se fora do palpável.” (SAFFIOTI, 2004, p.17).

Falar sobre violência é realizar um discurso sobre a família e suas dinâmicas relacionais. Este capítulo trará algumas contribuições teóricas, na ótica de Saffioti, Bruschini, Heilborn, Durham, Araújo, Hite, Chauí, Cavalcanti dentre outros, com o objetivo de respaldar o campo de análise de



dado e dar conta da complexidade da relação conjugal, principalmente quando envolve intimidade, afetividade e violência.

Araújo (2002) designa violência conjugal àquela que ocorre na família, envolvendo parentes (marido ou companheiro) que vivem ou não sob o mesmo teto, embora a probabilidade de ocorrência seja maior entre parentes que convivem cotidianamente no mesmo domicílio. A mesma autora menciona que a violência contra a mulher, embora ocorra frequentemente no espaço doméstico e familiar, não se restringe a ele, podendo ser perpetrada por parentes e não-parentes, dentro e fora do domicílio.

A discussão quanto à violência conjugal e/ou doméstica contra a mulher envolve questões ligadas à configuração familiar em seu contexto sócio-histórico assim como relacionada a dinâmicas próprias ao casal na contemporaneidade.

Mas a família é também um grupo social composto de indivíduos diferenciados por sexo e por idade, que se relacionam cotidianamente, gerando uma complexa e dinâmica trama de emoções: ela é um conjunto heterogêneo de seres com sua própria individualidade e personalidade. A sexualidade, a reprodução, a socialização são esferas potencialmente geradoras tanto de relações prazerosas quanto conflituosas. A divisão interna de papéis pode ser a expressão de importantes relações de dominação e submissão, na medida em que configura uma distribuição de privilégios, direitos e deveres dentro do grupo. (BRUSCHINI, 1989, p. 13).

Durham (1982) coloca à respeito da concepção da família patriarcal brasileira, aceita tantos anos como fundamento da organização não só da vida familiar, mas da própria sociedade estar sendo criticada pelo fato de ser caracterizada como demasiado restrita para abranger o conjunto dos segmentos sociais. A mesma autora define família como grupos sociais, estruturados através de relações de afinidade, descendência e consanguinidade, que se constituem como unidades de reprodução humana.

A família também assume um papel fundamental como primeiro núcleo de socialização e humanização, apesar da importância das relações conjugais serem baseadas na individualização e personalização. A família, como grupo social, vem acompanhando o processo social de mudança.

Porreca (2007) afirma que a família é marcada pelo ritmo cada vez mais acelerado das mudanças profundas e rápidas que caracterizam a sociedade atual e que impõem a valorização do individualismo e da competição, suplantando, paulatinamente, o familismo. Este é entendido como prática e representação da família por ser um grupo em que o interesse coletivo predomina sobre os interesses individuais. Essa tensão entre interesses individuais e coletivos é ampliada pela lealdade que os integrantes da unidade doméstica vivenciam no cotidiano entre os deveres com a família de origem, constituída por pais, irmãos e o local onde foram socializados – e a família de procriação, instituída pelo casamento e composta por cônjuges e filhos. “O contexto social, gerador de mudanças e, portanto, de provisoriedade e incerteza, produz reações diversas e aumenta a possibilidade de diferentes configurações familiares.” (PORRECA, 2007, p. 39).

A contemporaneidade trouxe a emancipação da mulher, a redefinição da relação conjugal e do trabalho doméstico, pois os pares estão no mercado de trabalho. Para Durham (1982), é nessa população que se manifestam de modo imediato e mais claro as tendências de desenvolvimento do igualitarismo individualista próprio da sociedade industrial. Essas tendências afetam diretamente o modelo da família, promovendo a contestação das relações de dominação-subordinação entre homem/mulher, o controle da sexualidade feminina e, portanto, a própria forma do vínculo conjugal. Nesse caso, a libertação sexual e a aceitação ou preferência pela mulher de uniões consensuais esporádicas ou permanentes, parece estar condicionada por dois fatores importantes: a possibilidade de independência econômica pela participação no mercado de trabalho em posições relativamente bem remuneradas e o acesso a técnicas eficazes de controle da natalidade.

As mudanças das representações sobre as identidades de gênero, bem como as conseqüentes transformações na forma como alguns casais lidavam com a questão da subjetividade e vivenciavam a intimidade, passaram a exigir uma reorganização da dinâmica do relacionamento conjugal, em que estavam presentes as representações modernizantes que envolviam a realização de aspirações associadas à vida conjugal, à reprodução biológica e ao futuro dos filhos. A estabilidade familiar e tudo o que ela comportava, como compatibilidade de gênio, adaptação sexual, harmonia conjugal e amor, passou a depender do mútuo consentimento dos cônjuges. (PORRECA, 2007, p. 32).

As transformações nas dinâmicas relacionais e nas identidades de gênero exigiram adaptação a outras formas de comportamento diante das novas exigências sociais, o que se refletiu em mudanças na vida do casal. A contemporaneidade trouxe para a mulher a visão do casamento

como forma de afetividade e satisfação pessoal. Porreca (2007) relata que ocorreram transformações sociais que incidiram sobre o conjunto da sociedade brasileira. Uma delas está relacionada às profundas mudanças na identidade de gênero feminino, associada à luta pela igualdade de direitos entre homens e mulheres.

Heilborn (1992) afirma que, há algumas décadas, uma acelerada modernização na área de costumes tem lugar, sobretudo entre as camadas médias e altas dos grandes centros metropolitanos. Esse fenômeno correlaciona-se com uma multiplicidade de outros, mas pode-se mencionar uma dinâmica econômica intensificada com forte concentração de renda presente no país nas décadas de 1960 e 1970, uma redução da família em tamanho e significado, a ampliação da educação superior, uma ampla exposição do Brasil à sociedade de massa, o surgimento do feminismo e de um incipiente movimento de liberação homossexual, enfim, variados fatores que tiveram nos segmentos médios seus elementos mais expostos e maiores beneficiários.

As transformações da sociedade moderna causaram como consequência, mudanças na relação de conjugalidade atual, pois a mesma tenta estabelecer princípios de igualdade, rejeitando qualquer assimetria entre os gêneros. Heilborn (1992) pontua que o casal moderno tem como regra sociológica a simetria e a mutualidade.

Um casal contém muito da relação social que a amizade representa nesse universo - apoio psicológico, companheirismo, embora ela admita uma certa interdição de relações sexuais - mas dela se diferencia justamente pela idéia de precedência sobre as demais relações. Mas, a conjugalidade moderna adota como ideal a preservação da autonomia individual e da singularidade que a relação da amizade nesse contexto moral exhibe. Entretanto, aí se esboçam seus limites de implementação, uma vez que, ainda que sem nenhuma sanção formal, o casal reivindica e funciona baseado na primazia frente a relações que lhe são comparativamente metonímicas. É uma relação que possui maior densidade do que as demais, caracterizando-se por um escrutínio regular do mundo das emoções com uma busca de nomeação de sentimentos que envolve. Tal aspecto é em tudo solidário com o cultivo da subjetividade. (HEILBORN, 1992, p. 146).

Caminhando em direção da compreensão do que ocorre em uma relação conjugal, pode-se ver que, mesmo com as transformações nos relacionamentos entre homem/mulher, a convivência a dois continua sendo uma forma de interação social que envolve reciprocidade.

Em primeiro lugar, se, por um lado, a dádiva visa à construção do laço, ao estabelecimento da relação amistosa, por outro lado, não há nada que envenene mais uma relação do que uma dádiva recusada. Tanto na relação amorosa, onde tal fato se torna muito visível, como em outras tentativas de criação de vínculos, como no cumprimento não respondido, na gentileza não valorizada, a doação rechaçada conduz à animosidade, o remédio torna-se veneno. É como se o ato de doar nos fizesse andar sobre o fio da navalha: abrimo-nos para o outro, e se ele não nos acolhe, sentimo-nos traídos, enganados. (MACHADO, 2004, p. 3).

Assim, um gesto de afeto não correspondido pode adquirir o significado de rejeição ou agressão, devido à densidade a que a relação do casal acabou sendo conduzida, dado a família passar a significar o que a rede de parentela anteriormente implicava: o modo de inserção da pessoa dentro da estrutura da sociedade.

Deste modo, o papel socializador e a forma como interagir com o outro são primordialmente vivenciados e assimilados no meio familiar, o que acarreta aprendizagem sobre os modelos de relação interpessoal. Muitas vezes, estes elegem a violência como forma de expressão.

Esse quadro fica mais complexo se, além de considerar a aprendizagem do “modelo de relação”, também levamos em conta um processo de identificação. Todo indivíduo, ao longo de seu desenvolvimento, toma como modelo os pais, pelo menos inicialmente, tanto para a construção de sua identidade no papel sexual que lhe “compete”, como em um esquema de relacionamento com o parceiro. No tocante ao primeiro aspecto, alguma dificuldade com o progenitor do mesmo sexo levará a obstáculos a serem superados na construção da identidade sexual correspondente. Uma filha que se sente rejeitada pela mãe, ou cuja mãe tem notáveis tabus sexuais em relação a impulsos emancipatórios no meio social circundante, provavelmente terá dificuldades para construir o seu próprio papel de mulher. Essas dificuldades podem se agravar quando, ao produto da relação diádica com a mãe, vieram se somar os efeitos do relacionamento entre a mãe e o pai, com complicações secundárias devidas à influência dos tabus maternos sobre a relação conjugal. Qualquer dificuldade nessa relação, decorrente de problemas psicológicos do progenitor com o qual os filhos se identificaram, vai levá-los, nas sucessivas relações com seus parceiros, à tentativa constante de encontrar uma solução para o problema apresentado na relação de origem. Portanto, aquilo que, aparentemente, seria uma dificuldade exclusiva dos pais, é na realidade um problema que envolve diretamente cada um dos filhos. (ANDOLFI, 1995, p. 52).

Desta maneira, Andolfi aponta para a importância de modelos parentais e de sua transmissão intergeracional. Isto ocasiona que o membro de um casal tem, em sua vida atual, de responder por histórias e dinâmicas das quais é herdeiro, freqüentemente sem o saber, isto é, inconscientemente.

Além disto, este autor aponta para as dificuldades que surgem quando os parceiros não conseguem satisfazer reciprocamente necessidades, freqüentemente projetadas no parceiro, ou então quando têm, um em relação ao outro, expectativas imaturas que não são atendidas.

Porreca (2007) afirma que na relação de submissão, os sujeitos sofrem e manifestam seu sofrimento de acordo com o uso que fazem do vocabulário disponível em sua época e em seu sentido social. O sofrimento depende da modalidade pela qual introjetou a linguagem e aprendeu a sentir e a nomear a experiência como angústia, dor, prazer ou satisfação. Donde, a questão de gênero é um fator preponderante na produção da violência social, interpessoal e familiar e tem um significado expressivo quando se fala sobre o impacto da violência sobre a família.

Anton (1991) menciona que quando uma pessoa consegue submeter outras a seus objetos e a seus caprichos, estes se tornam desprezíveis e praticamente inúteis: era este o objetivo inconsciente do agressor, mas uma vez atingido, torna-se fonte de frustrações.

O grau de energia agressiva mobilizada depende do tamanho e da importância da frustração, bem como da capacidade individual de tolerância à frustração (força de ego). Por isso, é importante que a criança, desde cedo, seja bem atendida em suas necessidades físicas e emocionais (e que, assim, desenvolva a confiança, a alegria e a capacidade de amar), mas não seja superprotegida, e que aprenda a respeitar o direito dos outros (como a intimidade dos pais e o brinquedo dos amiguinhos). Assim, ela aprende que nem tudo é como deseja, e que todos os direitos e deveres, capacidades, potencialidades apresentam limites. O modo como os pais lidam com a sua própria agressividade é fator educativo (ou “deseducativo”) da maior importância. Inclusive o estabelecimento de limites aos desejos e atitudes infantis demonstra a habilidade dos pais no manejo de seus impulsos agressivos, pois muitos destes desejos e atitudes criam algum tipo de frustração aos adultos, e conseqüentemente, mobilizam raiva. Esta pode ter diferentes graus de intensidade, desde um simples desgosto, até o mais terrível e destruidor dos ódios. (ANTON, 1991, p. 105-106).

A dinâmica frustração/ódio/agressão é um dos tripés mais conhecidos da psicologia. No entanto, mesmo que muitos modos de funcionamento psíquicos tenham sua origem na infância, a pessoa continua a se desenvolver até a sua morte, modificando-se e ao seu mundo interno.

Em resumo: as dimensões pelas quais podem ser analisadas as dinâmicas envolvendo a violência conjugal partem de níveis diversos: no tempo longo, aquele da constituição das configurações que regem a dinâmica conjugal; um tempo social, que delimita as formas de aparecimento da

violência; um tempo psicológico, que colore a dinâmica particular e única de cada casal. Porém, pretendeu-se ressaltar neste item é que as transformações decorrentes da mudança da posição da mulher no contexto sócio-econômico foram acompanhadas de histórias familiares, transmitidas intergeracionalmente, que predispueram ou não, as mulheres a sofrer violência conjugal.

Como veremos posteriormente, o contexto sócio-histórico de Cachoeira, devido à presença maciça da relação senhor/escravo, favoreceu o aparecimento e a manutenção de uma dinâmica da mulher sob o sistema escravocrata, ao mesmo tempo em que a herança africana colocava a mulher no centro de sua organização sócio-familiar. Deste modo, os conflitos no tempo psicológico são intensificados pelos elementos presentes quer no tempo social – a estruturação hierárquica e racial societária – quanto no tempo longo: o da formação do estado brasileiro e de seu povo, conectada à escravidão.

### 2.3 CONTEXTUALIZAÇÃO DA VIOLÊNCIA CONTRA A MULHER

Freire (2009) relata que em uma pesquisa realizada pelo IBOPE e Instituto Avon, em fevereiro de 2009, foram ouvidas duas mil mulheres de todo o país, para se obter dados com referência as percepções sobre a violência doméstica contra a mulher no Brasil. Os dados apontaram que 56% se dizem preocupadas com o problema, atribuindo-o a: alcoolismo (38%), homem brasileiro muito violento (36%), mulher provoca companheiro (15%), 8% (problemas financeiros) e 3% (não responderam).

Outro item pesquisado foram os motivos de porque as mulheres não abandonarem seus agressores: 24% falta de condições econômicas, 23% preocupação com os filhos, 17% medo de serem mortas, 14% vergonha de se separar, dependência afetiva ou obrigação de manter o casamento, 12% falta de auto estima, 8% vergonha de admitir que é agredida e 2% não responderam. (FREIRE, 2009).

A violência contra mulher é um dos problemas sociais do século XXI. Pode ser perpetrada no ambiente doméstico ou no público, por familiares, conhecidos ou estranhos. Seager (2001) acredita que a violência doméstica é uma das principais causas de lesões e morte de mulheres em

todo o mundo. Porém, o assunto é ignorado e consentido pelo Estado, alegando que se trata de assunto privado.

Apesar de o autor trazer contribuições relevantes, o mesmo não especifica se a violência é realizada pelo parceiro. A violência conjugal é um tema de difícil abordagem, pois o que acontece no espaço doméstico deve estar resguardado das interferências públicas, conferindo-lhe um caráter de sigilo, privacidade e conseqüentemente de silêncio, para que não ocorram questionamentos a respeito da instituição familiar.

Abaixo, será ilustrada a tabela de violência doméstica em alguns países, sendo que, o primeiro mostra o número de casos de violência doméstica denunciados à polícia durante um ano. No caso do Brasil, Seager (2001) não fornece esse tipo de dados, porém faz referência a este país quando informa o percentual de mulheres que sofreram violência, como consta na segunda tabela. Também nesta tabela, o autor faz referência ao percentual de mulheres, em cada país, que informaram ter sofrido violência doméstica nos anos de 1990.

**Tabela 1**  
Violência doméstica no mundo

<b>Honduras</b>	<b>Peru</b>	<b>França</b>	<b>Finlândia</b>	<b>Nova Zelândia</b>	<b>Índia</b>
1.045	3.912	13.000	11.000	8.471	82.818

Fonte: SEAGER, 2001, p. 26.

**Tabela 2**  
Violência doméstica no mundo

<b>Estados Unidos da América</b>	<b>Brasil</b>	<b>Noruega</b>	<b>Paquistão</b>	<b>China</b>	<b>Austrália</b>
28%	35%	25%	80%	20%	20%

Fonte: SEAGER, 2001, p. 26.

Como se pode observar, a violência afeta todo o mundo (ocidental e oriental), sendo maior na Índia e Paquistão. Entre 1988 e 1993, mais de 20.000 mulheres na Índia foram assassinadas ou se

suicidaram porque não podiam fazer frente aos dotes exigidos. Segundo Blay (2003), a violência é mais freqüente em países de uma prevalente cultura masculina, e menor em culturas que buscam soluções igualitárias para as diferenças de gênero.

Organismos internacionais começaram a se mobilizar contra esse tipo de violência depois de 1975, quando a ONU realizou o primeiro Dia Internacional da Mulher. Mesmo assim, a Comissão de Direitos Humanos da própria ONU, apenas há dez anos, na reunião de Viena de 1993, incluiu um capítulo de denúncia e propõe medidas para coibir a violência de gênero. (BLAY, 2003, p. 87).

Referente ao Brasil, a primeira pesquisa nacional envolvendo os índices de violência contra a mulher, somente veio a ocorrer em 1988, realizada pelo Instituto Brasileiro de Geografia e Estatística (IBGE). Esses dados revelam que das mulheres pesquisadas, 65% afirmaram ter sofrido violência dentro do próprio lar. No entanto, os dados não revelam o sexo dos agressores, além de outros elementos como tipo de violência, escolaridade, níveis de renda, raça, etc. (THOMAS, *apud* BOSELLI, 2003).

A segunda pesquisa nacional, realizada pela Fundação Perseu Abramo (FPA) em 2001, com uma amostra de 2.502 entrevistas, em 187 municípios dos vinte e quatro Estados das cinco Regiões brasileiras, mostrou que o marido ou o parceiro era apontado como principal agressor nos casos de violência doméstica, exceto os casos de assédio sexual. Também outros elementos foram identificados na pesquisa: tipo de violência, nível de escolaridade, níveis de renda, estado conjugal etc. Além disso, foram utilizados critérios qualitativos, a exemplo da própria opinião das mulheres sobre a problemática. (FUNDAÇÃO ..., 2001).

A FPA, em 2007, revelou que a cada 15 minutos uma mulher, no Brasil, está sofrendo violência por parte de alguém de suas relações afetivas e familiares muito próximas. Em 24 de março de 2007, a CEAFFRO - Educação e Profissionalização para a Igualdade Racial e de Gênero, publica que enquanto a violência contra homens se expressa predominantemente como agressão física na rua, constituindo-se na primeira causa de morte de homens jovens, a agressão (física, psíquica, sexual, moral, patrimonial) contra mulheres acontece principalmente dentro de suas casas e é tão silenciada que muitas mulheres não a identificam ou reconhecem como a causa de sofrimento e dor em suas próprias vidas.



No caso de Cachoeira, o Centro de Documentação e Estatística Policial (CEDEP) forneceu dados correspondentes ao período de 2004 a 2005 de janeiro a março de 2006. Foram registradas as seguintes queixas: quarenta e quatro casos de ameaça, vinte e cinco de lesão corporal dolosa; um caso de estupro, três de tentativa de estupro; e um caso de ataque ao pudor em 2004; vinte cinco casos de lesão corporal dolosa e sessenta casos de ameaça em 2005. No período de janeiro a março de 2006 ocorreram seis casos de lesão corporal dolosa e dez casos de ameaça, como podem ser observados na tabela 3:

**Tabela 3**

Violência contra mulher em Cachoeira, 2004-2006

Ano	Ameaça	Lesão corporal dolosa	Estupro	Tentativa de estupro	Atentado violento ao pudor
2004	44	25	1	3	1
2005	60	25	-	-	-
2006	10	6	-	-	-

Fonte: CEDEP 2006.

Os registros de violência contra a mulher, segundo informações do CEDEP, só foram catalogados por categoria de gênero a partir de 2004, não havendo registros anteriores a este ano. Em Cachoeira, apesar dos indicadores sociais, fornecidos pelo IBGE, conforme já exposto anteriormente, mostrarem menor vulnerabilidade, maior escolaridade e menor desigualdade social, não existe decréscimo significativo da violência contra mulher, comparando-se os anos de 2004 a 2005.

Os dados acima não servem como dimensão para a violência contra a mulher no município de Cachoeira, pois existe um universo de mulheres que são vítimas de violência, mas nunca prestaram queixas, bem como também não revelam quem foi o agressor e se a violência ocorreu no espaço público ou privado.

A ausência de denúncias gera um número desconhecido de casos, provavelmente ligados ao fato de envolver medo, vergonha e culpa. Ocasionalmente, portanto, muitas vezes invisibilidade da violência conjugal contra a mulher neste município.

Na Bahia, o departamento Especial de Atendimento à Mulher divulgou que 75% (setenta por cento) das agressões sofridas por mulheres ocorrem dentro de suas próprias casas. A coordenadora do Centro Humanitário de Apoio à Mulher (CHAME), Jaqueline Leite, menciona que foram registrados cinco mil cento e vinte quatro casos de violência contra mulher na Delegacia Especial de Atendimento à Mulher em Salvador desde o início do ano de 2006 até o mês de agosto. (AGRESSOR..., 2006).

Segundo o Jornal A Tarde, de 22 de junho 2008, vinte pessoas são internadas todos os dias nos hospitais públicos da Bahia depois de serem vítimas de tentativas de homicídio, de acordo com o Ministério da Saúde (MS). Por conta disso, o Sistema Único de Saúde (SUS) gastou R\$ 7 milhões no Estado, ano passado. Os valores destinados a esse setor, outro dado do MS, subiram cerca de 140% nos últimos oito anos. (SAÚDE..., 2008).

Além da imprensa escrita divulgar informações referentes à quantidade de mulheres que prestam queixa nas DEAMS, que procuram serviço médico por terem sido machucadas, gastos públicos e local onde perpetua a violência, também analisa a questão da lei que assegura proteção à mulher.

A delegada Isabel Alice Jesus de Pinto, titular da Delegacia Especializada de Atendimento à Mulher de Salvador (DEAM), explica que, embora não esteja claro, a lei vai assegurar apenas o vínculo empregatício e não o pagamento do salário no período em que a trabalhadora estiver afastada. O texto realmente não cita essa particularidade, mas o fato é que se ficar comprovado que a mulher corre risco no trabalho, o juiz poderá afastá-la do serviço sem que ela corra o risco de perder o emprego. Isso não significa que ela vai continuar recebendo salário, explica a delegada, ressaltando que a lei apenas preserva o emprego da vítima de agressão. (VÍNCULO..., 2006, p. 8).

O advogado trabalhista Leonardo dos Santos, mencionou no jornal Correio da Bahia que a falta de clareza em alguns quesitos da lei vai gerar muitos problemas. Em sua opinião, uma medida como essa (assegurar o vínculo empregatício e não a remuneração) precisaria vir acompanhada de mais detalhes que pudessem esclarecer as dúvidas tanto das empregadas quanto dos empregadores. O advogado questiona quem vai arcar com contribuições como INSS e o imposto de renda. (VÍNCULO..., 2006, p. 8).

Favreto relatou no jornal Folha de São Paulo, que a Lei Maria da Penha consagra um novo microsistema jurídico de enfrentamento da violência intrafamiliar. Porém, a excepcional

qualidade e o teor de inovação da referida norma legal, conjugados a um processo orquestrado de conscientização social, por si só não são suficientes para erradicar a violência ocorrida na ambiência doméstica. É cogente também o total engajamento dos agentes públicos, dentro de suas competências, para que os fins colimados pela lei sejam alcançados de forma plena. (EFETIVAÇÃO..., 2008).

Assim como o autor, acredito que a norma legal tem de ser acompanhada de uma conscientização social e do compromisso dos órgãos públicos direcionados à sua concretização.

## 2.4 PODER E TENSÕES: IMPACTOS NA RELAÇÃO CONJUGAL

Giddens (1993) no livro “A transformação da Intimidade,” menciona que a vida das mulheres sofreu vários conjuntos de influências a partir de final do século XVIII, pois iniciaram-se várias mudanças na ordem familiar, uma das quais a separação entre local de moradia e de trabalho, o homem passando a trabalhar fora do ambiente doméstico, o que fortaleceu a figura materna.

A partir do século XVIII as mulheres começam a se empoderar, pois de certa forma tomam controle de seus próprios assuntos, de sua própria vida, passando a tomar consciência da sua habilidade e competência para produzir, criar e gerir; mesmo que através da autoridade afetiva. No século XXI, as mulheres não ficam limitadas ao lar e se projetam para o mercado de trabalho, ocupando cargos que lhes conferem sucesso e poder, antes considerado exclusividade, dos homens. A sensação de perder o poder pode gerar no homem uma atitude violenta. Por meio da violência, o agressor busca inferiorizar, submeter, subjugar a vítima para sentir superior a ela, e com isso enfraquecer a figura e a auto-imagem da mulher vitimizada, fragilizando-a física e psicologicamente. Após fazer com que a vítima acredite que inferior e frágil, ela se torna facilmente manipulada, cedendo aos caprichos do marido/companheiro e se conformando com a situação de violência. A violência psicológica, dessa forma, se coloca como a mais cruel de todas as violências, pois se é o que se acredita ser.

[...] em alguns aspectos, o poder patriarcal no meio doméstico estava declinando na última parte do século XIX. O domínio direto do homem sobre a família, que na realidade era abrangente quando ele ainda era o centro do sistema de produção, ficou enfraquecido com a separação entre o lar e o local de trabalho. Certamente, o marido

assumiu este poder fundamental, mas com frequência uma ênfase crescente sobre a importância do ardor emocional entre pais e filhos abrandou o uso que fazia dele. O controle das mulheres sobre a criação dos filhos aumentou à medida que as famílias ficavam menores, e as crianças passaram a ser identificadas como vulneráveis e necessitando de um treinamento emocional a longo prazo. Como declarou Mary Ryan, o centro da família deslocou-se da autoridade patriarcal para a afeição maternal. (GIDDENS, 1993, p. 53).

Falar em violência é falar de poder. A violência não gera o poder, aparecendo como tentativa de recuperá-lo, diante do sentimento de que o mesmo está ameaçado, geralmente devido a um sentimento de impotência que nega um sentimento anterior de onipotência.

Para muitas pessoas, a família proporciona uma fonte vital de consolo e conforto, amor e companheirismo. No entanto também pode ser um lugar de exploração, solidão e profunda desigualdade. Esta visão de família é no mínimo pouco romântica, afasta-se do que se aprende como padrão de família feliz, este espaço pode ser também extremamente sufocante no qual a violência se torna fato cotidiano. (GIDDENS, 2004, p. 177).

A compreensão da temática exige um mergulho referente ao papel, função e simbolismo da família enquanto unidade social: como ela é vista pelo indivíduo e pela sociedade. Embora à família sejam atribuídas as responsabilidades fundamentais para a formação do indivíduo como membro da sociedade, muitas vezes, ocorrem ameaças à integridade física e psíquica dos familiares, mantidas em segredo como forma de preservar seus membros de constrangimento e vergonha.

A violência doméstica e familiar contra a mulher é a expressão mais perversa do desequilíbrio de poder entre homens e mulheres e é, ainda hoje, um grave problema mundial. No rastro, estão índices expressivos de absenteísmo ao trabalho, a feminização da Aids e o baixo aproveitamento escolar de crianças que presenciam a violência. (FREIRE, 2006, p. A-3)

Para Chauí (1995), citado por Araújo (2002, p. 3), “a violência é uma relação de forças caracterizada num pólo pela dominação e, no outro, pela coisificação.” Assim, a partir de uma desigualdade na relação conjugal, o homem pode vir a exercer uma relação de posse, reduzindo a mulher à coisa-objeto. Ao passar de sujeito a objeto, sentimentos e desejos da mulher são desconsiderados.

[...], as mulheres são objetos da satisfação sexual dos homens, reprodutoras de herdeiros, de força de trabalho e de novas reprodutoras. Diferentemente dos homens como categoria social, a sujeição das mulheres, também como grupo, envolve prestação de serviços sexuais a seus dominadores. (SAFFIOTI, 2004, p. 105).

Nader (2006) acredita que embora conhecida e sofrida pela maioria das mulheres que vivem uma relação conjugal, a violência em epígrafe é abstrata e impalpável, além de somente ser percebida pela pessoa que a experimenta. A humilhação e o constrangimento são dois exemplos que podem ser destacados como violência sutil (também chamada de psicológica e moral), ou seja, aquela que não deixa marcas no corpo físico, mas magoa e transforma a vítima, fazendo muitas vezes com que esta mude o seu comportamento.

Feridas do corpo podem ser tratadas com êxito num número de casos. Feridas da alma podem, igualmente, ser tratadas. Todavia, as probabilidades de sucesso, em termos de cura, são muito reduzidas e, em grande parte dos casos, não se obtém nenhum êxito. (SAFFIOTI, 2004, p. 19).

Referente à relação de poder no ambiente doméstico, Garcia e Cavalcanti (2007) afirmam que o patriarcado apresenta justificativas para sustentar a situação de violência nas relações conjugais aceitas pela sociedade como crenças. A imagem de esposa ideal, obediente ao seu marido, fiel apesar de traída, e a valorização de habilidades masculinas como a de controlar a esposa e corrigi-la quando necessário, caracterizam essa ideologia.

É difícil, em nossa sociedade, desvincular a imagem da mulher da figura materna. E de uma imagem bem precisa de mãe. Mãe é a que chora, que sofre, que tem o avental todo sujo de ovo, que padece no paraíso, a rainha do lar, que se sacrifica pelos filhos, a compadecida que tudo perdoa; enfim, que os ama acima de tudo. (FREITAS, 2002, p. 5).

Giddens (2004) explícita parte desta desigualdade entre os cônjugues quando relata o “trabalho emocional” no seio das relações. As mulheres tendem não só a encarregar-se de tarefas concretas como a limpeza e a criação dos filhos, como também investem uma grande quantidade de trabalho emocional na manutenção das relações pessoais. As atividades assistenciais, por exemplo, às quais muitas mulheres se dedicam, são formas de trabalho, que exige capacidade para ouvir, perceber, negociar e agir criativamente.

O fato de que o trabalho doméstico da mulher não tenha uma retribuição em dinheiro contribui realmente para desvalorizá-lo, inclusive a seus próprios olhos, como se este tempo, não tendo valor de mercado, fosse sem importância e pudesse ser dado sem contrapartida, e sem limites, primeiro aos membros da família, e sobretudo às crianças, mas também externamente, em tarefas de beneficência, sobretudo para a Igreja, em instituições de caridade ou, cada vez mais, em associações ou partidos. (BOURDIEU, 2007, p. 117).

Historicamente, na época colonial, a mulher sofria violência e a religião tinha um papel de dominação significativo referente à conformidade (diante do sofrimento), em benefício da manutenção da unidade familiar nuclear. Natalie Itaboraí (1999) cita a conduta do sexo masculino (Senhor) perante a mulher (submissa).

O sadismo do senhor e o masoquismo dos escravos e das mulheres ampliam-se para o campo mais largo de nossa vida social e política, constituindo o mandonismo, que até então sentiríamos presente em nossa ordem social. São portanto, nas relações familiares que encontraremos, segundo Freyre, as bases de nossa cultura política, até hoje descrita como de cunho familiar. (ITABORAÍ, 1999, p. 175).

Para Almeida (2006), ao regradar o comportamento com o apelo ao imaginário e ao sagrado, a religião ratifica os princípios morais e educacionais quanto ao sexo feminino e advoga sua perenidade ao edificar com sucesso a simbologia da sacralidade vocacionada que aureola o protagonismo feminino e se presta eficazmente à manutenção desses princípios. Sob seus dogmas, as relações de gênero se solidificam cultural e ideologicamente, dando espaço ao simbólico que paira sobre a vida social, a política e a economia. Em contrapartida, essas relações também são erodidas ao darem abertura à violência, à discriminação e ao preconceito.

Nader (2006) aponta que o eixo de ligação entre o poder masculino e o interesse religioso figurou na história como o meio ideal para que ocorresse aquele atrelamento, e as conseqüências das posições masculina e religiosa podem ser sintetizadas para a justificar a violência sutil dentro da relação conjugal, não só no Brasil colonial, mas em diferentes momentos da história.

Segundo Saffioti (2004), a família extensa, os amigos, a Igreja etc. exercem pressão no sentido da preservação da sagrada família, importando menos o que se passa em seu seio do que em sua preservação como instituição.

Almeida (2006) afirma que é a educação o veículo pelo qual a cultura e a religião alicerçam seus valores e transmitem a ideologia, configurando um espaço essencial de inculcação moral, religiosa e de regras de comportamentos, nas quais também se ancoram as relações de poder.

Assim também para Bourdieu (2007), há uma construção social orquestrada, e no entanto, desconhecida, de modo a produzir as disposições necessárias à manutenção do poder. Introduce o conceito de “habitus” como uma “segunda natureza” fabricada socialmente.

[...] temos que registrar e levar em conta a construção social das estruturas cognitivas que organizam os atos de construção do mundo e seus poderes. Assim se percebe que essa construção prática, longe de ser um ato intelectual consciente, livre, deliberado de um sujeito isolado, é, ela própria, resultante de um poder, inscrito duradouramente no corpo dos dominados sob forma de esquemas de percepção e de disposições (a admirar, respeitar, amar etc) que o tornam sensível a certas manifestações simbólicas do poder. (BOURDIEU, 2007, p. 52-53).

A herança do período colonial, na forma de perceber e tratar a mulher, embora relacionada ao que ocorre atualmente, não se assemelha à situação da mulher hoje. A mulher moderna tem acesso à escolaridade, ao mercado de trabalho, atua no campo público e mesmo assim sofre violência conjugal, doméstica ou familiar. A cultura patriarcalista, contudo, contribuiu para a formação de uma (in)consciência manifestada na forma de submissão e de conformismo da mulher diante da violência sofrida. Porém, há autores que contradizem tal teoria, como Adrião, para quem se trata de uma generalização que não atende às características individuais de comportamento.

A formação de uma categoria universal, uma identidade supostamente única para as mulheres, embasa-se na noção de patriarcado universal. Esta tem sido amplamente criticada por seu fracasso em explicar os mecanismos da opressão de gênero nos contextos culturais específicos em que ela existe. Entretanto, essa busca em afirmar uma categoria universal, por meio do patriarcado, resultou em uma universalidade categórica ou fictícia da estrutura de dominação, tida como responsável pela produção da experiência comum de subjugação das mulheres. Dessa forma, caminha-se em uma direção que coloca questões como: há diferenças políticas e teóricas no tocante ao uso das identidades e de noções de sujeito? e em que medida este conceito/categoria é estratégico politicamente para as políticas feministas?. (ADRIÃO, 2008, p. 467).

Autores importantes na área discutem o modo de participação da mulher na violência sofrida.

[...] algumas autoras como Saffioti, Rangel, Hasanbegovic e outros entendem que, pode verificar uma possível contribuição das mulheres na produção da violência de gênero. Excluem uma possível cumplicidade feminina nesse fenômeno, atribuindo às mulheres uma consciência de dominadas. (GARCIA; CAVALCANTI, 2006, p. 5).

Segundo Saffioti (2004), as mulheres são socializadas para conviver com a impotência; os homens, sempre vinculados à força, são preparados para o exercício do poder. Por exemplo,

como a professora ou a família conversa com a menina elogiando sua meiguice, pedindo sua ajuda na limpeza, e ao menino para carregar algo, elogiando sua força física.

Bourdieu (2007) afirma que um dos fatores determinantes da perpetuação das diferenças é a permanência da economia dos bens simbólicos (o casamento sendo uma peça central) devido à sua autonomia relativa, o que permite à dominação masculina nela perpetuar-se acima das transformações dos modos de produção econômica. A isto, deve-se acrescentar o apoio permanente e explícito que a família, principal guardiã do capital simbólico, recebe das Igrejas e do Direito.

Segundo Hite (1995), a religião fortalece a figura do Pai, do masculino, visto como símbolo de força e poder, enquanto a figura de Maria (Nossa Senhora) aparece como símbolo de submissão e docilidade, ficando associada à mulher-mãe.

A mensagem do patriarcado sobre as mães e as atitudes que se espera dos garotos ainda é forte e pernicioso. É claro que nem todas as mães são perfeitas, tampouco o são os pais, mas o desprezo e a hostilidade presentes nas declarações de tantos homens e garotos sobre suas mães é surpreendente. O carinho e a dedicação das mulheres é frequentemente interpretado como fraqueza. Os garotos parecem achar que devem dominar emocionalmente e psicologicamente suas mães, caso contrário perderão o respeito por si próprios. (HITE, 1995, p. 267).

Hite (1995) aponta para elementos diferenciais de gênero associados à expressão de sentimentos, em que a raiva e rebeldia não seriam vistas como fazendo parte da feminilidade.

Outra parte do problema afeta não só a identidade sexual da criança, como a psique: ela não pode evitar a agressão. A questão não é se há ou não “justiça” envolvida; se ela fez algo realmente errado ou particularmente terrível é irrelevante. É a dinâmica do poder que está sendo gravada no cérebro: a criança é aterrorizada e dominada por uma agressão vinda de alguém que ela também ama e de quem, em outras ocasiões, recebe amor (de alguma forma, mesmo que seja apenas comida e um local para dormir). De fato, frequentemente é dito à criança que peça desculpas aos pais depois da agressão – forçando o *self* submeter-se ainda mais. Nesses casos, para onde vai a raiva? Sem expressão, não tem para onde ir, só pode ser internalizada e se transformar em raiva de si mesma. A punição se torna uma experiência profundamente traumatizante, muito mais do que a dor envolvida. (HITE, 1995, p. 46).

Segundo Hite (1995), no livro “Crescendo sob o domínio do patriarcado,” as palmadas e surras transmitem uma mensagem tácita relacionando poder, violência e sexualidade. Geralmente, o castigo dado pelo pai é mais severo e temido, ele parece maior, mais dominador e assustador.



Neste caso, ocorrem as associações entre amor, medo e dor. Por isso, Hite afirma que as surras e castigos físicos freqüentes estabelecem uma relação com o sadomasoquismo.

A vítima de abusos físicos, psicológicos, morais e/ou sexuais é vista por cientistas como indivíduos com mais probabilidade de maltratar, sadomizar outros, enfim, de reproduzir, contra os outros, as violências sofridas, do mesmo modo como se mostra mais vulneráveis às investidas sexuais ou violência física ou psíquica de outrem. (SAFFIOTI, 2004, p. 18).

Será que como questiona Saffioti (2004), o patriarcado impregna a psique? Esta autora tem por base Giddens, Kotliarenko, Cáceres, Fontecilla como subsídios teóricos ao afirmar que mulheres que suportam violência de seus companheiros, por muitos anos, são co-dependentes da compulsão do homem e o relacionamento de ambos é fixado, na medida em que se torna necessário. Pessoas são co-dependentes quando requerem outro indivíduo, ou um conjunto de indivíduos, para definirem suas carências. Um indivíduo co-dependente está ligado psicologicamente a um parceiro e o relacionamento fixado é aquele em que o próprio relacionamento é objeto de vício.

Seguramente, o gênero feminino não constitui uma categoria social dominante. Independência é diferente de autonomia. As pessoas, sobretudo vinculadas por laços afetivos, dependem umas das outras. Não há, pois para ninguém, total independência. (SAFFIOTI, 2004, p. 87).

Giddens (1993) menciona que a vida das mulheres co-dependentes são repletas de romances desastrosos ou de envolvimento longos e dolorosos com homens que, de um modo ou de outro, abusaram delas. São mulheres protetoras, necessitam cuidar dos outros, mas, em parte ou quase inteiramente inconsciente, provêm para que a sua devoção seja mal recebida.

[...]Uma pessoa co-dependente é alguém que, para manter uma sensação de segurança ontológica, requer outro indivíduo, ou um conjunto de indivíduos, para definir as suas carências; ela ou ele não pode sentir autoconfiança sem estar dedicado às necessidades dos outros. Um relacionamento co-dependente é aquele em que o indivíduo está ligado psicologicamente a um parceiro cujas atividades são dirigidas por algum tipo de compulsividade. (GIDDENS, 1993, p. 101-102).

Giddens (1993) menciona que nos relacionamentos fixados, os indivíduos não constroem suas vidas em torno dos vícios preexistentes de outras pessoas; mais do que isso, precisam que o relacionamento proporcione uma sensação de segurança que, de outro modo, eles não conseguem encontrar.

[...], é preciso assinalar não só que as tendências à submissão, dadas por vezes como pretexto para culpar a vítima, são resultantes das estruturas objetivas, como também que essas estruturas só devem sua eficácia aos mecanismos que elas desencadeiam e que contribuem para sua reprodução. O poder simbólico não pode se exercer sem a colaboração dos que lhe são subordinados e que só se subordinam a ele porque o constroem como poder. (BOURDIEU, 2007, p. 52).

Assim, tanto Giddens quanto Bourdieu, embora com enfoques diversos, mostram que há um sistema relacional que se estabelece no casal e que se alimenta e é alimentado pela própria relação. Estabelece-se uma dupla em que um mantém o comportamento do outro.

Por outro lado, a violência não é seletiva em relação à condição sócio-econômica: qualquer mulher pode sofrer violência, como afirmam. Garcia e Cavalcanti (2006, p. 5):

Não cabem mais afirmações que sustentam que a violência contra a mulher está diretamente ligada à pobreza ou falta de acesso à educação. A violência doméstica ocorre em bairros nobres das grandes metrópoles, em faculdades, envolvendo mulheres com certo grau de escolaridade, perpassando por todas as classes sociais e gerações.

Comprovando a afirmação de que a violência conjugal não está apenas ligada à pobreza e falta de educação, Gheler (1996) realizou um estudo de caso com mulheres paulistanas de nível superior e bem sucedidas em suas profissões que, contudo, apanhavam de seus maridos sem ter iniciativas para mudar tal quadro. Apesar de serem elas a sustentar a casa, mantinham o casamento. A hipótese defendida por esta autora é que essas mulheres não tinham uma auto-imagem positiva devido a conflitos com a própria mãe que ou as rejeitava ou as menosprezava. Submeter-se era uma forma de manter uma figura de amor.

Em estudo recente Vandello; Cohen; Grandon; Franiuk (2009) compararam a violência e a lealdade feminina no Canadá, Chile e Estados Unidos. Os autores comentam ser um erro supor que normas ou atitudes culturais diretamente apoiem a violência doméstica. Assim, as pessoas vêm, em geral, a violência contra mulheres pior do que a violência contra homens, devido a regras que obrigam a proteger as mulheres e os mais fracos contra o perigo. Eles apontam para ideais de masculinidade e feminilidade que podem indiretamente desculpar ou minimizar a violência: primeiramente, reforçando a manutenção da mulher na situação de abuso por causa da “lealdade ao seu homem;” depois, a ênfase na honra pode levar homens a proteger sua reputação

masculina contra eventos que os envergonham, e essas expectativas poderiam justificar ou desculpar o uso de violência em resposta a conflitos ligados aos ciúmes em relações românticas.

Em estudos anteriores, os autores haviam encontrado que as expectativas quanto ao gênero eram mais fortes em culturas mais tradicionais onde a honra do homem, a lealdade feminina e a modéstia sexual eram enfatizadas. Tal hipótese fora verificada comparando brasileiros com norte-americanos, onde para os primeiros, um homem traído era menos honrado e aceitaram mais a violência do homem contra a sua esposa em caso de infidelidade (VANDELLO; COHEN, 2003). Portanto, advogam que embora as atitudes contemporâneas contra a violência dirigidas às mulheres venham se tornando crescentemente negativa, temas culturais celebrando o sacrifício e a lealdade femininos ainda permanecem, principalmente em culturas mais tradicionais, baseadas na honra e que enfatizam a integridade da família em relação ao individualismo. Assim, concluem que mesmo que a violência em si possa ser repudiada, a expectativa de sacrifício e lealdade femininos pode levar as pessoas a recompensar a mulher por permanecer em relações abusivas. A isto, os autores acrescentam que “*scripts*” culturais quanto ao comportamento masculino podem também contribuir indiretamente para uma tolerância maior da violência doméstica. Nas culturas de honra, os homens devem ser “duros” e usar a violência como componente de sua masculinidade; sua honra nunca está assegurada e deve ser conquistada e continuamente defendida em público; sua capacidade de controlar sua parceira é um componente importante de sua identidade masculina; e a traição representa o máximo ultraje à sua honra. Seu estudo confirmou os elementos acima delineados, pois os chilenos foram mais favoráveis à mulher quando ela continuava no relacionamento e mais positivos à ação violenta do homem se motivado pelos ciúmes, não havendo diferenças culturais quando o conflito não estava a ele relacionado, como por exemplo, gastar muito dinheiro.

Portanto, termin-se este item apontando para a diversidade quer de posicionamentos dos autores quer de ângulos sob os quais se pode focalizar o fenômeno da violência conjugal, todos eles indicando vertentes importantes do fenômeno.

### 3 VIOLÊNCIA CONTRA MULHER E POLÍTICAS PÚBLICAS

#### 3.1 DIREITOS HUMANOS: A CONVENÇÃO SOBRE OS DIREITOS DA MULHER

Marques *et al* (2001) mencionam que o Direito Internacional dos Direitos Humanos surge em meados do século XX em decorrência da Segunda Guerra Mundial. Seu desenvolvimento pode ser atribuído às monstruosas violações de direitos humanos da era Hitler e à crença de que parte dessas violações poderia ser prevenida se um efetivo sistema de proteção internacional de direitos humanos existisse. No entanto, vale ressaltar que este capítulo será dedicado aos direitos humanos voltados à mulher em situação de violência e que têm seus direitos violados.

Embora de forma superficial, a violência doméstica se mostra particularmente complexa, pois agressor e agredida estão ou estavam ligados por laços de intimidade e afetividade que, muitas vezes, fazem essa situação de violência ser estendida, e também encontra certa cumplicidade do Estado até porque estão sendo violados acordos e convenções internacionais de direitos humanos. (GARCIA; CAVALCANTI, 2006, p. 3).

Segundo Távora (1997), a partir da década de 1970, o avanço do movimento feminista contribuiu, em muitos países, para chamar atenção para a necessidade de penalizar os contínuos atentados contra a integridade física da mulher, dentre outros.

Mas o período histórico mais importante, no caminho da utilização da lei para assegurar um avanço da condição feminina no Brasil, foi certamente nas décadas de 1970 e 1980. O Ano Internacional da Mulher (1975) e a Década, promovidos pela ONU, ao mesmo tempo, que a criação de grupos feministas, por todo o país, contribuiu para uma intensa atividade no sentido de revisão de códigos obsoletos e leis também ultrapassadas. (TÁVORA, 1997, p.119).

A influência do movimento feminista contribuiu para rever a situação da mulher referente aos seus direitos e ao exercício da cidadania, a exemplo da ampliação da licença maternidade, direito ao décimo terceiro salário, divórcio, voto, questões ligadas à violência, dentre outras.

À parte as divisões internas ao movimento feminista, é possível situar a violência contra mulheres como uma das bandeiras em torno das quais integrantes do movimento se aglutinaram e construíram uma visibilidade pública para a questão (outra bandeira é a da saúde). Essa aglutinação e

visibilidade públicas, situadas em um momento já de algumas análises a respeito da atuação dos SOS's, por parte das próprias feministas; aliadas ao processo de redemocratização do Estado brasileiro, que trazia possibilidades concretas de influência em instituições públicas, tais como as exemplificadas acima, indicaram a necessidade e a possibilidade de o Estado também assumir a tarefa de intervenção nessas violências, através de propostas colocadas por feministas. (AQUINO, 2006, p. 11).

A convenção dos direitos da Mulher ocorreu com a proposta de eliminar qualquer tipo de discriminação ligada ao sexo e criar instrumentos legais para garantir direitos à mulher. Para Alves (1994), a convenção para a Eliminação de todas as formas de Discriminação contra a Mulher foi adotada em 1979 e entrou em vigor internacionalmente em 1981. O Brasil ratificou a Convenção sobre os direitos da Mulher em 1984. Teoricamente, as mulheres deveriam ter direito ao trabalho e a oportunidades de emprego iguais aos homens, incluindo remuneração igual por mesmo trabalho e direitos e responsabilidades iguais no casamento e com relação aos filhos, dentre outros.

Em 1975, foi realizada, no México, a I Conferência Mundial sobre a Mulher que teve como resultado a elaboração da Convenção sobre a Eliminação de todas as Formas de Discriminação contra as Mulheres, em 1979, abarcando áreas como trabalho, saúde, educação, direitos, direitos civis e políticos, estereótipos sexuais, prostituição e família. Esta Convenção foi o primeiro instrumento internacional de direitos humanos especificamente voltado para a proteção das mulheres. Mesmo assim, não incorporou em seu texto a questão da violência de gênero, o que só veio a ocorrer em 1993, quando da Conferência Mundial sobre Direitos Humanos, em Viena. A Convenção sobre a Eliminação de Todas as Formas de Discriminação contra a Mulher foi fortalecida, em 1999, por um protocolo Facultativo, que confere ao Comitê, previsto no artigo 17 desta Convenção, poderes para receber denúncias sobre violações de direitos humanos das mulheres. (MARQUES *et al*, 2001, p. 32-33).

Alves (1994) menciona que a convenção internacional de Direitos da Mulher, adotada pelas Nações Unidas, é aquela a que os signatários impuseram maior número de reservas. A razão é fácil de entender, e difícil de aceitar: a Convenção contraria não somente legislações nacionais discriminatórias, às vezes por mero anacronismo superável sem maiores problemas, como no caso brasileiro, mas também crenças e costumes arraigados, respaldados, não raro, em tradições ancestrais nefastas ou doutrinas religiosas.

Segundo Flavia Piovesan (2005), a igualdade e a discriminação pairam sob o binômio inclusão-exclusão: a primeira pressupõe formas de inclusão e a segunda implica a violenta exclusão. Para Marques *et al* (2001), a plataforma de Ação da IV Conferência Mundial sobre a Mulher, realizada

em Beijing (1995), em seu diagnóstico sobre o contexto mundial, aponta para a feminilização da pobreza, a contínua violência contra a mulher e a sua exclusão generalizada das esferas de poder. Constata, também, os efeitos da recessão econômica sobre o trabalho feminino, levando as mulheres a aceitarem empregos precários, mal remunerados e desvalorizados.

Santos (1997) menciona que foi enorme a contribuição dada pelas Nações Unidas ao conhecimento sobre essas questões, além de várias outras que com elas estão relacionadas, não só pelo patrocínio de um Ano Internacional da Mulher (1975) e todo um Plano Decenal de Ação (1976-1985), mas também pelo apoio contínuo a iniciativas tomadas depois de aprovadas as recomendações da Conferência de Nairobi, que encerrou a década da mulher. Conforme Alves (1994, p. 57), “Os Estados – partes se comprometem a tomar medidas para modificar os padrões culturais e sociais de conduta dos homens e mulheres, com vistas a eliminar preconceitos e práticas baseadas na idéia de inferioridade de um sexo.”

O órgão de controle é o comitê para a Eliminação da Discriminação contra a Mulher, conhecido como CEDAW, cuja função é examinar em sessão pública os relatórios apresentados pelos Estados sobre medidas legislativas, judiciais, administrativas, e outras que tenham sido adotados para implementar a Convenção. No entanto, Marques *et al* (2001) relatam que apesar da vigência, desde 1979, da CEDAW, aprovada pela Assembléia Geral das Nações Unidas e ratificada por grande parte dos Estados-Membros da ONU, as discriminações contra as mulheres por motivo de sexo ainda são recorrentes em grande parte desses países, mesmo porque o órgão (CEDAW) mencionado acima apresenta uma lacuna: não explicitou em seu texto uma referência à violência doméstica e sexual contra as mulheres. Por isso, esse importante instrumento de promoção dos direitos humanos precisa ser complementado, incorporando a Declaração Interamericana para Prevenir, Punir e Erradicar a Violência contra a Mulher de 1994. (Convenção de Belém do Pará).

É de fundamental importância compreender que os direitos da Mulher quando lesados equivalem à violação de direitos humanos. Seager (2001) menciona que a violência é ignorada e consentida pelo Estado, alegando que se trata de um assunto privado, assim como Blay (2003).

Constatamos que, do total de processos enviados aos tribunais e que não foram ao júri ou estão sem julgamento definitivo: 50% foram arquivados (basicamente porque os criminosos não

foram identificados); 24% estão suspensos (porque o réu está foragido), em dois casos foram impronunciados (pois as provas foram insuficientes) e em três foram absolvidos. Apenas 14% dos réus foram julgados e condenados. Em média os processos não ficam muito tempo nos tribunais: 46% ficam de um a dois anos. Mas o andamento, o excesso de vezes que as testemunhas devem ser ouvidas, as possibilidades de idas e voltas certamente facilita a fuga dos réus e a perda de contato com as testemunhas. O problema, então, não está na suposta morosidade da justiça, mas nos trâmites legais que deveriam ser mais ágeis e limitados. Em nome da ampla defesa dos réus certos setores dos aplicativos do Direito subestimam a extensão e gravidade da violência praticada contra mulher. É urgentíssima uma revisão do procedimento Jurídico se quisermos, de fato, alterar a impunidade que cerca estes crimes, como expressam vários juízes, promotores e advogados entrevistados. (BLAY, 2003, p. 96).

Mesmo não sendo possível contestar a grande contribuição do movimento feminista para as conquistas referentes ao direito da mulher, há correntes que discutem tal contribuição.

Uma perspectiva diversa desta é defendida por Chaudhary (2009) para quem, apenas recentemente, as contribuições das mulheres para a sociedade começaram a emergir, esta discussão podendo ser encontrada no domínio acadêmico dos estudos feministas. A autora propõe uma vertente centrada na psicologia cultural baseada nas experiências, expressões e explicações das vidas das mulheres sobre si próprias, antes do que em oposição às vidas de homens.

Adrião (2008) utiliza autores como Foucault, Heilborn, dentre outros, para fundamentar um raciocínio que aponta para a necessidade de uma contextualização sócio-cultural-histórica que amplia a visibilidade desse grupo (feministas), pois dentro dele há diversas identidades e, portanto, apresentam necessidades e reivindicações diferentes. Como a autora desejava trabalhar com os processos de mudança e com as principais questões que se colocavam para o movimento, resolveu acompanhar, de dentro, por meio da observação participante, do III e do X Encontro Feminista Latino-Americano e do Caribe. Para Adrião (2008), esse procedimento metodológico permitiria acompanhar os meandros da problemática do sujeito do feminismo, as tomadas de decisão, tensões e buscas por legitimidade nos momentos de disputa e embate internos. O trabalho da autora baseou-se na análise do discurso, nos moldes de Lorenza Mondada, para a qual a linguagem é tomada como prática social dialógica e interativa e atividade intersubjetiva. Sendo assim, na análise do material coletado nesta pesquisa, pretendeu-se utilizar a noção de discurso enquanto modo significativo de organizar sistematicamente a experiência humana do mundo social em linguagem e, conseqüentemente, constituir modos de conhecimento e produzir sujeitos.

O pensamento de Adrião (2008) baseia-se na compreensão de como o movimento feminista se constitui no momento em que aglutina as diferenças de tantas mulheres, identidades e sujeitos políticos, negras, lésbicas, indígenas – em uma identidade ou questão maior: a de ser mulher e, portanto, viver em relações de desigualdades de gênero. Afinal, as mulheres se unem pela questão de gênero, mas se constituem em subgrupos pelo fato de apresentarem diversidade nos objetivos.

Nesse processo sócio-histórico-contextual, um importante conceito/categoria analítica surgiu e, rapidamente, se fez presente nos discursos militantes: o gênero. Se antes os estudos e práticas se colocavam em torno da temática da mulher e/ou das mulheres, a partir daí o aspecto relacional da problemática se impunha. Entretanto, se por um lado, o gênero ampliava o olhar, permitindo visibilizar as identidades e os sujeitos do feminismo na relação com o poder e o discurso, por outro, como decorrência, permitiu que novas demandas por legitimidade nesse campo de disputas se fizessem presentes. Um desenvolvimento paralelo à análise de gênero se encarregará de reintroduzir experiências concretas de mulheres concretas em contextos de poder e desigualdade, nas próprias teorias de gênero. Verena Stolke (2004) explica que nos anos 1970 se organizaram as feministas negras nos Estados Unidos para denunciar a opressão racial, sexual, heterossexual e de classe a que estão submetidas todas as mulheres negras em contraste com suas companheiras brancas. Desencantadas com o pouco caso que haviam feito todos - o movimento pelos direitos civis, o nacionalismo negro, a esquerda branca assim como o movimento feminista das mulheres brancas - de sua subordinação e discriminação específicas, as mulheres negras reconhecem que necessitam desenvolver uma política que, em distinção às mulheres brancas, é antirracista e, em distinção aos homens negros e brancos, é anti-sexista. Nesse mesmo processo, considerações teóricas pós-estruturalistas traziam questionamentos sobre a irredutibilidade do sujeito e das identidades, colocando as possíveis fragmentações e a situação contextual como centrais. Ou seja, o sujeito mulher passava a ser questionado e aparecia fragmentado e contextualizado, enquanto devir (Deleuze & Guatarri, 2001; Hall, 2005). Esse campo encontra-se, na atualidade, permeado por questões que podem ser descritas, por um lado, pela desconstrução do estatuto do sujeito universal e, por outro, pela assunção de um sujeito relacional e situacional, tomando a pluralidade de discursos e práticas como um caminho conseqüente da diversidade de identidades de sujeitos feministas que se mostram. Há uma conjunção de teorias que têm em comum uma subversão da condição da constituição de toda identidade como uma problemática do estatuto do sujeito moderno. Em contrapartida, um retorno à idéia de uma identidade comum às mulheres aparece como estratégia de ação para o movimento feminista, que busca unir discursos da diferença em um discurso maior, de uma identidade de Mulheres (Butler, 1998, 2003; Maluf, 2006; Mouffe, s.d.1, s.d.2). Para o campo político feminista, esses conceitos e teorias chegam e passam a refletir questionamentos que causam embates e disputas internas. Judith Butler [...], teórica norte-americana nos estudos feministas pós-estruturalistas [...], evidencia que a problemática do sujeito acabou se tornando (já nos anos 80) a divergência central do feminismo. Nesses termos, os próprios fundamentos das teorias e das políticas da subjetividade no feminismo contemporâneo são colocados, pelas ativistas da prática e da teoria, como precários e contingentes (Maluf, 2006). Butler [...] afirma que um corolário difícil de ser superado pelas correntes feministas da atualidade é a noção de que há uma concepção de mulheres genericamente compartilhada. Perguntas como se há uma especificidade das culturas das mulheres, independente de sua subordinação pelas culturas masculinas hegemônicas ou se a opressão é um ponto que ligaria as mulheres de maneira exclusivista ou ainda se existe uma região do especificamente feminino, diferenciado do masculino como tal e reconhecível em sua diferença por uma universalidade indistinta e



conseqüentemente presumida das mulheres são colocadas em muitos debates em torno do que a autora chama de problemas de gênero. Butler (1998, 2003) discute a constituição de uma categoria mulheres, identidade definida para a teoria feminista em geral, e a constituição de uma linguagem capaz de representá-la. Esta linguagem vem: (a) evidenciar os interesses e objetivos feministas no interior de seu próprio discurso e (b) constituir o sujeito mesmo em nome de quem a representação política é almejada, pois foi necessário, para promover a visibilidade política das mulheres, tratá-las como sujeito político. No entanto, a concepção dominante de sujeito político passa a ser questionada a partir do interior do próprio discurso feminista: o sujeito feminista passa a ser pensado não mais em termos estáveis ou permanentes, nem como instância última e detentora de uma identidade. O grande problema político para o feminismo continua sendo o de que o termo mulher denote uma identidade comum. Eu sou aquele nome? trata-se de uma pergunta gerada pela possibilidade dos múltiplos significados do nome, pois, se alguém é uma mulher, isso certamente não é tudo o que esse alguém é (Butler, 2003). O gênero nem sempre se constitui de maneira coincidente nos diferentes contextos culturais, históricos, além do fato de o mesmo estabelecer intersecções com categorias tais como raça/etnia, classe, sexo, geração. (ADRIÃO, 2008, p. 466).

A autora ainda pontua que se encontra em jogo para o movimento feminista é a definição da mulher como um outro que não seja um não-homem. Utiliza-se do autor Braidotti (1989) para defender que, em vez de separar a afirmação da diferença da luta pela igualdade, estas devem ser vistas como complementares. Assim, a questão prioritária parece ser a de como lutar pela conquista da igualdade na afirmação da diferença.

### 3.2 POLÍTICAS PÚBLICAS PARA MULHERES EM SITUAÇÃO DE VIOLÊNCIA

Em termos de políticas públicas, nos últimos 15 anos, tem havido um esforço em melhorar o diagnóstico em torno da questão da violência contra a mulher, a exemplo da criação, nos anos de 1990, de Delegacias Especializadas no Atendimento de Mulheres, os SOS Mulher, as casas abrigos e os diversos serviços de atendimento especializado oferecidos às mulheres, famílias, agressores e a Lei Maria da Penha (Lei 11.340), de 7 de agosto de 2006. Esta última se constituiu num passo importante para as políticas públicas no âmbito da família.

Para enfrentar essa violência, o governo Lula estabeleceu um pacto nacional, com adesão de estados, Distrito Federal e municípios, para uma série de ações nos próximos quatro anos, com previsão de R\$ 1 bilhão em investimentos no plano plurianual (PPA) de 2008 a 2011. Mas o êxito dessa iniciativa depende, segundo o Centro Feminista de Estudos e Assessoria (Cfemea), do não contingenciamento dessas verbas. O pacto prevê a organização de mais de 700 serviços especializados (delegacias, defensorias, centros de referência, etc.), capacitação de 50 mil policiais e 120 mil profissionais de educação, além de campanhas educativas e culturais. (JORNAL DO SENADO, 2008, p. 12).



Norte	1803	601	575	192	178	59	13	4
Nordeste	369	369	110	110	121	121	7	7
Centro- Oeste	3501	1751	1723	862	223	112	28	14
Sul	1783	446	1632	408	256	64	22	6
Sudeste	2994	299	1207	121	86	9	7	1
<b>Total no Brasil</b>	<b>10450</b>	<b>523</b>	<b>5247</b>	<b>262</b>	<b>864</b>	<b>43</b>	<b>77</b>	<b>4</b>

**Fonte:** Jornal do Senado apud Secretaria de Políticas para mulheres (SPM), 2008.

Segundo o Jornal do Senado (2008, p.13), “O dado mais animador é o das prisões em flagrante, 864 no período analisado, com médias mais elevadas no Nordeste e no Centro – oeste. A menor foi no Sudeste, exatamente onde se concentra a maior parte da população do país.”

A tabela acima mostra que a região nordeste é a que apresenta menor número de casos instaurados; porém isso não significa que nesta região ocorre menor violência contra mulher. Ao comparar o número de processos e punições, o Nordeste (levando em conta a proporção) é o que mais efetua punições. A esperança é que a lei seja aplicada para que as mulheres sejam encorajadas a denunciar e as instâncias jurídicas tomem medidas punitivas e preventivas. Porém é importante comentar que o setor jurídico deve agir conjuntamente com a equipe multidisciplinar e com as medidas sócio-educativas.

O Jornal do Senado divulgou em 2008 que um dos piores entraves para a Lei Maria da Penha deslanchar está na resistência de boa parte dos juízes em aplicar punições previstas na legislação que combate a violência doméstica. Essa não é apenas uma denúncia frequente das organizações de mulheres.

Magistrados e integrantes do Ministério Público reconhecem que o efetivo cumprimento da lei ainda enfrenta barreiras, cuja origem remonta ao período do Brasil Colônia. Segundo o promotor Fausto Lima, promotor do Ministério Público do Distrito (MPDF), as chamadas Ordenações Filipinas, promulgadas em 1603, compilavam as leis administrativas, criminais e familiares. E, no seu bojo, davam autorização para o marido castigar os filhos, os servos, os escravos e as mulheres.

A existência de Delegacias Especiais de Atendimento a Mulheres em situação de violência, no Brasil, está diretamente relacionada a um processo político - de cerca de trinta anos - de questionamento e desconstrução da ordem de gênero patriarcal, ou como é colocado em documento produzido pelo Brasil Mulher, Núcleo de Salvador/BA, em 1980: trata-se da “luta contra o patriarcado, que está vinculada à luta mais geral pela transformação da sociedade”. Esse processo vem se desenvolvendo desde a chamada Segunda Onda do movimento feminista brasileiro, marcado por elementos como a publicização de violências recorrentes contra mulheres, a oposição ao uso da tese da legítima defesa da honra, a experiência dos SOS's e, finalmente, a implementação de medidas públicas de combate a esse tipo de violência. (AQUINO, 2006, p. 1).

Vinculadas à Secretaria de Segurança Pública dos Estados, em 1985, as DEAMs ou delegacias especiais de atendimento à Mulher marcaram o momento de maior referência, no Brasil, para o combate às violências perpetradas contra mulheres. As DEAMs são serviços públicos, são delegacias de polícia civil.

Blay (2003), com base em sua pesquisa, conclui que para enfrentar a cultura machista e patriarcal são necessárias políticas públicas transversais que atuem modificando a discriminação e a incompreensão de que os Direitos das Mulheres são Direitos Humanos. Modificar a cultura da subordinação de gênero requer uma ação conjugada. Para isso, é fundamental estabelecer uma articulação entre os programas dos ministérios da Justiça, da Educação, da Saúde, do Planejamento e demais ministérios.

Alguns autores, como Giddens e Saffioti, abrem uma discussão sobre a co-dependência e a diferenciação entre autonomia e independência, e Cavalcanti atribui o comportamento permissivo das mulheres à sua permanência em situação de violência. Boszormenty-Nagy (1994), por sua vez, elaborou o conceito de lealdade invisível nas relações familiares, que pode ser apropriado para a análise do fenômeno. Segundo este autor, os compromissos de lealdade são como fibras invisíveis, porém resistentes que mantêm unidos fragmentos complexos de conduta relacional, tanto em família como em sociedade. A base biológica existencial da lealdade familiar consiste nos vínculos de consangüinidade e matrimonial. A compreensão do significado específico da lealdade fundamenta a dinâmica de qualquer grupo social. Na família, a lealdade invisível pode contribuir para o silenciamento e, conseqüentemente, para a invisibilidade da violência contra mulher, pois o agressor é o marido, é o pai, é o irmão, são pessoas que estão unidas pela afetividade, consangüinidade, dívidas emocionais, dentre outros. Não existe, portanto, meios

confiáveis para medir o grau dos compromissos de lealdade e até onde se justifica para a mulher que sofre violência proteger o marido e a família por laços invisíveis, porém fortes, de lealdade.

Portanto, a violência contra a mulher se insere em um quadro complexo, envolvendo várias temporalidades e historicidades, e em um mesmo cenário, laços de intimidade e de violência. Trata-se de relações que são influenciadas pelo jogo de poder, cuja herança é proveniente do patriarcado. Este não se constitui como justificativa para a violência, sendo que, para alguns autores, é uma justificativa obsoleta, enquanto para outros influencia as relações e contribui para o conformismo e para a passividade das mulheres.

Finalizamos este item reforçando que a Lei Maria da Penha foi implantada para o combate à violência contra a mulher, no ambiente doméstico, não ampliando esta proteção para o ambiente público. Porém, se constitui como política pública nacional, assim como as delegacias especializadas para o atendimento à mulher. As DEAMs têm como função tornar visível a violência para o Estado e informar à mulher os direitos a ela conferidos e os serviços disponíveis, como: acompanhar a ofendida para assegurar a retirada de seus pertences do local da ocorrência ou do domicílio familiar, encaminhar a ofendida para o local do atendimento médico, dentre outros.

## 4 CACHOEIRA COMO *LOCUS* DA VIOLÊNCIA

Este estudo tem um pressuposto, não expresso até o momento, de que a cidade configura a identidade das pessoas que habitam seu território, condicionando seu modo de ser, de conduzir-se e de interagir com o meio socioambiental. Deste modo, o psiquismo, e também o sofrimento psíquico, guardam estreita relação com a vida política do sujeito – vida política no sentido de vida na cidade, na *pólis*. Para Ribeiro (2002), investigar os entrecruzamentos dos marcos da vida da pessoa e dos marcos históricos da região onde se processou seu desenvolvimento é imprescindível para o delineamento de intervenções efetivas para a transformação das condições que sustentam a construção de subjetividades que, por sua vez, perpetuam formas, francas ou veladas, de exploração, opressão e violência.

### 4.1 CONTEXTO SÓCIO-HISTÓRICO DE CACHOEIRA: A ESCRAVIDÃO E O RECÔNCAVO BAIANO

#### 4.1.1 Sobre o Recôncavo

Para se ter uma compreensão clara desse processo de ocupação territorial, é necessário ter uma idéia do que é realmente o Recôncavo, esta área histórica conceituada por diversos pesquisadores como Brandão (1998), Pereira (2002), Tavares (1974), dentre outros que serão mencionados ao longo deste tópico. A grosso modo, Recôncavo significa fundo de baía, mas passou a abranger as terras vizinhas adjacentes, com mangues, baixios, serras e tabuleiros.

Brandão (1998) afirma que a região do Recôncavo pode ser compreendida em quatro sub-áreas: a área do massapé, responsável pela produção de açúcar desde o século XVI, englobando Santo Amaro, São Francisco do Conde, Terra Nova e São Sebastião do Passé; o alto Recôncavo, os tabuleiros a oeste dedicados à produção de fumo e alimentos; o baixo Recôncavo, as partes do sul e sudoeste, relacionada à produção de alimentos, olarias e caieiras; e, finalmente, o Recôncavo norte, dedicado à produção do coco da Bahia e à pecuária. Poderíamos continuar conceituando vários “Recôncavos” que mantêm ao mesmo tempo unidade e paradoxalmente também diversidade: Recôncavo canavieiro, Recôncavo fumageiro, Recôncavo mandioqueiro, Recôncavo pesqueiro, Recôncavo da cerâmica, Recôncavo dos alimentos, Recôncavo do carvão e Recôncavo do petróleo.

A comunicação de Salvador com a Europa, África e Oriente era viabilizada por três grandes novos centros ou entrepostos: a vila de Nossa Senhora do Rosário do Porto da Cachoeira, que era o último ponto navegável do rio Paraguaçu. Este é o rio mais caudaloso que deságua na Baía de Todos os Santos, e que viria a se constituir no maior entreposto da Bahia. Era através dessa vila que Salvador perdia o seu isolamento e a vocação de cidade litorânea portuária, pois dali partiam três estradas: a de Muritiba, que seguia pelo porto de São Félix até Rio de Contas, daí para Minas Gerais e Goiás; a estrada de Belém que se ligava à parte sul da província; e a estrada de Capoeiruçu, que ia para Jacobina e para o Piauí. Os outros dois centros eram Nazaré e Santo Amaro, que se constituiriam em terminais de navegação flúvio-marítima, obedecendo sempre aos limites das marés.

Atualmente, poderíamos enumerar os seguintes municípios como compoendo o Recôncavo: Salvador, Santo Amaro, Cachoeira, Nazaré, Santo Antônio de Jesus, Castro Alves, São Sebastião do Passé, Catu, São Gonçalo dos Campos, Camaçari, Conceição do Almeida, Maragogipe, Muritiba, São Félix, Mata de São João, Lauro de Freitas, Conceição de Feira, Jaguaripe, Coração de Maria, São Felipe, São Francisco do Conde, Aratuípe, Simões Filho, Candeias, Terra Nova, Teodoro Sampaio, Amélia Rodrigues, Governador Mangabeira, Sapeaçu, Dom Macedo Costa, Muniz Ferreira, Aratuípe, Sapeaçu.

#### **4.1.2 Rio Paraguaçu**

O rio Paraguaçu nasce na serra do Sincorá, na Chapada Diamantina. É o maior e o mais volumoso rio que desemboca na Baía de Todos os Santos, depois de um curso de 520 Km. Banha na margem esquerda a cidade de Cachoeira, que fica há 40 km de sua foz.

O Paraguaçu é profundo, oferece uma navegação franca e segura, ou melhor, oferecia; hoje o assoreamento compromete o sistema de navegabilidade. No entanto, ainda é navegável desde sua embocadura até as proximidades do município de Cachoeira. Dos povoados de Nagé e Coqueiros à Cachoeira, o rio apresenta largos bancos de areia, dificultando a navegação na baixa maré. A parte navegável corresponde somente ao trecho que vai de Cachoeira à foz, totalizando 40 km. Às suas margens encontram-se as povoações de Nagé, Coqueiros, São Roque do Paraguaçu, São Francisco e São Tiago do Iguape, Tororó e Vitória.

Pereira (2002) afirma que a navegação no rio Paraguaçu converteu o porto de Cachoeira no mais importante da Província. A vila de Cachoeira era uma espécie de entreposto comercial. As causas principais para florescimento da região foram a navegabilidade no rio Paraguaçu e a abertura das estradas para a região de Minas e do gado. Da Vila de N. Sra. do Rosário do Porto da Cachoeira partia a importante estrada de Belém para o sertão. A estrada de Muritiba comunicava-se para o sul, especialmente Minas, São Paulo e Rio de Janeiro, tirando a Província da Bahia do estado de isolamento. A ligação com estrada do gado fazia-se via Capoeiruçu, que se dirigia para o oeste e noroeste da Província, convertendo a vila de Cachoeira no entreposto comercial mais ativo da colônia e depois do Império. Mas a comunicação final com a cidade de Salvador se dava através do rio Paraguaçu via Baía de Todos os Santos.

O rio Paraguaçu foi cenário de lutas durante a guerra da independência do Brasil na Bahia. No dia 25 de junho de 1822, quando os cachoeiranos se concentraram na antiga praça da Regeneração e aclamaram D. Pedro como Regente do Brasil, o general português Madeira de Melo mandou uma escuna-canhoneira vigiar essa movimentação militar na então Vila de N. Sra. do Rosário do Porto da Cachoeira. Após o *Te deum* na Igreja da Matriz, os cachoeiranos passaram a comemorar dando tiros de festim para cima, que foi interpretado pelos ocupantes da canhoneira como uma agressão.

Imediatamente a canhoneira passou a atirar em direção à concentração de gente. Essa batalha durou exatamente três dias. No dia 28, com a correlação de forças totalmente desfavorável, os portugueses tentaram fugir, mas foram surpreendidos pela maré baixa, pois o rio é navegável de acordo com as marés. Daí foi uma presa fácil de serem vencidos. Sua vitória favoreceu a união das vilas do Recôncavo e a conseqüente vitória final em 2 de julho de 1822. Tavares



(1974) discorre que este fato foi essencial também para o povoamento da região, principalmente na criação da Vila de N. Sra. do Rosário do Porto da Cachoeira, em 29 de janeiro de 1698, e depois na elevação à condição de cidade a 13 de março de 1837, através da Lei Provincial nº 43. Esse desenvolvimento contribuiu extraordinariamente para densidade demográfica do Recôncavo.

A navegação a vapor no rio Paraguaçu começou no ano de 1819. A primeira viagem ocorreu no dia 4 de outubro de 1819 entre os portos de Salvador e Cachoeira. O fim do vapor ocorreu na década de 1960 do século XX.

O Paraguaçu sempre foi um rio bastante piscoso. Suas águas ofereceram e ainda oferecem uma variedade de pesca que alimenta toda população ribeirinha. Peixes e mariscos sempre foram admirados pelo mais fino paladar; os robalos, as legendárias petitingas, curimãs, siris, camarões, pitus etc. Hoje, com a instalação do Complexo Pedra do Cavalo, o impacto no meio ambiente ainda não foi responsabilmente avaliado. As águas do baixo Paraguaçu foram salinizadas, fazendo desaparecer algumas espécies que outrora eram abundantes, além do processo de assoreamento na cabeceira do rio em função do garimpo descontrolado, e do desmatamento das margens para criação de gado.

#### 4.1.3 **Escravidão**

Andrade; Teixeira (1988) afirmam que os primeiros engenhos de açúcar do Brasil surgiram no Recôncavo baiano, cuja base de produção era a escravidão, sendo toda produção destinada ao mercado europeu. O modelo de engenho de açúcar introduzido no Recôncavo era formado por uma Casa Grande, uma capela, uma senzala, a Casa de moer, a Casa de cozer e a Casa de purgar o açúcar.

A base da produção desse sistema denominado por Jacob Gorender (1988) como Escravista-colonial, era escravista. O elemento propulsor dessa economia, o escravo, era uma mercadoria cara, que movimentava um pungente mercado, necessária para o funcionamento dos engenhos de açúcar. O escravo residia nas senzalas, vestiam-se de chita ou algodãozinho e comiam uma ração a base de farinha de mandioca, carne seca e rapadura. Eram constantemente vigiados e brutalmente castigados pelo feitor nas mínimas falhas em suas atividades produtivas. Só tinham deveres, em detrimento à ausência de direitos.

Reis (2008) afirma que na primeira metade do século XIX, ocorreram notáveis revoltas nos engenhos do Recôncavo baiano. O governo de Marcos de Noronha e Brito, o VIII Conde dos Arcos, entre 14 de outubro de 1806 a 22 de janeiro de 1808 – foi taxado pelos proprietários da região do Recôncavo como responsável pelas inúmeras revoltas que ocorreram, face à política tolerante de controle dos escravos. Arcos achava que os escravos se rebelavam porque eram maltratados por seus senhores, e que se não lhes fosse permitida uma válvula de escape, eles se levantariam em uníssonos. Acreditava que, para esquecerem a escravidão, o governo deveria permitir que se reunissem publicamente em batuques e outros divertimentos.

Os senhores de engenho do Recôncavo apostavam no endurecimento do controle dos escravos. Foi com esse espírito que se reuniram em São Francisco do Conde, em 27 de fevereiro de 1816, e formularam por meio de um abaixo-assinado para a Corte no Rio de Janeiro, um elenco de medidas drásticas para barrar a onda de rebeldia escrava. As principais medidas foram: a deportação de libertos suspeitos e o enforcamento sumário de escravos rebeldes. Reis (2008) menciona que essas brutais ações da classe dominante branca não foram aceitas, principalmente quanto ao enforcamento dos escravos, que eram prejudiciais aos próprios senhores proprietários. Os senhores de engenho decidiram, então, enviar uma petição ao Príncipe Regente com soluções menos severas para resolver o conflito com os escravos. Uma delas sugeria que a nenhum negro fosse permitido sentar-se na presença de um branco, de maneira a marcar racialmente o lugar desigual de cada indivíduo naquela sociedade. Outra obrigava aos senhores castigar com 150 chibatadas, na frente da família da vítima, qualquer escravo encontrado nas ruas e estradas sem autorização de seu proprietário. Recomendava ainda a criação de uma força de 320 homens armados “para a polícia dos negros” no Recôncavo, como forma de reprimir e pacificar a região.

Os senhores de engenho sugeriram ao governo que, com financiamento deles, implementasse a imediata imigração de “100 famílias brancas de artistas e lavradores,” a fim de diminuir o desequilíbrio numérico em favor dos negros na população do Recôncavo. A carta encaminhada à Sua Alteza Real terminava em tom otimista: “em poucos anos crescerá a povoação Branca a ponto de não haver o menor receio de novas insurreições de pretos.” Essa foi uma das primeiras manifestações da classe dominante brasileira em favor do branqueamento da população através da imigração.

#### 4.1.4 Revoltas nos engenhos

Dez engenhos, em 1827, em São Francisco do Conde eclodiram em revoltas, e dois em Cachoeira. Em 1828, foi a vez de Santo Amaro e do Iguape, distrito de Cachoeira. A revolta no engenho da cidade de Santo Amaro foi considerada como feroz pelos jornais da época, em face da violência que norteou o conflito. Os revoltosos mataram o feitor e vários escravos crioulos que não aderiram ao movimento, até as mulheres foram espancadas pelos rebeldes. Essas revoltas nos engenhos do Recôncavo foram levantadas por Reis (2008) em seu mais recente livro, “Domingos Sodré: um sacerdote africano na Bahia,” representando um desbravamento da documentação primária do assunto.

Reis (2008) também afirma que a revolta de maior impacto, ocorrida em Salvador, foi a do Malês, em 24 e 25 de janeiro de 1835, promovida pelos escravos da etnia haussás, que tinha como objetivo fundar uma República Teocrática Islâmica. Esses escravos mulçumanos haussás, que sabiam ler e escrever em árabe, que liam o Corão, que rezavam em direção a Meca, abalaram o trono dos escravocratas baianos, pois o projeto da criação de um governo teocrático previa o extermínio dos brancos e a escravização dos mulatos.

Como se pode notar, a política de controle dos escravos da classe dominante era exercida de forma brutalmente violenta, muitas vezes chegando ao extremo de ceifar a vida humana. A reação a essa brutalidade pelos negros escravizados muitas vezes também era da mesma forma, ou seja, a utilização da violência.

Azevedo (1998) menciona que o Recôncavo, por ser o primeiro núcleo urbano do Brasil e onde se iniciou o cultivo da cana-de-açúcar em escala de industrialização, e cuja produção ia para o abastecimento do mercado europeu, aglutinou um universo extraordinário de negros africanos na condição de trabalhador de eito com a função de escravo. Como se pode concluir, os negros não foram passivos em relação à escravidão, como alguns historiadores tentaram interpretar; ao contrário, as revoltas no Recôncavo Baiano mostram que eles enfrentaram politicamente a instituição da escravidão.

## 4.2 A CIDADE DA CACHOEIRA

Revivei, terra heróica e fremente  
Que, com sangue, denodo e vanglória,  
Escrevestes teu nome eloqüente  
Nos anais de ouro eterno  
Supremo  
Da História  
(Hino do Município)

Cachoeira, berço da independência do Brasil, é considerada cidade histórica. Faz limites com os seguintes municípios: ao norte, Conceição de Feira; a leste, Santo Amaro e Saubara; Maragojipe, São Félix, Governador Mangabeira e Muritiba, a oeste.

A cidade, segundo o IBGE (2000), possui 31.352 habitantes distribuídos em Distritos/Povoados: Belém de Cachoeira, Santiago do Iguape, São Francisco do Paraguaçu, Capoeiruçu, Boa Vista, Tupim, Saco, Pinguela, Murutuba, Alecrim, Bela Vista, Caonge, Calolé, Opalma, Terra Vermelha, Pe. Inácio, Tibiri, Tabuleiro da Vitória. Conforme mostra a tabela abaixo:

**Tabela 5**  
Caracterização do território, Cachoeira, 2000

Área	Densidade demográfica	Ano de instalação	Distância à capital
400 Km <sup>2</sup>	75,8 hab/Km <sup>2</sup>	1.693	62,2 Km

Fonte: IBGE, 2000.

A população urbana consta de 16.304 moradores, e a rural, 15.048 (IBGE, 2007). Sendo 14.885 homens e 15.531 mulheres (IBGE, 2000). O IBGE (2000) divulgou que, no período 1991-2000, a população de Cachoeira teve uma taxa média de crescimento anual de 0,84%, passando de 28.290 em 1991 para 30.416 em 2000 (Tabela 5). A taxa de urbanização cresceu pouco, 3,74, passando de 50,17% em 1991 para 52,05% em 2000 assim como a sua população. Em 2000, a população do município representava 0,23% da população do Estado, e 0,02% da população do país. Deste modo, demograficamente, Cachoeira não mudou muito entre 1990 e 2000.

**Tabela 6**

População por situação de domicílio: 1991 e 2000, Cachoeira, 2000

Ano	População total	Urbana	Rural	Taxa de urbanização
1991	28.290	14.193	14.097	50,17%
2000	30.416	15.831	14.585	52,05%

Fonte: IBGE 2000.

Quanto ao nome da cidade, segundo Santos (2001),

O nome Cachoeira é bastante discutido entre os estudiosos, pois, o Rio Paraguaçu não possui grandes quedas d'água, no local, que mereça esse nome. Os seus afluentes, porém, são capazes de mostrar quedas mais ou menos notáveis. Talvez, derive o nome de Cachoeira de uma grande pancada que dava as águas do rio despenhadas de uma grande altura, pouca distância daquela vila. É possível que as corredeiras existentes logo acima do rio que impedem a navegação, tivessem provocado essa denominação desde os primeiros tempos coloniais. (SANTOS, 2001, p. 40).

O rio é muito importante para a cidade, quer histórica, quer econômica, quer socialmente, como se pode observar na seguinte estrofe:

“O vapor de Cachoeira  
não navega mais no mar  
arriba o pano, toca o búzio  
Nós queremos navegar”  
“Lá vai uma, lá vão duas  
lá vai três pela primeira  
lá vai o meu amor embora  
no vapor de Cachoeira.”  
(ARNIZÁU, 1998)

Compõe a paisagem de Cachoeira a ponte Dom Pedro II. Esta liga esta cidade a São Félix. Esta obra feita de ferro e medindo 356 metros de comprimento passa sobre o Rio Paraguaçu e até recentemente, foi considerada a maior obra de arte no gênero realizada no Brasil. Cortada pelo Rio Paraguaçu, Cachoeira exhibe um cenário colonial marcado pela presença de arquiteturas que marcam a influência da colonização portuguesa. Em relação à arquitetura religiosa, existem muitas Igrejas Católicas, com objetos de ouro e aspecto que caracteriza a época barroca.

A religiosidade se manifesta no povo Cachoeirano através de grupos que adotam uma religião; seja ela o catolicismo, protestantismo ou candomblé. O sincretismo religioso toma aspecto

grandioso em Cachoeira e se manifesta através de festas afro-católicas como a de Nossa Senhora da Boa Morte, Nossa Senhora da Ajuda, dentre outras.

Realizada na primeira quinzena de agosto, a festa de Nossa Sra da Boa Morte e Glória, acontece com tríduo religioso, missa festiva e procissões pelas ruas de Cachoeira. A festa é patrocinada pela Irmandade de Nossa Senhora da Boa Morte, formada por mulheres negras, que usam na ocasião, além de trajes belíssimos ainda, jóias riquíssimas de ouro e prata como braceletes, colares, brincos e anéis. Primitivamente era comemorada na Igreja Matriz, e agora, após ter recebido como presente do governo da Bahia, a restauração de sua casa e capela, situados no belo quarteirão arquitetônico de Cachoeira, à Rua Treze de Maio, os festejos acontecem lá mesmo. Com missas e procissões. A festa de Nossa Sra da Boa Morte ganhou, nos últimos anos, um caráter internacional, atraindo turistas de todos os cantos do mundo. (SANTOS, 2001, p. 71).

Cachoeira, tombada pelo Patrimônio Histórico, apresenta riqueza arquitetônica e cultural, atraindo turistas de todos os lugares. Dentre alguns roteiros mais visitados têm-se: Centro Cultural Dannemann, as Igrejas Católicas, Estação Ferroviária, Pouso da Palavra Damário Da Cruz, Ponte Dom Pedro II, Câmara dos Vereadores.

Além do turismo, a implantação da Faculdade Adventista de fisioterapia, a chegada da Faculdade do Recôncavo e da fábrica de couro, provavelmente contribuíram para a melhora do nível educacional, diminuição do nível de vulnerabilidade e crescimento econômico da população.

Conforme tabela abaixo, em Cachoeira o IBGE (2000) divulgou que houve redução na taxa de analfabetismo, bem como aumento na média de anos de estudo. A população de Cachoeira está tendo mais acesso ao conhecimento quando comparados os indicadores de 1991 e 2000.

**Tabela 7**

Nível de educação da população adulta (25 anos ou mais), Cachoeira, 1991 e 2000

Ano	Taxa de analfabetismo	% com menos de 4 anos de estudo	% com menos de 8 anos de estudo	Média de anos de estudo
1991	40,2	58,6	80,6	3,5
2000	26,5	45,5	72,0	4,8

Fonte: IBGE 2000.

Com relação ao índice de crescimento econômico, o mesmo instituto informa que Cachoeira o índice de Gini passou de 0,65 (1991) para 0,60 (2000), o que mostra que a proporção de pobres reduziu de 76,8% para 58,6. A renda per capita média do município cresceu 43,65%, passando de R\$ 83,17 em 1991 para R\$ 119,47 em 2000. A pobreza (medida pela proporção de pessoas com

renda domiciliar per capita inferior a R\$ 75,50, equivalente à metade do salário mínimo vigente em agosto de 2000) diminuiu 23,65%, passando de 76,8% em 1991 para 58,6% em 2000. A desigualdade diminuiu: o Índice de Gini passou de 0,65 em 1991 para 0,60 em 2000.

**Tabela 8**

Indicadores de renda, pobreza e desigualdade, Cachoeira, 1991 e 2000

<b>Ano</b>	<b>Renda per capita média (R\$ de 2000)</b>	<b>Proporção de pobres (%)</b>	<b>Índice de Gini</b>
<b>1991</b>	83,2	76,8	0,65
<b>2000</b>	119,5	58,6	0,60

Fonte: IBGE 2000.

Na mesma direção que o índice de Gini, as tabelas IX e X mostram um aumento não acentuado em índices que medem a qualidade de vida a partir do acesso a serviços básicos – água encanada, energia elétrica e coleta de lixo, e o acesso a bens de consumo – geladeira, televisão e telefone, indicando uma melhoria na qualidade de vida populacional.

**Tabela 9**

Acesso a serviços básicos, Cachoeira, 1991 e 2000

<b>Ano</b>	<b>Água encanada</b>	<b>Energia elétrica</b>	<b>Coleta de lixo<sup>2</sup></b>
<b>1991</b>	49,3	80,2	47,2
<b>2000</b>	57,6	86,1	84,1

Fonte: IBGE 2000.

**Tabela 10**

Acesso a bens de consumo, Cachoeira, 1991 e 2000

<b>Ano</b>	<b>Geladeira</b>	<b>Televisão</b>	<b>Telefone</b>	<b>Computador</b>
<b>1991</b>	52,4	57,3	9,0	Não disponível
<b>2000</b>	69,3	77,3	11,9	3,0

Fonte: IBGE 2000.

Com referência à vulnerabilidade, o IBGE informou que, no ano de 2000, houve uma redução da mesma. Porém, é necessário salientar que para famílias com renda inferior a ½ salário mínimo o percentual ainda é significativo: 71,6%, conforme tabela abaixo:

<sup>2</sup> Somente domicílios urbanos. Fonte: IBGE 2000.

**Tabela 11**

Indicadores de vulnerabilidade familiar, Cachoeira, 1991 e 2000

<b>Ano</b>	<b>% de mulheres de 10 a 14 anos com filhos</b>	<b>% de mulheres de 15 a 17 anos com filhos</b>	<b>% de crianças em famílias com renda inferior à ½ salário mínimo</b>	<b>% de mães chefes de família, sem cônjuge, com filhos menores</b>
<b>1991</b>	Não Disponível	12,9	85,3	11,3
<b>2000</b>	0,0	6,7	71,6	8,1

Fonte: IBGE 2000.

Barros; Carvalho e Franco (2005) afirmam que a vulnerabilidade de uma família representa o volume adicional de recursos que ela requer para satisfazer suas necessidades básicas, relativamente ao que seria requerido por uma família padrão. A presença, por exemplo, de gestantes, crianças, adolescentes, jovens e idosos aumenta sua vulnerabilidade, na medida em que o volume de recursos necessários para a satisfação de suas necessidades básicas é maior.

Segundo dados do IBGE (2000), entre 1991-2000, o Índice de Desenvolvimento Humano Municipal (IDH-M) de Cachoeira cresceu 13,88%, passando de 0,598 em 1991 para 0,681.

**Tabela 12**

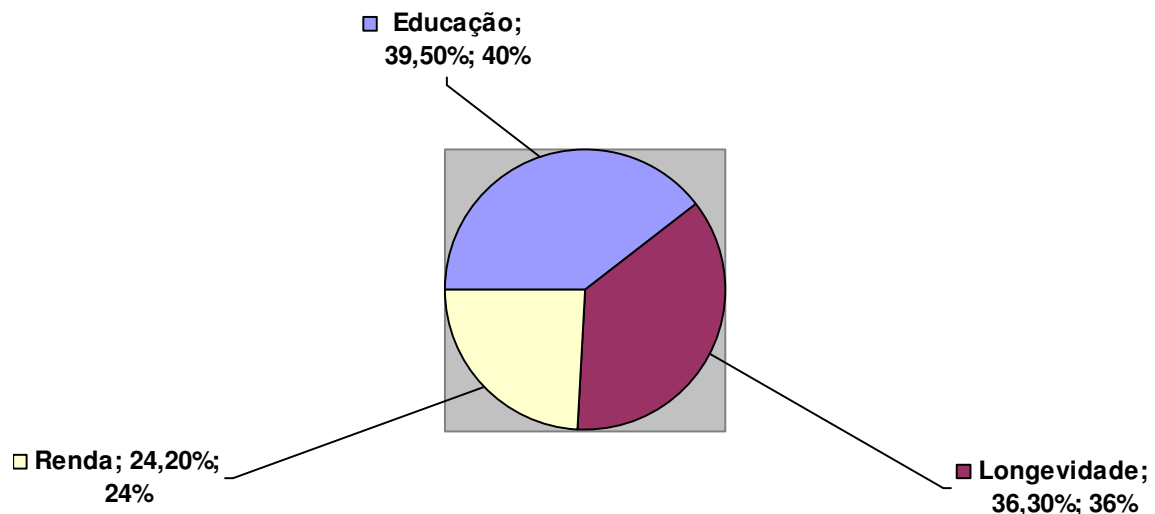
Desenvolvimento Humano Municipal, Cachoeira, 2000

<b>Ano</b>	<b>IDH municipal</b>	<b>Educação</b>	<b>Longevidade</b>	<b>Renda</b>
<b>1991</b>	0,598	0,698	0,585	0,511
<b>2000</b>	0,681	0,796	0,675	0,571

Fonte: IBGE 2000.

O conjunto de dados e índices apresentados anteriormente reforçam que ocorreu uma melhoria na qualidade de vida da população no período. A dimensão que mais contribuiu para este crescimento foi a Educação, com 39,5%, seguida pela Longevidade, com 36,3% e pela Renda, com 24,2%. Em 2000, o Índice de Desenvolvimento Humano Municipal de Cachoeira é 0,681. Segundo a classificação do PNUD (informada pelo IBGE), o município está entre as regiões consideradas de médio desenvolvimento humano (IDH entre 0,5 e 0,8). (Gráfico 1).





**Gráfico 1 – Educação, renda e longevidade, Cachoeira, 2000**

**Fonte:** IBGE, 2000.

O mesmo instituto divulgou que se Cachoeira mantivesse esta taxa de crescimento do IDH-M, o município levaria 20 anos para alcançar São Caetano do Sul (SP), o município com melhor IDH-M do Brasil (0,919), e 11,2 anos para alcançar Salvador (Ba), o município com melhor IDH-M do Estado (0,805). Em relação aos outros municípios do Estado, Cachoeira apresenta uma situação relativamente boa: ocupa a 42ª posição, sendo que 41 municípios (9,9%) estão em situação melhor e 373 municípios (90,1%) estão em situação pior ou igual.

Portanto, se de um lado há evidências de que a população de Cachoeira pode se apropriar de bens e serviços, de outro, continua bastante longe de alcançar um nível considerado bom segundo os índices utilizados como medida de desenvolvimento humano.

A seguir, apresentaremos os dados censitários sobre os habitantes por raça ou cor (Tabela 13), os quadros sobre violência nos municípios próximos à cidade de Cachoeira.

Cachoeira, assim como as demais cidades do recôncavo baiano, recebeu influência da África, devido à presença de escravos que circularam e permaneceram nesta cidade. Nos tempos da escravidão, eles eram destinados ao trabalho compulsório nas grandes fazendas de cana-de-açúcar. O candomblé, a capoeira, a comida rica em dendê são frutos dessa influência africana que marca e caracteriza a presença do negro neste território. A influência africana, nesta cidade, é

muito marcante, determinando inclusive o fenótipo da população, como por exemplo, a cor ou raça dos cachoeiranos. Os dados censitários mostram que a maior parte da população de Cachoeira é composta por negros (Tabela 13); somado ao número de pardos, equivale a 26.061 habitantes, o que corresponde a 87% da população de Cachoeira.

**Tabela 13**

Número de habitantes por raça ou cor, Cachoeira, 2000

<b>Cor ou raça</b>	<b>Número de habitantes</b>
Branca	3.447
Preta	7.777
Amarela	135
Parda	18.284
Indígena	227

Fonte: IBGE 2000.

A referência dos quadros sobre violência dos municípios próximos de Cachoeira, como Cruz das Almas (Tabela 14), Muritiba (Tabela 15) e São Félix (Tabela 16), mostram que a violência existe, apesar de não corresponder à realidade.

A circulação de moradores locais pelo circuito Cachoeira - São Félix – Muritiba -Cruz das Almas pode gerar dados sobre violência contra a mulher que não correspondem à realidade, pois podem estar misturados. Por isso, se faz necessário conhecer também os dados de violência contra mulher em São Félix, Muritiba e Cruz das Almas, pois neles podem estar contidos queixas também de mulheres que residem em Cachoeira.

**Tabela 14**

Violência contra mulher em Cruz das Almas: janeiro a dezembro de 2007

Tentativa de Homicídio	-
Lesão corporal dolosa	33
Lesão corporal culposa no trânsito	11
Outras lesões corporais culposas	1
Outros crimes resultantes em lesão corporal	-
Ameaça	30

Fonte: CEDEP 2008.

**Tabela 15**

Violência contra mulher em Muritiba: janeiro a dezembro de 2007

Tentativa de Homicídio	-
Lesão corporal dolosa	20
Lesão corporal culposa no trânsito	2
Outras lesões corporais culposas	-
Outros crimes resultantes em lesão corporal	-
Ameaça	72

Fonte: CEDEP 2008.

**Tabela 16**

Violência contra mulher em São Félix: janeiro a dezembro de 2007

Tentativa de Homicídio	-
Lesão corporal dolosa	27
Lesão corporal culposa no trânsito	14
Outras lesões corporais culposas	1
Outros crimes resultantes em lesão corporal	-
Ameaça	26

Fonte: CEDEP 2008.

Pode-se observar que ocorreram em 2007, um total de 80 queixas de mulheres em lesão corporal dolosa e 128 como ameaças, em um total de 237 queixas.

Em conformidade com os demais locais, a violência contra a mulher em Cachoeira (Tabela 17) se concentra em queixas quanto à lesão corporal dolosa (34) e ameaças (55), havendo, contudo, outras lesões (38), resultando em um total de queixas de 72 lesões corporais, equivalente ao total das três localidades anteriores.

**Tabela 17**

Violência contra mulher em Cachoeira: janeiro a dezembro de 2007

Tentativa de Homicídio	1
Lesão corporal dolosa	34
Lesão corporal culposa no trânsito	1
Outras lesões corporais culposas	2
Outros crimes resultantes em lesão corporal	35
Ameaça	55

Fonte: CEDEP 2008.

Partindo-se do pressuposto de que as proximidades desses locais: Cachoeira, São Félix, Muritiba e Cruz das Almas facilitam o acesso, rotineiro e cotidiano, dos moradores entre essas cidades, as mulheres cachoeiranas também podem sofrer violência do marido – companheiro, fora do ambiente doméstico, durante o trânsito pelo circuito Cachoeira/São Félix, Cachoeira/Muritiba,

Cachoeira/Cruz das Almas, e o registro da queixa pode ser realizada no local onde sofreu violência, fora da cidade onde reside. Face a isso, através dos dados do CEDEP, a violência contra mulher em Cachoeira se torna visível, porém com uma visibilidade prejudicada.

## **5 ESTUDO DE CASO**

### **5.1 PERCURSO METODOLÓGICO**

Foi realizado inicialmente um levantamento bibliográfico com base em livros, artigos, jornais e revistas, tendo como fonte o acervo da biblioteca da UCSAL (Universidade Católica do Salvador localizado no Campus da Garibaldi), NEIM (Núcleo de Estudo Interdisciplinar da Mulher) e material cedido pela professora Vanessa Cavalcanti.

Uma vez equacionada a problemática, procurou-se caracterizar a cidade de Cachoeira social e demograficamente, e quanto ao seu histórico, no referente ao tema em pauta.

O trabalho de campo, por sua vez, procurou obter uma visão panorâmica do (re)conhecimento a respeito da violência conjugal na cidade de Cachoeira. Para isto, serviu-se de todos os instrumentos disponíveis, devido à pressuposição de que os dados não estariam evidentes e necessitariam ser acessados de modo indireto e múltiplo, tendo sido coletados em fontes diversas.

Referente ao trabalho de campo, foram aplicados questionários a vários setores da sociedade de Cachoeira, considerados como representantes de diversas vertentes societárias cujo conjunto poderia fornecer uma visão panorâmica do tema em pauta: educação (estudantes e professores), sociedade civil (feirantes e comerciantes), saúde (médicos), religiosos (irmãs, padre, beatas,

membros da Irmandade Boa Morte, adeptos do Candomblé), poder público (vice-prefeito, vereadores, secretarias da Assistência Social e da educação, polícia civil e militar).

Os feirantes foram incluídos por ser Cachoeira um centro de distribuição de produtos agrícolas. Quanto aos religiosos, além dos representantes católicos, foram incluídos os adeptos do candomblé devido à forte influência afro-descendente, conforme já descrito, enquanto a Irmandade da Boa Morte é um grupo de mulheres negras que veio a caracterizar a própria cidade de Cachoeira, interpenetrando as suas histórias.

As fontes acessadas foram:

- a) dados censitários (divulgados pelo IBGE 2000);
- b) dados iconográficos;
- c) levantamento de quatro episódios passados de violência ocorridos nos anos de 1955, 1965, 1998 e 2003, na voz de residentes do local: parentes, vizinhos e amigos da vítima, bem como moradores antigos de Cachoeira;
- d) levantamento de dados fornecidos pelo CEDEP no período de 2004 a 2008;
- e) quatro processos crimes coletados no Fórum da cidade de Cachoeira correspondentes aos anos de 1995, 1996 e 2008;
- f) um questionário semi-estruturado, constando sete questões objetivas e duas subjetivas, aplicado em 34 alunos da oitava série do Colégio Estadual da Cachoeira e aos professores que expressaram, dentre outros itens, sua opinião sobre o significado de violência;
- g) entrevista semi-estruturada com uma mulher que sofreu violência;
- h) um questionário semi-estruturado, constando sete questões objetivas e duas subjetivas, aplicado aos comerciantes, religiosas incluindo padre, freira, feirantes, estudantes, professores, representante da Irmandade da Boa Morte, terreiro de candomblé, policiais civis e militares, médicos, políticos a ser realizado. (Tabela 18).

**Tabela 18**

Categorias sócio-profissionais de entrevistados em Cachoeira, 2009

<b>MORADORES</b>	<b>QUANTIDADE</b>
------------------	-------------------

---

Estudantes	34
Professores	6
Feirantes	28
Comerciantes	50
Irmãs sacramentinas	6
Padre	1
Beata	3
Representante da boa morte	1
Candomblé	9
Vice-prefeito	1
Secretária de assistência social	1
Secretário de educação	1
Vereadores	9
Polícia civil	2
Polícia militar	7
<b>TOTAL</b>	<b>159</b>

---

Devemos observar que não se objetivou uma representatividade estatística dos segmentos componentes da sociedade local, mas sim que tais segmentos estivessem representados no quadro panorâmico da cidade.

Devido às características específicas de cada uma das fontes coletadas, a análise será realizada em vários níveis: cada parte componente será analisada independentemente das demais para, posteriormente, serem objeto de uma análise geral.

Além disto, devido à natureza dos dados coletados, a natureza da análise também será diferenciada, correspondendo ao tipo do dado coletado.

Alguns dos dados, recolhidos por meio das entrevistas e questionários, receberão tratamento estatístico. Para a apresentação dos dados quantitativos, será utilizado o programa estatístico Statistical Package for the Social Sciences 16.0 (SPSS), que permite trabalhar os dados quantitativos de forma estatística e, ao mesmo tempo, fazer os cruzamentos que se fizerem necessários.

## 5.2 UMA “ARQUEOLOGIA VIRTUAL DO PRESENTE” DA VIOLÊNCIA CONJUGAL EM CACHOEIRA.”

Iniciaremos a apresentação do estudo pelos dados coletados em fontes variadas referentes a eventos já ocorridos na cidade. Por isto, denominaremos este item uma arqueologia virtual do presente no sentido dado por Santos (1995) como uma escavação que permite recuperar elementos de uma memória registrada quer oralmente quer em documentos, geralmente silenciada.

### 5. 3 REMEMORIZAÇÃO DE FATOS CHOCANTES: NA VOZ (OU BORBURINHOS) DA COMUNIDADE CACHOEIRANA

Neste item, serão relatados quatro casos que permanecem na memória coletiva da comunidade.

O acesso à comunidade cachoeirana foi relativamente facilitado pelos anos de convivência nesse local. Inicialmente, procurei duas senhoras que fazem parte do grupo de terceira idade, pelo fato de morarem há bastante tempo no local. Uma das senhoras relatou que presenciou um caso envolvendo um casal de vizinhos, não incluído neste estudo devido ao seu teor de violência ser muito inferior aos demais. A outra senhora pouco ajudou por ser portadora de uma doença degenerativa do sistema nervoso central, o que comprometia sua memória; porém, diante do fato, seu filho me direcionou a algumas pessoas do local que teriam condições de me contar com detalhes os casos que ele ouviu como criança e nunca esqueceu. As histórias foram contadas por vizinhos e parentes das vítimas.

#### **a) Caso ocorrido em 1955-1956**

Em entrevista com o irmão da vítima, que na época do assassinato morava no Rio de Janeiro, menciona que o cunhado era muito ciumento e por isso esfaqueou a esposa com trinta e sete facadas, na residência do casal. O sogro foi defender a filha, mas também foi morto pelo genro com facada pelas costas. Não contente o agressor também ia matar a filha de aproximadamente um ano, que se encontrava no berço, mas a sogra pegou a criança antes que isto ocorresse.

#### **b) Caso ocorrido em 1965, aproximadamente**

Segundo a memória de moradores de Cachoeira, o agressor – feticida, trabalhava e morava fora da cidade e a família (esposa e dois filhos) moravam em Cachoeira (em uma rua atrás do chafariz). Ele usava os fins de semana para ver a família. No local do trabalho, conheceu outra mulher (muito bonita) e começou a se relacionar com ela. Diante de problemas na cidade em que trabalhava (por ter matado uma mulher) retornou a Cachoeira. A amante veio atrás dele e se hospedou em uma pensão. A mesma lhe presenteou com uma arma (o agressor gostava muito de armas).

A chegada da amante em Cachoeira causou brigas entre o casal, apesar do agressor ter dito a esposa que havia mandado a amante ir embora. Então o mesmo perguntou à esposa: Então o que devo fazer? Você quer que eu a mate? E a esposa disse que sim.

O agressor saiu de casa com a arma que a amante havia lhe presenteado, foi até a pensão e deu dois tiros na amante. Em seguida retornou a residência, colocou o revólver sobre a mesa e disse a esposa: Fiz sua vontade, já a matei. Em seguida saiu, passou em uma venda, comprou um pacote de carteiras de cigarro e se entregou a polícia. Com vergonha, sua família foi embora de Cachoeira.

### **c) Caso ocorrido em 1998**

Segundo história lembrada por morador de Cachoeira, a vítima e o agressor namoravam desde que eram crianças e quando na fase adulta se casaram. O marido bebia socialmente, mas não se sabe o motivo de ter chegado bêbado em casa, discutindo e batendo na esposa. O marido pegou o revólver para atirar na esposa e a mesma se jogou do primeiro andar da sua casa. Os vizinhos deram socorro. Alguns dos vizinhos comentaram, na época, que o motivo da agressão foi porque ela não aceitou fazer sexo com ele. O vizinho entrevistado afirma ter sido ele quem impediu o marido de ter matado a esposa.

Depois de ocorrido o episódio a esposa ficou mais de um ano sem falar com o marido, morando em casa separada. Após muita insistência ela retornou para casa e para o marido, porém o vizinho afirma que nunca mais viu os dois passeando e/ou saindo juntos.



#### d) Caso ocorrido em 2003

Mulher, mãe de duas filhas, separada do marido. Conheceu outro homem (filho de uma mulher que vivia do sexo), e moraram juntos aproximadamente por três anos. Devido ao ciúme exagerado do companheiro, a esposa-companheira tentou romper o relacionamento, várias vezes colocando-o para fora de casa, mas o cônjuge não aceitava. Numa dessas vezes em que brigaram, o mesmo a golpeou com mareta na cabeça; em seguida amarrou saco plástico na cabeça da esposa-companheira (que se encontrava desmaiada) e a colocou embaixo da cama agonizando. As duas filhas presenciaram tudo e começaram a chorar. Ele ameaçou as meninas e feriu a mais velha (12 anos) com material perfuro-cortante (faca) no abdômen.

Após dois dias, através de denúncia da vizinhança, as duas meninas (uma de 8 anos e outra de 12 anos) foram resgatadas pela polícia e pelo pai biológico. Mário foi preso e, posteriormente, foi encontrado morto na cadeia.

	<b>CASO A</b>	<b>CASO B</b>	<b>CASO C</b>	<b>CASO D</b>
<b>Ano</b>	<b>1955 - 1956</b>	<b>1965</b>	<b>1998</b>	<b>2003</b>
<b>Característica</b>	Esfaqueou a esposa com trinta e sete facadas, na residência do casal.	O agressor saiu de casa com a arma que a amante havia lhe presenteado, foi até a pensão (onde estava hospedada) e deu dois tiros na amante,	O marido pegou o revólver para atirar na esposa e a mesma se jogou do primeiro andar da sua casa, os vizinhos deram socorro.	Golpeou com mareta na cabeça, em seguida amarrou saco plástico na cabeça da esposa - companheira (que se encontrava desmaiada) e a colocou embaixo da cama agonizando.
<b>Local</b>	Ambiente privado – casa	Ambiente Privado – pensão	Ambiente privado – casa	Ambiente privado - casa
<b>Tipo de violência</b>	Lesão corporal dolosa	Lesão corporal dolosa	Outro tipo de lesão corporal	Lesão corporal dolosa
<b>Tipo de arma</b>	Faca	Arma de fogo	Arma de fogo	Mareta

**Quadro 1** – Rememoração de casos chocantes, Cachoeira, 2008

**Fonte:** Estudo de Campo, borburrinhos da sociedade Cachoeirana, 2008.

Assim, os casos aconteceram em ambiente privado, com lesão corporal dolosa e a utilização de algum tipo de arma.

- **Análise**

As vítimas tendem a silenciar sobre o assunto, seja por medo de represália, quando o autor é familiar ou conhecido, vergonha, sentimentos de humilhação e culpa, já que persiste no imaginário social, e mesmo entre os profissionais de saúde que atendem em serviços de emergência, a idéia de que a mulher é culpada pela violência sofrida. (VILLELA; LAGO, 2007, p. 472).

Estes casos são ilustrativos de uma corrente de agressividade contra a mulher por parte de seu companheiro no sentido de serem o que emerge à superfície, podendo ser recuperados por persistirem como memória coletiva. (HOBSBAWN, 1990).

O fato de alguns datarem de 50 anos atrás mostra como a violência está marcada no corpo e na alma de uma população que, de modo aberto, não a revela.

Os casos relatados se diferenciam, e não podem ser analisados de uma mesma maneira, embora hajam algumas semelhanças importantes, como, por exemplo, a presença de familiares e/ou vizinhos, cuja interferência é fundamental para que o crime não se consubstancialize. Sua presença se dá concomitante à ausência de outras figuras de autoridade.

O móvel do crime aparece associado principalmente ao ciúmes, e as crianças não são poupadas pelo agressor. Em um caso, a vinculação com a família, ante a sua própria traição, foi o móvel do crime. O marido prefere matar a amante a perder a família, sendo que, afinal, tudo perde. Esse caso indica um conflito moral não revelado pelos demais. Nos outros casos, o homem parece que, ao perder o poder, real ou imaginário, sobre a companheira usa da violência como forma de se afirmar.

O ato agressivo se dá de modo impulsivo, mas em alguns casos, havia antecedentes que mostravam o potencial violento. Um dos homens se entrega à polícia, outro é preso e assassinado na cadeia. A corrente da violência continua se propagando.

Os casos de violência rememorizados ocorrerem no ambiente doméstico, local em que se pressupõe estar longe de olhares de estranhos e propício para que a violência tenha recidiva, ocorrendo de forma gradativa até culminar com seqüelas graves ou morte. Durante a coleta dos relatos dos casos, as pessoas pareceram adotar uma postura meramente de expectadoras, de alguém que conta um espetáculo, que fomenta o “disse me disse,” desprovido do sentimento de responsabilidade social. Com exceção do irmão da vítima - que não quis falar muito sobre o assunto por não estar morando em Cachoeira no ano em que ocorreu assassinato da sua irmã, não foi percebida nenhuma demonstração de indignação dos entrevistados diante dos fatos relatados. O fato parece ser contado muito mais pela “satisfação” de contar o que aconteceu do que pela consciência da gravidade dos casos em si. Não foi percebido uma consciência social que demonstrasse a necessidade de sair do silenciamento. Pressupõe-se, portanto que o que não é percebido, não existe, portanto não pode ser identificado, e muito menos denunciado. Nenhum dos casos acima foi denunciado pelos envolvidos ou por outrém, apenas foram lembrados devido ao requinte de crueldade: esfaqueou a esposa com trinta e sete facadas, golpeou a cabeça com uma maretá e depois amarrou um saco plástico na cabeça da esposa, pelo fato de ter marcado um episódio de fofocas e de escândalos.

Conforme Elias (1985), a fofoca, no sentido de transmissão informal de informações, está a serviço de uma sociogênese em que alguns grupos se afirmam como superiores em relação a outros. Essa transmissão corresponde às engrenagens de uma roda que faz a comunidade caminhar. Trocam-se informações em lugares privilegiados como após a missa, no bar, no barbeiro, etc. Ela fornece o prazer de conversar com outros sobre coisas proibidas, que não deveriam ser feitas, sentir o medo e a culpa que teriam experimentado se tivessem feito, e aliviados por “não era eu.” O que define a fofoca é o interesse compartilhado pelo que é transmitido. Assim, a informação que é passada faz parte de uma rede que, em certo sentido, define a identidade das pessoas. Segundo Elias (1985), nenhum indivíduo cresce sem uma ancoragem de sua identidade pessoal em uma identificação com um grupo ou grupos.

Este autor aponta a força da história incorporada que faz com que as pessoas tenham interesse em defender a imagem de seu próprio grupo como “positivo” contra a de um grupo “negativo.” O

que se transmite ou não, e como é transmitido, faz parte de uma identidade coletiva, produzida por diversos processos de pressões sociais, que depende das normas, das crenças e das relações comunitárias.

Assim, psiquicamente, há um mecanismo de repressão de desejos que não podem ser expressos, de esquecimento dos mesmos e de deslocamento para quem os realiza. Deste modo, a condenação de quem violou as regras tem uma forte função de integração grupal. Contudo, aponta o autor que ela não nasce do nada: ela mantém vivo e reforça os vínculos pré-existentes no grupo. Para ele, sociedades mais simples seriam mais propícias a uma maior distorção entre a imagem e a realidade devido a se sentirem menos seguras de sua superioridade e de sua honra, o que aumenta a rigidez e modela a “fofocagem.”

Conforme aponta Elias (1985), embora em outro contexto, são as sociedades mais ameaçadas e vulneráveis as que exercem menos controle sobre a “natureza,” sobre si própria e sobre os outros, o que as torna mais vulneráveis. Assim, podemos aventar que a sociedade cachoeirense modelou mecanismos associados à fofoca que tanto veiculam fatos quanto os ocultam, veiculando-os apenas como expressão de desejos não realizados.

No entanto, alguns casos chegam às autoridades conforme exposto a seguir.

#### 5.4 PROCESSOS CRIMES

Neste item, relataremos os processos em que os crimes foram cometidos por companheiros contra suas mulheres.

##### **a) Caso ocorrido em 21 de novembro 1995**

“Segundo narra a peça inquisitorial no Acusado do dia 21 de novembro de 1995, no interior de sua residência cita na ladeira Manoel Vitorino, s/nº, nesta cidade, espancou barbaramente sua companheira, provocando-lhe as lesões descritas na declaração de óbito de fls. 13 e guia de sepultamento de fls. 12 dos autos, que em consequência causaram sua morte. Apurou-se também que o acusado permaneceu com a vítima em casa, sem lhe prestar qualquer auxílio, ficando ela

prostrada em seu leito, em estado de coma, e barbaramente lesionada, tendo sido socorrida por vizinhas que presenciaram a forma lastimável como encontrava o corpo, apresentando queimaduras nas pernas, olhos vazados, com forte odor de carne podre exalando do mesmo, e preocupadas com seu estado de saúde chamaram a Polícia para transferi-la até o hospital.”

**Testemunha A:** Ela afirmou ter entrado na casa da vítima por volta das 22:40h e a encontrou com muitas lesões pelo corpo e com formigas nas nádegas. A testemunha diz ter perguntado ao agressor, companheiro da vítima, a causa das lesões e este disse que era cachaça. A assentada mencionou que o réu sempre espancava sua companheira e que a última vez que vira foi no sábado 18 de novembro de 1995, por volta das 09:30h.

**Testemunha B:** menor de 14 anos disse que a relação do casal era bastante conturbada e que o réu freqüentemente espancava a sua companheira, chegando, certa feita a quebrar-lhe o braço, e que a última vez que vira a vítima foi no dia 19 de novembro de 1995. Afirma ter conversado com a vítima e a mesma encontrava-se normal.

**Testemunha C:** Diz que réu chegou acompanhado por uma menor e um motorista de táxi e o mesmo queixava-se de que ao chegar em casa encontrou sua companheira estendida no chão com várias lesões e que não sabia quem havia praticado as lesões, que indo ao local removeu a vítima para o hospital onde o médico lhe comunicou que a vítima estava em estado de coma e que resolveu prendê-lo pelo fato de não estar conseguindo explicar convincentemente o fato, por suas declarações estarem contradizendo com as da menor e por está embriagado...

**Testemunha D:** Afirmou que foi informada por um menino que a vítima estava morta no interior de sua residência...; que não sabe como é o relacionamento, digo como era o relacionamento entre o casal, mas que na ladeira onde mora todos comentam as constantes brigas que existiam entre o casal...

**Sentença:** Pronunciado, através de sentença, foi designada data para ser submetido a julgamento pelo Tribunal do Júri, quando veio aos autos a certidão, que noticia a morte do réu. Diante falecimento do réu foi extinta a punibilidade.

#### **b) Caso ocorrido em 25 de janeiro 1996**

Consta dos autos do Inquérito Policial em anexo, que no dia 25 de janeiro de 1996, por volta das 13:00h, na localidade denominada de Quebra Bunda, situado nesta cidade, a vítima, ex-companheira do acusado, quando subia a ladeira do Quebra Bunda, em companhia de um amigo, foi abordada pelo denunciado, alegando que queria conversar com a mesma, sem a presença do amigo-acompanhante.

A vítima, como já havia sido ameaçada de morte anteriormente, por diversas vezes pelo denunciado, recusou-se a conversar com o mesmo e nem tão pouco, permitiu que o amigo se afastasse de sua companhia.

Diante da recusa da vítima, o denunciado puxou uma faca da cintura e desferiu duas facadas na vítima, sendo que os golpes atingiram a região torácica e abdominal, conforme positivo o laudo de Exame Cadavérico, de fls. 34/35 do Inquérito Policial.

**Sentença:** O réu foi julgado e condenado a oito anos e três meses de prisão, inicialmente em regime fechado.

#### **c) Caso ocorrido em 13 de junho 2008**

Instaurado Inquérito Policial mediante Auto de Prisão em Flagrante pelo fato de ter no dia 13 de junho de 2008, o réu ter agredido fisicamente a companheira, no interior da casa de seus genitores, sendo, logo em seguida, localizado pelos Policiais Militares na rua do Fogo, onde fora flagrado ameaçando a vítima.

**Testemunha A** (PM destacado no segundo pelotão): Afirma estar de plantão quando foi solicitado pelo irmão do réu que informou que o mesmo tinha agredido fisicamente sua companheira. Após tomar conhecimento do ocorrido, juntamente com a guarnição policial se dirigiu para o local. O réu resistiu à condução, sendo usada a força necessária, tendo o mesmo ameaçado a guarnição de morte.

**Testemunha B** (Agente da Polícia): Conta que a guarnição da Polícia Militar apresentou preso à pessoa do réu em razão do mesmo ter agredido fisicamente sua companheira, na residência de seus pais (do réu). “Nesta delegacia agrediu moralmente o Policial Militar e o ameaçou várias vezes de morte dizendo que o tempo do policial vivo era o tempo que iria ficar nesta Depol, fato que ocorreu na presença de várias pessoas e da guarnição.”

**Réu:** Relata ter discutido com trocas de ofensas morais a companheira em razão da mesma está querendo sair para rua a fim de obter dinheiro provavelmente para comprar drogas. Informa que não agrediu, só empurrou. Conta ainda que logo depois foi abordado pelos policiais militares e nesse momento empurrou o Sargento e o desacatou, fato que também ocorreu na delegacia, na presença de pessoas, tendo ameaçado dizendo que quando saísse o Sargento terá que se mudar, mas só fez porque estava com raiva. Que faz uso de maconha na casa de sua mãe, na parte de cima da casa. Que há um tempo o interrogado procurou para comprar uma arma de fogo para se defender, pois uma pessoa lhe deu um tiro, mas não encontrou a arma.

Foi perguntado ao réu porque ele resistiu à prisão e o mesmo respondeu que teve medo de apanhar. O réu apresentava antecedentes criminais, pois já havia cumprido pena por tráfico de drogas e roubo.

**Vítima:** Disse que convive com o réu há dois anos e hoje pela manhã (dia em que ocorreu o fato) não sabe precisar o horário, discutiu porque a declarante queria sair para casa de sua mãe, e o réu não concordou e lhe deu um empurrão na presença da mãe dele. Na semana passada houve uma briga e o réu falou que ia pegar uma arma para lhe matar, ameaça que se repetia várias vezes. Que o companheiro não está agindo corretamente, está com ciúmes e lhe causando problemas. Que deseja se separar porque não está agüentando, mas teme pela sua vida em razão das ameaças.

**Testemunha C** (irmão do réu): Disse que estava em sua residência, quando recebeu um telefonema de parentes informando da briga e pedindo que levasse à polícia, o que foi atendido. Quando chegou na casa de seu pai, o réu e a vítima já haviam sido conduzidos para a delegacia. O declarante afirma que sua genitora alega que os dois envolvidos (réu e vítima) são usuários de

drogas (fazem uso na residência da mãe do réu, segundo informações da própria) e brigam constantemente.

**Sentença:** em andamento.

#### **d) Caso ocorrido em 21 de setembro de 2008**

Consta nos autos do inquérito (em anexo) que às 10:00 h 30min do dia 21 de setembro de 2008 a pessoa de J. R. S, por infração ao art. 129 do CP, c/c art. 7, I e II, da lei número 11.340/2006, haja visto ter sido surpreendido logo após haver agredido fisicamente a pessoa de M. C. M, fato ocorrido na madrugada desta data, na residência da vítima, situado no alto do jenipapeiro, neste município. Deliberou a autoridade policial por ratificar a voz de prisão dada pelo condutor e, após cientificar o preso quanto aos seus direitos individuais previstos no artigo 5 da constituição federal (em especial os de receber assistência de familiares ou de advogado que indicar, de não ser identificado criminalmente senão nas hipóteses legais, de ter respeitadas suas integridades física e moral, de manter-se em silêncio e/ou declinar informações que reputar úteis á sua autodefesa, de conhecer a identidade do autor de sua prisão e, se admita, prestar fiança e livrar-se solto).

**Testemunha A:** Afirma que no dia do fato ocorrido estava compondo a guarnição do pelotão de Cachoeira, composta também pelo sargento V.P, quando por volta das 03h da madrugada foram informados pelo pelotão, via rádio, de que populares teriam informado, via “190”, de que um homem teria espancado sua companheira, fato ocorrido no Alto do jenipapeiro. Que, então, a guarnição deslocou-se para aquele local, onde constataram a veracidade da denúncia, sendo que a vítima fora identificada como M.C.M, de 40 anos de idade, a qual, após ter sido espancada por seu companheiro, fora socorrida por vizinhos, que a levaram para casa dela; que a vítima encontrava-se despida, e com graves ferimentos pelo corpo, visto que a mesma não conseguia andar; que o companheiro da vítima, fora preso pela guarnição no interior da casa da vítima; que após alguns vizinhos terem vestido a vítima, esta fora socorrida ao hospital local, bem como o agressor fora preso e levado ao xadrez da viatura policial; que o médico que atendeu M. C. M (a vítima) informou-lhes que o estado da vítima era grave, pois a mesma teria que ser transferida



para um hospital em Salvador; que, em seguida, a guarnição conduziu o réu para a delegacia; que este alegou que espancou a companheira pelo fato de tê-la flagrado, na cama, com outro homem. E mais não disse e não lhe foi perguntado.

**Testemunha B:** Nada acrescentou de novo que não tenha sido declarado pela testemunha A.

**Testemunha C:** Informa que estava de plantão na delegacia, onde por volta das 04:40h, fora apresentado, pelos policiais militares, o réu, preso em flagrante delito, por haver espancado violentamente a sua companheira, de 40 anos, que teria sido transferida para um hospital, em Salvador, face às gravidades das lesões que sofrera.

**Réu:** Afirma que convivia maritalmente, por 3 anos, com a vítima, com quem mantinha um relacionamento estável, apesar de ultimamente ambos estarem morando em casas separadas; que, há algumas semanas o interrogado estava desconfiado de que sua companheira o estivesse traindo com outro homem; que, então, no intuito de flagrá-la em adultério, resolveu ir para a casa dela mais tarde, e, por volta das 2h da madrugada de hoje, dirigiu-se a casa dela, situada no Alto do jenipapeiro, onde, ao encostar-se á porta da casa, ouviu gemidos e balanço de cama, desconfiado que a vítima estivesse com outro homem na cama resolveu entrar na casa pelas portas dos fundos, cujo ferrolho seria fácil de ser aberto, e então, ao empurrá-lo avistou a vítima mantendo relação sexual com um vizinho, sendo que os mesmos, ao ouvirem o barulho da porta, saíram correndo, momento em que o interrogado conseguiu segurar a vítima em frente a residência, onde agrediu a socos; que os vizinhos socorreram a vítima levando-a para dentro de casa, e posteriormente, policiais militares chegaram ao local, onde socorreram a vítima, levando-a ao hospital local, no interior da viatura, sendo que o interrogado também fora levado pelos policiais; que, após o médico ter informado aos policiais que a situação da vítima era grave, visto que a mesma teria que ser transferida para Salvador, o interrogado agiu violentamente contra a vítima porque ficou nervoso no momento em que a flagrou na cama com outro homem; que posteriormente, o interrogado arrependeu-se do ato impensado que fizera contra sua companheira; que nunca fora preso e processado.

**Vítima:** Declara que conviveu maritalmente, por 3 anos, com o réu, e há mais de um ano, ambos estavam morando em casas separadas, no entanto, ambos ainda mantinham relacionamento íntimo; que, havia oito dias, a declarante resolveu terminar definitivamente a relação; que na madrugada de 21 de setembro, por volta das 3 da manhã, a declarante, que dormia em casa, sozinha, acordou assustada com um barulho vindo do fundo do quintal, e, então, a mesma levantou-se para ver o que acontecia; que naquele momento, o réu arrombou a porta do fundo, e passou a agredi-la, a socos e pontapés; que o réu a levou para parte externa da casa, e a jogou de uma ribanceira, continuando a agredi-la, dando-lhes socos; que a declarante não lembra de mais nada, apenas que fora levada, por vizinhos, para o hospital local, de onde foi transferida para o hospital geral do estado, em Salvador, onde realizou alguns exames e foi medicada, tendo recebido alta no final da manhã do dia 21 de setembro; a declarante afirma também que, na ocasião em que foi agredida pelo companheiro, não estava com homem algum na cama; que acredita que o réu tenha a espancado pelo fato de a mesma ter terminado o relacionamento entre ambos; que acredita que o réu tenha tentado matá-la; que, há cerca de 2 anos, quando o casal ainda conviviam juntos, e moravam na rua Barão de Nagé, ele tentou matá-la com uma faca, tendo a declarante registrado uma queixa na delegacia, mas posteriormente, a mesma retirou a queixa.

**Testemunha D** (a vizinha): Relatou que reside na casa situada no primeiro andar a da casa da vítima; que, naquela ocasião, a depoente dormia em sua residência, e, pela madrugada, acordou assustada, juntamente com seu marido, devido a gritos de socorro, vindos da casa da vítima; que, quando se levantou e foi ver o que acontecia, avistou a vítima caída numa ribanceira, ferida; que, então, o seu marido foi socorrê-la e a levou para casa dela; que a vítima estava apenas com uma camisola, e bastante machucada; que, então, a depoente deu-lhe um banho e lhe trocou a roupa; que a vítima nada comentava acerca do ocorrido, apenas dizia que não queria que chamassem a polícia. No entanto, prepostos da Polícia Militar já estavam no local, os quais teriam colocado o réu dentro da viatura; que, então, o réu acompanhou os policiais quando os mesmos levaram a vítima ao hospital; que a depoente não sabe informar o motivo que teria levado o réu a espancar a vítima.

**Testemunha E** (vizinho): Nada acrescentou de novo que não tenha sido declarado pela testemunha D.

**Testemunha F** (declarado pelo companheiro da vítima como o amante): O depoente declara que, naquela ocasião, estava bebendo, desde cedo, na casa de sua irmã, onde também funciona um bar, situado ao lado da casa da vítima; que também estava bebendo no bar. Por volta das 1 h da madrugada, a vítima convidou – o para tomar uma cerveja, na casa dela, tendo o depoente aceito o convite, e ido a casa dela, onde os dois estavam sozinhos; que minutos depois, o depoente ouviu um barulho vindo do fundo da casa, e, quando percebeu que o réu havia arrombado a porta; temeroso, o depoente saiu da casa correndo, e foi para a casa de sua mãe, situada ali próximo; que não viu o momento em que o réu teria espancado a vítima, visto que fora para a casa de sua mãe; que nega que estivesse mantendo relação sexual com a vítima, naquela ocasião; que ambos nunca tiveram relacionamento íntimo; que a vítima havia uma semana, comentou que teria terminado o relacionamento com o réu; que, quando este invadiu a porta dos fundos, a vítima estava vestida com um babydoll.

**Sentença:** em andamento.

#### **e) Caso ocorrido em 24 de outubro de 2008**

Foi dado voz de prisão ao réu por infração, em tese, ao art.129 do CP c/c art. 7, e IV, da Lei número 11.340/2006, haja vista ter sido surpreendido logo após haver agredido fisicamente e ameaçado de morte sua companheira, de 35 anos, danificado vários objetos da casa, fato ocorrido em 23 de outubro, por volta das 20:00 h, no povoado da Guaíba, neste município. Deliberou a autoridade policial por ratificar a voz de prisão dada pelo condutor e, após cientificar o preso quanto aos seus direitos individuais previstos no artigo 5 da constituição federal (em especial os de receber assistência de familiares ou de advogado que indicar, de não ser identificado criminalmente senão nas hipóteses legais, de ter respeitadas suas integridades física e moral, de manter-se em silêncio e/ou declinar informações que reputar úteis á sua autodefesa, de conhecer a identidade do autor de sua prisão e, se admita, prestar fiança e livrar-se solto).

**Testemunha A:** Declara que comandava a guarnição da Polícia Militar local, quando por volta das 17:00 h, deslocaram – se para o povoado da Guaíba, onde foram averiguar uma denúncia de que um marido estaria agredindo a companheira; que chegando lá, identificaram o suposto casal. A vítima, a princípio, informou aos policiais que havia sido agredida pelo companheiro. No entanto, a mesma afirmou, posteriormente, que teria se ferido no momento em que teria pulado uma cerca, correndo do seu companheiro, que estaria com uma picareta; que, ante ao pedido dos policiais de conduzir o casal para a delegacia, onde seria formalizada a queixa, a vítima recusou-se em acompanhá-los, dizendo que estava tudo bem, enquanto seu companheiro afirmou que nada faria contra a vítima; que por tal razão a guarnição foi embora do local; que por volta das 20:00 h, novamente receberam uma comunicação, vinda da companhia de Cruz das Almas, pedindo-lhes para retornar ao povoado da Guaíba, onde a vítima estaria sendo ameaçada pelo companheiro; que, então, a guarnição retornou ao local, onde encontraram o réu retornando da casa da sogra, carregando um cão pitbul, e xingando a vítima; que esta, por sua vez, ao vir os policiais, aproximou-se, alegando que teria sido agredida na barriga por seu companheiro, e a mesma pediu à guarnição que a acompanhasse até a casa de sua mãe; que, então, os policiais assim o fizeram, e constataram que a porta da frente estava arrombada, bem como havia duas marcas de facão num armário da casa, que, segundo a mãe da vítima, teria sido causado por seu genro; que, em seguida, a guarnição dirigiu-se para casa da vítima, onde vários objetos estavam danificados, tais como fogão, panelas, etc; que, então a guarnição conduziu o casal até a delegacia; que, dentro da viatura, o réu continuou a ameaçar a companheira, dizendo-lhe: “Quando sair daqui, você vai ver”

**Testemunha B:** Nada acrescentou de novo, que não tenha sido declarado pela testemunha A.

**Vítima:** Declara que conviveu maritalmente, com o réu por três anos, com quem teve um filho, atualmente com três anos de idade; que, devido a constantes agressões e ameaças sofridas, a declarante levou cerca de um ano separada do seu companheiro. Entretanto, há cerca de cinco meses, o réu voltou a morar com a declarante, sob a promessa de que iria mudar, e não voltaria mais a agredi-la. No entanto, há cerca de três meses, o réu voltou a agredi – la e a ameaça – la; que em 23 de outubro, deste ano, por volta das 15:00 h, na sua residência, o réu estava bastante agressivo, principalmente por está bebendo; começou a ameaça – la com um facão, e chegou a

agredi – la, jogando-lhe baldes cheios de água, bem como lhe deu socos; que o réu correu atrás da declarante, armado com picareta, mas não conseguiu alcança – la, pois a mesma escondeu – se na casa de um vizinho; que o réu dirigiu – se, com picareta, para a casa da mãe, à procura da declarante, mas a mesma não estava lá; que, então o réu saiu da casa de sua mãe, e continuou a procura – la; que, posteriormente, prepostos da Polícia Militar chegaram ao local, e conseguiram prende – lo; que o réu é uma pessoa bastante agressiva, inclusive costuma xingar as pessoas da localidade, dizendo que é polícia; que o réu foi expulso da Polícia Militar, há cerca de 20 anos, por ter feito muitas irregularidades; que o réu a agrediu por estar com ciúmes da declarante com um pastor de uma igreja evangélica, onde a mesma costuma freqüentar; que o réu a proíbe de ir para a igreja por ciúmes do pastor; que o réu não exerce atividade laborativa e que é a declarante quem sustenta a casa por conta do mercadinho, situado na sua casa.

**Réu:** Declara que todo tumulto ocorrido foi provocado por sua companheira que teceu comentários na localidade de que o interrogado teria mantido relação sexual com uma mulher, casada. Que a princípio, houve uma briga envolvendo a vítima e a citada mulher; que a vítima voltou para casa com escoriações pelo corpo, que teria sido causado pela mulher citada; que para se vingar de sua algoz, a vítima passou a destelhar a casa de uma irmã da mulher citada, ocasião em que o interrogado a levou para casa, onde a vítima desmaiou; que, quando veio a si, o interrogado tentou convence – la a não procurar confusão. No entanto a vítima continuava a xingar a mulher citada, tendo saído atrás desta; que, minutos depois, a mãe da vítima pediu a alguém para chamar o interrogado, pois a vítima estaria tentando se suicidar; que, então, quando o interrogado foi ver a vítima, na sua casa, a mesma passou a brigar com o interrogado, alegando que o mesmo não teria lhe dado razão no incidente ocorrido com a mulher citada; que o interrogado não danificou a casa de sua sogra, nem tampouco a casa da vítima; que, quando prepostos da Polícia Militar abordaram – no, o interrogado retornava de uma casa de taipa, onde fora pegar sua cadela que havia fugido, e estava no cio; que, em relação à acusação de haver ameaçado a sua companheira com uma picareta, o interrogado informa que o objeto pertencia a alguns rapazes que trabalhavam para uma empresa, os quais havia deixado o objeto no seu mercadinho, sendo que o interrogado o pegou para guarda – lo.

**Sentença:** O réu foi posto em liberdade, condicionado a se afastar do lar conjugal e manter distância mínima de 100 metros e não manter nenhum contato telefônico ou qualquer outro meio de comunicação com a vítima sob pena de pagar a multa fixada em R\$ 1.000,00 (um mil reais).

Ano	Caso A	Caso B	Caso C	Caso D	Caso E
	1995	1996	2008	2008	2008
<b>Início</b>	<b>21 de novembro</b>	<b>25 de janeiro</b>	<b>13 de junho</b>	<b>21 de setembro</b>	<b>24 de outubro</b>
<b>Final</b>	-	-	-	-	-
<b>Característica</b>	Forma lastimável como encontrava o corpo, apresentando queimaduras nas pernas, olhos vazados, com forte odor de carne podre exalando do mesmo	O denunciado puxou uma faca da cintura e desferiu duas facadas na vítima, sendo que os golpes atingiram a região torácica e abdominal, conforme positivo o laudo de Exame Cadavérico	Trocas de ofensas morais a companheira em razão da mesma está querendo sair para rua a fim de obter dinheiro provavelmente para comprar drogas. Informa que não agrediu, só empurrou.	Teria espancado sua companheira, a vítima encontrava-se despida, e com graves ferimentos pelo corpo, visto que a mesma não conseguia andar.	Agredido fisicamente e ameaçado de morte sua companheira, de 35 anos, danificado vários objetos da casa.
<b>Local</b>	Ambiente privado - casa	Ambiente Público – Rua	Ambiente privado - casa	Ambiente privado - casa	Ambiente Privado - casa
<b>Tipo de violência</b>	Lesão corporal dolosa	Lesão corporal dolosa	Outro tipo de lesão corporal	Lesão corporal dolosa	Lesão corporal dolosa
<b>Testemunha</b>	Quatro testemunhas	-	Três testemunhas	Seis testemunhas	Duas testemunhas
<b>Sentença</b>	Diante falecimento do réu foi extinta a punibilidade	O réu foi julgado e condenado a oito anos e três meses de prisão, inicialmente em regime fechado.	Em andamento	Em Andamento	O réu foi posto em liberdade, condicionado a se afastar do lar conjugal e manter distância mínima 100m...

**Quadro 2** – Processos Crimes, Cachoeira, 2008

**Fonte:** Pesquisa de campo, Fórum do Município da Cidade da Cachoeira, 2008.

- **Análise dos processos crimes**

O breve cenário da cidade (descrito no item 4.1), da imagem divulgada para o turista e da paisagem natural, transparece um lugar calmo, belo e histórico para morar e para fazer turismo,

tornando invisível à violência para quem à visita. Os conflitos muitas vezes ocorrem em ambiente privado e são silenciados, por vergonha, por medo e pela vontade de preservar a unidade familiar de comentários, de fofocas e de burburinhos, primeiramente entre os vizinhos e depois entre os amigos e conhecidos. Por se tratar de um local pequeno, as pessoas se relacionam de forma mais próxima, porém de maneira mais tensa, pois todos se conhecem e comentam a vida uns dos outros. Apenas os casos de feminicídio, que chocaram a população vêm a se tornar visível, permanecendo, por um tempo, como assunto comentado pela comunidade. Outros casos, de violência contra mulher, para se tornarem visíveis se faz necessário recorrer à delegacia e registros do CEDEP.

**Tabela 19**

Violência contra mulher em Cachoeira: janeiro a dezembro de 2007

<b>Tipo de Violência</b>	<b>Nº de Ocorrência</b>
Tentativa de Homicídio	1
Lesão corporal dolosa	34
Lesão corporal culposa no trânsito	1
Outras lesões corporais culposas	2
Outros crimes resultantes em lesão corporal	35
Ameaça	55
<b>Total</b>	<b>128</b>

Fonte: CEDEP, 2008 (adaptado)

Mesmo assim, os dados divulgados pelo CEDEP não correspondem à realidade, pois muitas mulheres não denunciam ou retiram a queixa. Nader (2006) menciona que até hoje, muitas mulheres brasileiras ocultam da própria família as investidas agressivas que recebem de seus maridos, pelo medo e pela vergonha que sentem de conviver com um homem que as maltrata e as humilha. Também não as denunciam às autoridades, que pouco fazem para protegê-las.

[...] A vítima, a princípio, informou aos policiais que havia sido agredida pelo companheiro. No entanto, a mesma afirmou, posteriormente, que teria se ferido no momento em que teria pulado uma cerca, correndo do seu companheiro, que estaria com uma picareta; que, ante ao pedido dos policiais de conduzir o casal para a delegacia, onde seria formalizada a queixa, a vítima recusou-se em acompanhá-los, dizendo que estava tudo bem, enquanto seu companheiro afirmou que nada faria contra a vítima; que por tal razão a guarnição foi embora do local; que por volta das 20:00 h, novamente receberam uma comunicação, vinda da companhia de Cruz das Almas, pedindo-lhes para retornar ao povoado da Guaíba, onde a vítima estaria sendo ameaçada pelo companheiro; que, então, a guarnição retornou ao local, onde encontraram o réu retornando da casa da sogra, carregando um cão pitbul, e xingando a vítima; que esta, por sua vez, ao vir os policiais, aproximou-se, alegando que teria sido

agredida na barriga por seu companheiro, e a mesma pediu à guarnição que a acompanhasse até a casa de sua mãe; que, então, os policiais assim o fizeram, e constataram que a porta da frente estava arrombada, bem como havia duas marcas de facão num armário da casa, que, segundo a mãe da vítima, teria sido causado por seu genro [...]. (PROCESSO CRIME, CASO E, 2008).

Segundo Garcia e Cavalcanti (2007), a mulher cede às pressões tanto externas como internas que justificam, pelo menos para ela, desistir da punição estatal ao seu agressor. Essas pressões consistem na influência da ordem patriarcal nas relações sociais de gênero como os simbolismos de uma dominação masculina que cercam essas relações, principalmente as conjugais.

Vale ressaltar que pelo fato de existir uma relação de afetividade e dependência mútua entre vítima e agressor, a maioria das mulheres procura a delegacia de defesa da mulher, apenas para que seu marido receba uma “intimidação” com a esperança de estabelecer laços não mais violentos e mudança no comportamento do mesmo.

As DEAMs têm por atribuição, principal, pelo menos oficialmente, a tarefa de apurar uma série de delitos cometidos contra mulheres e permitir em parte a visibilidade, por parte do Estado e pela sociedade, de mulheres em situação de violência, pois uma parte das mulheres vivem em situação de silêncio ou retiram as queixas.

A DEAM de Salvador foi instalada em 1986, sendo que no caso de Cachoeira não existe uma delegacia especializada e nem funcionárias devidamente sensibilizadas para atender mulheres em situação de violência. Os dados são colhidos e enviados mensalmente ao CEDEP que desde 2004 realiza a estatística de violência de gênero/ano.

[...]A vítima, como já havia sido ameaçada de morte anteriormente, por diversas vezes pelo denunciado, recusou-se a conversar com o mesmo e nem tão pouco, permitiu que o amigo se afastasse de sua companhia. Diante da recusa da vítima, o denunciado puxou uma faca da cintura e desferiu duas facadas na vítima, sendo que os golpes atingiram a região torácica e abdominal[...]. (PROCESSO CRIME, CASO B).

A violência conjugal contra mulher ocorre de forma gradativa: os xingamentos, as ameaças chegam primeiro, evoluindo para lesões corporais e, por fim, ao óbito. Araújo (2002) afirma que a impunidade se dá pela ineficiência de políticas públicas e ineficácia das práticas de intervenção e prevenção. Mantém-se, também, com a cumplicidade silenciosa dos envolvidos: o silêncio da vítima, cuja palavra é confiscada pelo agressor através de ameaças; os silêncios dos demais



parentes não agressores, que fecham os olhos e se omitem de qualquer atitude de proteção da vítima ou de denúncia do agressor; o silêncio dos profissionais que, em nome da ética e do sigilo profissional, se refugiam muitas vezes numa atitude defensiva, negando ou minimizando os efeitos da violência. Segundo Saffioti (2004, p. 88), “[...] na maioria das vezes, o homem é o único provedor do grupo domiciliar. Uma vez preso deixa de sê-lo, configurando-se um problema sem solução, quando a mulher tem muitos filhos pequenos, ficando impedida de trabalhar fora.”

Segundo Araújo (2002), na ausência de um entorno social, familiar, institucional e jurídico que ampare a família após a denúncia, a mesma se vê sob ameaça do total abandono social e privação econômica. Isso se acentua quando as crianças são pequenas, a mãe não trabalha e o sustento da família vem do trabalho do pai que não tem emprego fixo, o que poderia garantir judicialmente o sustento da família. A retirada da denúncia freqüentemente acontece após ameaça do pai de abandonar o trabalho e a família, que não conta com nenhuma ajuda externa, seja do poder público, seja da comunidade seja de outros parentes.

[...] o cunhado era muito ciumento e por isso esfaqueou a esposa com trinta e sete facadas, na residência do casal. (REMEMORIZAÇÃO DE FATOS CHOCANTES, CASO A).

A violência contra a mulher em Cachoeira ganha expressividade e visibilidade social quando acompanhada de morte da vítima com requintes de crueldade ou quando consultados processos crimes.

Apurou-se também que o acusado permaneceu com a vítima em casa, sem lhe prestar qualquer auxílio, ficando ela prostrada em seu leito, em estado de coma, e barbaramente lesionada, tendo sido socorrida por vizinhas que presenciaram a forma lastimável como encontrava o corpo, apresentando queimaduras nas pernas, olhos vazados, com forte odor de carne podre exalando do mesmo, e preocupadas com seu estado de saúde chamaram a Polícia para transferi-la até o hospital. (PROCESSO CRIME, CASO A).

Dos cinco processos crimes observa-se que dois estão em andamento e três foram concluídos; desses três, dois foram julgados: condenado, absolvido e outro extinta a punibilidade diante do falecimento do réu. Quatro dos casos ocorreu em ambiente privado, na casa, e um dos casos ocorreu no ambiente público. Quatro dos casos ocorreu lesão corporal dolosa, seguido de dois óbitos.

[...] o interrogado estava desconfiado de que sua companheira o estivesse traindo com outro homem; que, então, no intuito de flagrá-la em adultério, resolveu ir para a casa dela mais tarde, e, por volta das 2h da madrugada de hoje, dirigiu-se a casa dela, situada no Alto do jenipapeiro, onde, ao encostar-se á porta da casa, ouviu gemidos e balanço de cama, desconfiado que a vítima estivesse com outro homem na cama resolveu entrar na casa pelas portas dos fundos, cujo ferrolho seria fácil de ser aberto, e então, ao empurrá-lo avistou a vítima mantendo relação sexual com um vizinho, sendo que os mesmos, ao ouvirem o barulho da porta, saíram correndo, momento em que o interrogado conseguiu segurar a vítima em frente a residência, onde agrediu a socos; que os vizinhos socorreram a vítima levando-a para dentro de casa[...]. (PROCESSO CRIME, CASO D).

Saffioti (2004) menciona que homens continuam matando suas parceiras, às vezes com requintes de crueldade, esquartejando-as, ateando-lhes fogo, nelas atirando e as deixando tetraplégicas. O julgamento destes criminosos sofre, é óbvio, a influência do sexismo reinante na sociedade, que determina o levantamento de falsas acusações - devassa é a mais comum – contra a assassinada. A vítima é transformada rapidamente em ré, procedimento este que consegue, muitas vezes, absolver o verdadeiro réu.

A seguir, apresentaremos um relato de uma mulher que sofreu violência a fim de tentar penetrar, dentro do possível, na dinâmica do casal e dos demais envolvidos.

## 5.5 MULHER QUE SOFREU VIOLÊNCIA: ENTREVISTA

Em Cachoeira, cidade pequena, onde as pessoas se conhecem e comentam a vida uns dos outros, fiquei sabendo de uma pessoa do sexo feminino que havia sido vítima de violência por parte do marido. Pensei em entrevistá-la e fiz o contato com a mesma através de sua filha. A filha trouxe o recado de sua mãe dizendo que não gostaria de lembrar ou falar do acontecido. Diante desta negativa, a filha se disponibilizou a contar a história da mãe.

Contou que o casal se conheceu quando a mãe tinha 16 anos, namoraram e após alguns anos, casaram-se. Da união nasceram dois filhos, uma menina e depois um menino. A filha conta que desde pequena presenciava o pai bater, chutar, esmurrar, xingar a sua mãe. Conta que os vizinhos, a família da mãe, a família do pai sabia que a mãe dela apanhava, mas não se envolviam. Algumas vezes a avó, por parte de mãe, aconselhava que devesse se separar. Segundo a filha seu pai bebia muito e quando chegava bêbado em casa é que batia na mãe. Conviveram

durante 22 anos em situação de violência, chegando a ser ameaçada de morte, algumas vezes com uma faca. Foi questionado se alguma vez houve denúncia e a filha disse que ninguém nunca denunciou, e sua mãe tinha muito medo diante das ameaças, tinha vergonha por sofrer violência do próprio marido. Algumas vezes disse que o amava muito, que era um homem bom, mas agia daquela forma devido à bebida. A filha mencionou que a mãe só resolveu deixá-lo quando o mesmo foi surpreendido tentando manter relações sexuais com ela (filha), que já estava dormindo, diante do horário avançado. Hoje ela não fala com o pai, diz que não tem pai e se refere a ele como “aquele homem.” Conta que o irmão aprendeu com o pai, pois bate e xinga muito a esposa, brigam bastante, todos na família sabem, assim como os vizinhos, mas também não denunciam. Disse que o pai se converteu a evangélico, casou de novo e já tem outros filhos, porém não sabe dizer se ele continua violento. A mãe também tem alguém e convive com o novo companheiro se respeitando mutuamente.

- **Análise**

Este relato contém os elementos emblemáticos do que o presente trabalho pretende apontar e sugerir medidas de intervenção que venham a minorar tal quadro.

A mulher que sofreu violência conjugal, mesmo separada do marido, recusa-se a dar a entrevista que poderia vir a minorar o sofrimento de outras mulheres, ou seja, perpetuando o silenciamento a que ela esteve sujeita.

A hipótese quanto ao silenciamento é reforçada, neste caso, pelo mesmo estar presente em familiares e vizinhos. A única que tomava alguma posição era a mãe da mãe que, provavelmente, por se preocupar com a filha, sugeria que esta se separasse do marido.

Um elemento que une avó e neta, portanto, é que ambas se posicionaram contra tal violência, a avó ainda se calando publicamente, a neta, filha da violentada, tomando a palavra e saindo, portanto, do silenciamento.

É sugerido como motivo para o silenciamento materno o medo diante de ameaças e do sentimento de vergonha. Ambos os sentimentos são certamente válidos, mas aos quais se deve contrapor a pouca valia de si própria como pessoa digna de direitos. Suportar, i.e., tanto agüentar quanto dar suporte a tal situação durante 22 anos implica que outras dinâmicas estavam envolvidas.

A depoente atribuía à bebida o motivo da agressividade paterna. No entanto, pode-se supor um quadro mais complexo na medida em que pode haver um sentimento de impotência, que se manifesta tanto sob o alcoolismo quanto sob a agressividade, na busca de uma onipotência perdida e, recuperada pela bebida e pela agressão, na fantasia.

Reforçando a co-dependência, seu amor pelo marido era mantido, talvez também numa expectativa mágica de, um dia, ter a relação por ela idealizada.

Tal expectativa é destruída totalmente pelo quase incesto, pois neste momento, o marido ultrapassou um limite que era o seu próprio corpo para invadir o da filha. Neste momento, ela se insurge contra ele e defende a filha.

Talvez seja este posicionamento da mãe que acaba por romper o circuito do silenciamento, libertando a filha de uma posição de inferioridade e de não autoridade para definir os seus próprios caminhos e ter as suas próprias idéias. A filha se torna um sujeito epistêmico, ou seja, alguém capaz de pensar por si própria.

A filha paga um preço alto, pois o rompimento definitivo com o pai “matando-o simbolicamente,” pode acarretar dificuldades na sua própria vida como mulher.

O filho, porém, manifesta o peso de tal “herança”, repetindo o modelo paterno em relação à sua própria esposa. Assim também parentes e vizinhos continuam co-atuando neste drama de modo semelhante, qual seja calando-se.

Portanto, este caso é emblemático não apenas dos casos de violência conjugal, mas do silenciamento que ocorre em outros casos, por exemplo, na violência sexual perpetrada pelo pai contra suas filhas, quando a mãe se cala por motivos de algum modo semelhantes aos apresentados por esta senhora.

A hipótese do silenciamento como algo anterior à violência conjugal está ilustrada neste caso na medida em que ambos, homem e mulher, estão presos em uma mesma malha. Na discussão sobre a participação da mulher que sofre violência, além do preconceito e de uma moral viciosa, está em que o homem é igualmente vítima da agressão por ele cometida. O elemento comum a homem e mulher é a sua incapacidade de mudar o nível da comunicação interpessoal devido à lei maior sob a qual estão submetidos: a do silenciamento.

O elemento que afirma tal hipótese é que ambos, no presente caso, a mulher e o homem, reassumem uma nova vida, com novos companheiros. O homem procurou um apoio em uma igreja evangélica, que proíbe a bebida; a mulher deve sentir grata ao novo companheiro por se ver livre da violência, mas não assume uma atitude “liberta.”

## 5.6 A VIOLÊNCIA CONJUGAL CONTRA MULHER: ESTUDO COM AS CATEGORIAS SÓCIO-ECONÔMICAS DA CIDADE DA CACHOEIRA

O estudo enfrentou dificuldades, devido à ausência de visibilidade da violência conjugal. Diante da necessidade de estudar tal fenômeno, buscou-se fontes indiretas por meio de entrevistas com representantes das principais categorias sócio-econômicas do local estudado.

### 5.6.1 A escola em cachoeira: alunos e professores

Dentre essas fontes, foram incluídos os alunos e professores. A pesquisa foi realizada no Colégio Estadual da Cachoeira, pois se trata do Colégio público mais tradicional, com maior número de corpo docente e discente e possui alunos tanto da sede quanto das microrregiões que compõem o município da cidade da Cachoeira. Trata-se, portanto, de um Colégio referência para a sociedade cachoeirana.

Consideramos que a dinâmica ensino/aprendizagem é fundamental para a formação de uma consciência crítica como cidadão detentor de direitos e deveres. Assim, a ausência ou presença desse tema na escola poderia nos informar sobre o panorama do fenômeno enquanto realidade social, trabalhada, discutida e refletida no ambiente de sala de aula.

A pesquisa foi realizada com alunos do ensino fundamental. Pressupomos que as respostas sobre o que significava violência e se havia presenciado algum tipo de violência entre casais poderiam ser indicadores de relações maritais na família ou no entorno social dos entrevistados.

#### 5.6.1.1 Alunos

“A violência é uma das piores coisas que existe no mundo” (Aluna (o), 2008).

Foram aplicados 34 questionários a alunos do ensino fundamental, sendo que a primeira questão aberta pedia para que fosse escrito o que significava violência (Quadro 3 A). As respostas a esta questão foram classificadas como: causas, conseqüências, avaliação, sinalização, em branco, não classificadas. (Quadro 3B).

#### **Com uma palavra escreva o que você entende por violência**

1.	Uma coisa que não deveria existir, morte
2.	É quando uma pessoa agride outra, por meio físico ou falado
3.	Não gosto de violência. É triste
4.	Espancamento
5.	Maldade
6.	Sufrimento
7.	É tudo que causa morte e outras coisas
8.	Morte
9.	Agressão
10.	Morte
11.	Morte
12.	Imoralidade
13.	Espancar
14.	Espancamento
15.	Violência para mim é algo geral
16.	É algo de muita importância, entre drogas e algo em comum
17.	Bater, matar, roubar
18.	É a pior coisa que pode acontecer

19.	Respondeu, mas passou corretivo em cima da resposta
20.	Atingir a pessoa
21.	Perigo
22.	É uma das piores coisas que existe no mundo
23.	Violência é triste e sofredora para todas as mulheres
24.	Deixou em branco
25.	É agredi outra pessoa indefesa
26.	Tudo que atinge ou ofende outra pessoa
27.	Agressão
28.	Crueldade
29.	Morte
30.	Desigualdade
31.	Machismo
32.	Absurdo
33.	Ato de covardia
34.	Em branco

**Quadro 3 A** – Violência para estudantes, Cachoeira, 2008

**Fonte:** Pesquisa de campo: Colégio Estadual da Cachoeira, 2009.

Três estudantes não responderam e duas respostas, maldade, crueldade e covardia, podiam tanto ser causa: o homem é mau, cruel, covarde; como avaliação; é uma maldade, uma crueldade, uma covardia, ficando fora do quadro classificatório.

As respostas do significado de violência foram: por causas: agressão (9), imoralidade (1), machismo (1), desigualdade (1); por conseqüências: morte (7), sofrimento (1); avaliação; absurdo (1), triste (3), geral (3: importante; bater, matar), pior coisa que pode acontecer (2).

A resposta de sinalização foi: perigo.

Causa		Conseqüência		Avaliação		Não classificadas	
Agressão	9	Morte	6	Geral	3	Maldade	1
Imoralidade	1	Sufrimento	1	Triste	2	Crueldade	1
Machismo	1	–	–	Pior coisa	2	Covardia	1
Desigualdade	1	–	–	Absurdo	1	Em branco	3
<b>TOTAL</b>	<b>12</b>		<b>7</b>		<b>8</b>		<b>6</b>

**Quadro 3 B** – Violência para estudantes, Cachoeira, 2008

**Fonte:** Pesquisa de campo: Colégio Estadual da Cachoeira, 2009.

32 alunos acham que existe violência em Cachoeira, 23 já a presenciou, sendo esta de ordem principalmente física, e moral, nenhum participante concorda com a existência da violência; 29 nunca executou algum trabalho na escola relacionado ao tema e 14 avaliam que a escola não dá importância ao tema, enquanto apenas 4 acredita que a escola se ocupa dele; 21 já ouviram falar da Lei Maria da Penha e 21 nunca teve contato com material.

- **Análise**

Do total de respostas, pode-se perceber uma associação da violência a experiências pessoais, sendo a resposta: “perigo”, a que mais evidencia tal vivência. Porém, as respostas de “morte”, “sofrimento”, “triste”, “espancamento (3)”, “agredir alguém indefeso”, indicam que o jovem vivenciou a situação mencionada.

Apenas cinco respostas apenas mostram uma elaboração mais “intelectual”: machismo, desigualdade, imoralidade, agressão por meio físico ou falado, tudo que atinge ou ofende outra pessoa.

Pode-se também deduzir que a violência é compreendida mais em termos de suas causas do que por suas consequências, mas a resposta “morte” revela uma associação extremada entre os dois termos.

As respostas classificadas como “avaliação” denotam um conteúdo mais emocional. Portanto, deduz-se destas respostas ao que é violência que os jovens a vivenciam sem ter oportunidade de pensar e discutir a respeito.

Com referência ao questionário aplicado aos estudantes, depreende-se que a maioria dos alunos já presenciou violência física contra mulher. Eles sabem que a violência existe, sendo esta inexistente, ou muito pouco explorada, como temática, nesta escola: a maioria dos alunos (21) responde que não tiveram contato com material acadêmico, na escola, sobre a violência conjugal contra mulher, ou oriundo de outra fonte. Porém, vários têm conhecimento da Lei Maria da



Penha, o que indica certa defasagem entre o que conhecem, por experiência ou informação, e como estão sendo consideradas enquanto cidadãos em desenvolvimento, pelas autoridades, escolares e/ou outras.

#### 5.6.1.2 Professores

Tomei conhecimento em todos estes âmbitos e mais alguns. Demonstrei sempre minha indignação e protestei nunca me omitindo... Em todas as oportunidades procurei colocar minha gotinha de água. Violência para mim é coação sobre um ser vivo, destruindo sua liberdade e/ou direitos. (PROFESSOR HILTON, 12 de jan. 2009).

A pesquisa foi realizada no mês de janeiro, o que dificultou o acesso aos professores. Por outro lado, o meu convívio como cidadã cachoeirana facilitou ir ao ambiente doméstico desses professores e ser recebida. Os professores queriam falar sobre o assunto e alguns se mostraram incomodados diante da situação de não se falar sobre o tema na escola em estudo, expressando suas dificuldades em expor este tema como pauta de atividade letiva e fazendo questão de não ficar no anonimato conforme o Termo de Consentimento.

Foi aplicado o mesmo questionário aos alunos e professores. Assim como foi feita uma pergunta sobre o que significava violência aos alunos, foi também feita aos professores (Quadro 3C). Participaram da pesquisa seis professores do Colégio Estadual da Cachoeira. Vale ressaltar que, por se tratar de uma localidade do interior, os professores entrevistados lecionam também em outros colégios da rede pública e da rede privada.

#### Com uma palavra escreva o que você entende por violência

1.	É uma falta de respeito
2.	É uma estupidez
3.	Para mim é opressão
4.	Violência é covardia
5.	É coação sobre um ser vivo, destruindo sua liberdade e/ou direitos
6.	É um desrespeito

**Quadro 3 C** – Violência para professores, Cachoeira, 2008

**Fonte:** Pesquisa de campo: Colégio Estadual da Cachoeira, 2009.

Foram entrevistados três professores e três professoras, correspondendo a metade do sexo feminino e metade do sexo masculino, em uma faixa etária que variava de 34 a 68 anos.

Responderam, à questão: Em uma palavra o que significa violência, para você?, com: desrespeito (2), estupidez, opressão, covardia, coação sobre um ser vivo, destruindo sua liberdade e/ou direitos. Assim como os alunos, alguns professores elaboraram uma definição de violência de forma intelectualizada (como nas respostas 1, 2, 4, 5 e 6) e uma expressa um conteúdo emocional (opressão).

Com referência à pergunta se acha que existe violência contra mulher em Cachoeira, os professores foram unânimes: todos responderam que SIM. Quanto a ter presenciado (ou socorrido) algum tipo de violência entre casais, cinco professores afirmaram que SIM, e um professor que NÃO.

Ao se perguntar o tipo de violência presenciada, um participante presenciou a psicológica; vale ressaltar que esta entrevistada, além de trabalhar na docência, é psicóloga atuante na localidade, além de ser socióloga. Outro participante presenciou a física, outro não respondeu, permanecendo em silêncio; dois presenciaram a violência moral e física e um outro entrevistado presenciou violência física, moral, psicológica e financeira.

A violência psicológica aparece como presenciada em quatro dos seis entrevistados; apesar de ser considerada um tipo de violência sutil, por se tratar de um público intelectualizado e esclarecido, a violência pode ser identificada como realidade social. Portanto, os professores sabem que existe a violência contra mulher e já presenciaram mulheres em situação de violência, porém apenas metade deles realizam atividades ou trabalho referente à violência contra mulher e sete deles acham que a escola dá pouca importância ao fenômeno e três avaliam que a escola não dá nenhuma importância ao tema.

Todos os professores conhecem a Lei Maria da Penha, mas quatro deles nunca tiveram contato com material informativo sobre violência doméstica, de gênero, contra mulher através da escola, apenas um afirmou que SIM e um não respondeu.

Os dados coletados nas respostas dos alunos e professores caminham na mesma direção em todos os itens questionados; portanto, a área de educação, o fenômeno estudado permanece em silêncio, pois o tema não é trabalhado, discutido e refletido. Considerando que a escola forma opinião e é uma via importante de conhecimento de direitos e deveres sociais, parece estar contribuindo pouco quando se trata da violência contra mulher. Ela contribui, mesmo sem intenção, para o epistemicídio do fenômeno, isto é, para a morte da capacidade de acesso a um conhecimento gestado pela própria pessoa que, face a isto, apenas pode repetir o que recebe do poder instituído. A violência é mais uma vez silenciada. Assim, a escola em Cachoeira não projeta o fenômeno como realidade social e nem o problematiza.

## **5. 6.2 A Sociedade Civil: Feirantes e Comerciantes**

### **5.6.2.1 Feirantes**

Foram 28 os participantes da Feira de Cachoeira, 14 (a metade) do sexo feminino e 14 (a metade) do sexo masculino. A faixa etária variou entre 18 a 67 anos.

25 dos participantes afirmaram que existe violência contra mulher em Cachoeira, 2 acreditam que não e 1 não respondeu. Com referência a presenciar o fenômeno 15, afirmam positivamente e 13 negativamente. Outro item questionado foi quanto à denúncia: 12 não denunciaram, 14 não responderam, e 2 responderam que denunciaram.

O fato que mais chamou atenção foi o de uma senhora que interferiu na resposta de uma vizinha de barraca, incomodada quando a mesma ficou pensando na resposta referente à existência de violência contra mulher em Cachoeira, dizendo para a colega: “Você ainda pensa? É claro que existe.” Quando foi perguntado à feirante que interveio na resposta da colega, se gostaria de responder o questionário, a mesma se negou, disse que não gostaria de falar sobre o assunto. Outra relatou que não denunciou, por ser sua filha a vítima e esta não queria que denunciasse. Outros depoentes, ao perguntar se existe violência contra mulher em Cachoeira, respondiam: “bastante, é o que mais tem!.”

Deste modo, segundo os feirantes, o fenômeno da violência ficou bem evidenciado, assim como a ambivalência e a complexidade a ele relacionada.

#### 5.6.2.2 Comerciantes

Do comércio, foram 50 participantes. Eles responderam ao questionário, sendo que 27 eram do sexo feminino e 23 eram do sexo masculino. A idade variou entre 19 e 75 anos.

Com referência a achar que existe violência contra mulher em Cachoeira, 48 participantes acharam que SIM, enquanto 2 não responderam. No item presenciou ou socorreu, 37 afirmaram que SIM e 13 responderam que NÃO. O tipo de violência mais presenciada foi a física 27.

Quando indagado se, após presenciar/socorrer a mulher em situação de violência, houve a denúncia, obtiveram-se os seguintes resultados: 37 participantes não denunciaram, 9 não responderam e apenas 4 denunciaram.

Dentre os motivos da não denúncia, a maioria não queria se meter por achar que brigas entre casais devem ser resolvidas entre eles.

Acredito que a iniciativa tem que partir de quem sofre a violência. Só se ajuda quem pede ajuda. Se a pessoa que sofre a violência não quiser mudar de vida não adianta nada. Muitas vezes não temos como provar, pois o casal é cúmplice, e depois quem se mete é ainda o errado. Por isso é melhor não se envolver, às vezes acho que a mulher gosta de apanhar. (PARTICIPANTE DA PESQUISA, 2009).

A partir dos dados coletados se percebe que, incluindo os que não denunciam e os que não responderam, são 92% dos comerciantes que se silenciam diante do fenômeno. Estes são considerados um dos principais atores sociais que lidam com o cotidiano da comunidade, ouvindo frequentemente os borburinhos sobre a vida dos outros nos seus estabelecimentos.

### 5.6.3 Saúde

#### 5.6.3.1 Os Médicos

A violência doméstica, a mais comum das violências contra a mulher, deve ser detectada pelo profissional de saúde e encarada como questão de saúde pública. Ângulo-Tuesta ressalta que as mulheres em violência procuram os serviços de saúde por agravos à saúde física, mental e reprodutiva, como consequência dessa agressão, porém os profissionais de saúde têm sérias dificuldades para identificar este fenômeno. A ampla maioria dos casos em que se suspeita de violência, estes não são investigados. As causas dessa 'não percepção' dos casos de violência doméstica deve-se provavelmente a circunstâncias como: despreparo dos profissionais da saúde, desinteresse, falta de tempo para o paciente durante os atendimentos, ater-se somente às lesões físicas, e a uma cultura de que 'em briga de marido e mulher, ninguém mete a colher. (GARBIN et al, 2006, p. 3).

Responderam ao questionário quatro (4) médicos experientes que atuam em clínicas e hospitais, na região, há mais de 10 anos. Esses profissionais foram incluídos devido ao pressuposto de que existem mulheres que sofrem violência física e precisam de um atendimento profissional qualificado. Porém, nenhum médico presenciou ou socorreu mulher em situação de violência. Neste caso, pressupõe-se que a vítima mente com referência à causa dos ferimentos e o médico confia no que a paciente relata, sem contestar ou investigar a etiologia do problema. As consultas rápidas e a ética profissional de não duvidar do que o paciente fala, acreditando nas suas queixas e etiologias, são fatores que podem camuflar esse fenômeno. O que se sabe é que não existe na grade curricular do profissional de saúde uma disciplina que prepare o profissional para lidar com problemas dessa ordem.

Em conversa informal com a enfermeira chefe do posto de saúde de Cachoeira, esta afirmou a inexistência de medidas de políticas públicas direcionadas para a mulher que sofre violência para ser realizada por profissional da saúde.

No entanto, as seqüelas físicas são fatores a ser seriamente considerados no referente à violência contra a mulher, pois podem levar a limitações funcionais, a aposentadorias precoces, onerando os cofres públicos. Portanto a violência contra mulher é uma questão também de saúde pública.

## 5.7 O PODER RELIGIOSO: FREIRAS, PADRE, REPRESENTANTE DA IRMANDADE DA BOA MORTE E CANDOMBLÉ

### 5.7.1 Freiras: Irmãs Sacramentinas e Padre

Acho violência um ato desumano, apesar de ter presenciado violência psicológica e moral. Sempre oriento as pessoas interessadas a fazer a denúncia junto aos órgãos competentes. Com referência à lei Maria da Penha, nunca ouvi falar. (PADRE, 2009).

Do total de seis freiras, cinco foram entrevistadas com idade que variou de 24 a 51 anos. Assim como os alunos e professores, as freiras e o padre também responderam ao questionamento do significado da violência, pois para que um fato seja identificado ele precisa ser conscientemente conhecido.

As freiras responderam à questão: Em uma palavra o que significa violência para você, como: agressividade (2), covardia, fraqueza de espírito e crime.

Após conceituar violência, todas as freiras afirmaram que acreditam que existe violência contra mulher, em Cachoeira, sendo que duas delas já haviam presenciado ou socorrido mulher em situação de violência conjugal. No item denúncia, nenhuma o fez.

Não denunciei porque era em minha casa. Era o meu pai que cometia essa violência física com minha mãe. Presenciei essa realidade desde criança e só acabou com a morte dele, há seis anos. Eu conheço a lei Mara da Penha, é a lei que protege a mulher contra agressão. (FREIRA 1, 2009).

A declaração da participante (36 anos) mostra a lealdade invisível mencionada por Boszormenyi-Nagy e Spark (1994) como um modo de proteger o agressor pelo fato de estar ligado ao mesmo por laços de afetividade. Uma outra freira justifica a não denúncia: “pois a vítima pediu que não fizesse isso e que só precisava desabafar, orientei esta pessoa.”

Não denunciei porque a própria mulher não teve coragem de fazer isso ainda: ela diz que ama muito o marido dela, apesar de tudo. Então, primeiro ela tem que tomar essa coragem para que isto ocorra. Em relação à lei Maria da Penha, eu nunca ouvi falar. (FREIRA 2, 2009).

Para algumas pessoas, como a confissão é considerada sagrada para a Igreja e deve permanecer em segredo, isso traz segurança para revelar segredos. Então o segredo revelado torna-se novamente segredo velado e o ciclo do silenciamento e da violência continuam.

### 5.7.2 Candomblé

O Terreiro entrevistado foi o da Ladeira da Cadeia, sendo que as nove participantes eram do sexo feminino, com faixa etária entre 18 a 49 anos. Todas as participantes acham que existe violência contra mulher, em Cachoeira e oito delas já presenciou ou socorreu mulher em situação de violência conjugal, sendo que cinco do tipo física. O mais interessante é que o candomblé foi à categoria que mais denunciou, correspondendo a seis das participantes.

Eu denunciei porque se todos nós denunciarmos atos violentos entre casais podemos evitar a violência física e moral. Pode não parecer, mas ainda tem pessoas agressivas. Em relação à lei Maria da Penha, eu já ouvi falar. (FILHA DE SANTO, 2009).

Outra Filha de Santo acha que nenhum tipo de violência deve ficar impune, o que mostra uma consciência com referência aos direitos humanos. A cultura afro-descendente é marcante na cidade da Cachoeira: os terreiros, a capoeira, os samba de roda, dentre outras manifestações. O negro traz na sua história a realidade de maus-tratos que talvez o torne menos passivo e mais consciente de que se deve lutar contra a violência. Pressupõe-se que as mulheres do candomblé, por serem influenciadas pela religiosidade e cultura africanas, tornem-se menos passivas, enquanto a religiosidade católica e evangélica tende a influenciar na direção do conformismo da situação em nome da sagrada família.

Os religiosos, portanto, mostraram desconhecer a Lei Maria da Penha. Enquanto as adeptas do Candomblé tenderam a denunciar, os católicos não o fizeram por compromissos com o sigilo ou por considerações outras.

## 5.8 O PODER POLÍTICO: VICE-PREFEITO, SECRETÁRIA DA ASSISTÊNCIA SOCIAL E DE EDUCAÇÃO

### 5.8.1 Vice-Prefeito

O vice-prefeito tem 53 anos e muitos anos de vida pública servindo a comunidade cachoeirana. Por muitas vezes foi vereador e é bem visto pela população local, principalmente no seu reduto (área que possui maior número de eleitores fiéis por dispensar maior atenção a essa comunidade, em serviços sociais: transporte de doentes, dentre outros). Na época da pesquisa, o participante só havia assumido o cargo há um mês. Com referência à temática em estudo, afirmou que nunca

socorreu ou presenciou mulher em situação de violência, porém já ouviu falar da Lei Maria da Penha.

O participante confirma a inexistência de uma delegacia especializada para o atendimento a mulher, mas acredita que o número de casos não justifica a existência da mesma, pois acha que a quantidade de ocorrências é satisfatória, visto que a delegacia tem como titular uma mulher, o que facilitaria a relação entre elas. É importante refletir se a presença de apenas uma mulher criaria uma estrutura operacional sensibilizada capaz de gerar segurança para a denúncia. A delegada precisa muitas vezes realizar atividades no campo e, nestes dias, não estaria presente na delegacia.

O participante também confirma que não existem nem políticas públicas adotadas no município em relação à violência contra mulher nem programas e projetos municipais, porém acredita que o fenômeno poderia ser minimizado através de campanhas esclarecendo direitos e obtendo segurança para denunciar as agressões. Acredita também que a sociedade cachoeirana é INDIFERENTE diante do tema violência contra mulher.

### **5.8.2 Secretária de Assistência Social**

A Secretária de Assistência Social se mostrou muito interessada no tema, vindo à minha casa para conversar sobre o assunto. Ela informou que os programas e projetos municipais que contemplam o fenômeno não existem, mas já estão em pauta para 2009.

Ainda não existe estrutura, como conselho municipal e até mesmo delegacia especializada, com técnicos especializados como psicólogo, assistentes sociais e policiais preparados para este tipo de ocorrência. É uma delegacia que atende um caso de violência contra mulher como um caso comum, mesmo porque não existe a estrutura citada anteriormente, a começar pelo espaço físico e falta de profissionais qualificados. É necessário o engajamento de várias instâncias, como governo, sociedade civil e organizações não governamentais para sustentar uma política de atendimento à mulher vítima de violência. Para minimizar a situação, existem duas hipóteses: através de medidas coercitivas contra os agressores (delegacias e proteção judicial as vítimas) e medidas sócio-educativas, sendo que ambos os casos são trabalhados conjuntamente quando existe denúncia. Para isso, deve existir equipe multidisciplinar e amparo jurídico e social. Com relação ao posicionamento da sociedade cachoeirana diante do tema, acredito que falta debates, diálogos e mais informações; existem mulheres que sofrem violência psicológica ou moral e não sabem que é um ato violento que está acontecendo. Por isso a sociedade deve ser mais informada, a fim de que possa repudiar



qualquer tipo de violência. Acho que o silenciamento pode ser vencido se houver um amparo sócio-jurídico e também por parte da família e parentes das vítimas, que devem encorajar a mulher violentada a fazer a denúncia, tendo seus direitos garantidos. (SECRETARIA DE ASSISTENTE SOCIAL, 2009).

A fala da secretária endoça a hipótese desse trabalho. A ausência de informação gera o epistemicídio, conforme definido por Boaventura Santos (2006) e, conseqüentemente, o não reconhecimento do fenômeno, principalmente do tipo moral e psicológica. Outro item que a participante expõe é a ausência de medidas sócio-educativas. Estas já poderiam estar acontecendo nas escolas se o assunto fosse considerado importante pela instituição de ensino. Verificamos é que o assunto não é trabalhado nas escolas e, quando ocorre, é por iniciativa do professor, que mesmo assim encontra dificuldades.

### **5.8.3 Secretário de Educação**

Foi perguntado ao Secretário de Educação, no cargo desde 2005, 41 anos, como ele enxergava a violência contra mulher em Cachoeira. O mesmo informou que certamente existe, entretanto não aparecem situações explícitas para a sociedade. Acredita que a sociedade ainda situa-se sem conhecimento sobre o tema.

Portanto, segundo as figuras representantes do Poder Público entrevistadas, a sociedade cachoeirana se cala diante dos fatos, percebidos pelo vice-prefeito como indiferença e pela secretária de assistência social através da desinformação da sociedade estudada sobre o tema e pelo Secretário de Educação, como um desconhecimento da sociedade do tema. A anotar também a atitude do vice-prefeito e do secretário de educação, praticamente ignorando a questão, e a de grande envolvimento por parte da Secretária de Assistência Social.

## **5.9 A POLÍCIA: POLÍCIA CIVIL E POLÍCIA MILITAR**

### **5.9.1 Polícia Civil**

A polícia civil em Cachoeira possui seis funcionários concursados, sendo dois agentes cedidos pela prefeitura. Dois agentes apenas se colocaram a disposição para responder o questionário, pois os demais disseram que estavam muito ocupados. Os participantes da pesquisa tinham idade

de 43 e 51 anos e responderam as perguntas com referência à existência de um serviço especializado, dentre outros, para a mulher em situação de violência. Um dos agentes afirmou que não existe delegacia especializada e o outro não respondeu. Ao ser solicitado que justificasse o motivo da inexistência desse serviço específico, ambos não responderam.

A violência contra mulher em Cachoeira está crescendo, devido às drogas, como outros delitos, população crescendo, casamentos precoces. Porém, a delegacia está funcionando de acordo como determina a lei. Para minimizar o problema, deve-se fazer campanhas de orientação. (AGENTE CIVIL, 2009).

A resposta do participante se contradiz no momento em que também afirma as inexistências de: políticas públicas adotadas no município, programas e projetos municipais para a capacitação dos funcionários em relação à lei Maria da Penha e a não atuação nas escolas e grupos comunitários. O mesmo participante afirma que para o silenciamento ser vencido, a justiça deve tratar do assunto com mais seriedade, no cumprimento da lei. O outro participante afirma que não há forma para vencer o silenciamento. Cabe ressaltar que, para atender mulheres em situação de violência, há necessidade de aprimoramento profissional, através da capacitação dos funcionários e de uma mentalidade consciente da necessidade de uma escuta sensibilizada. Para orientar a vítima, o agente precisa conhecer a lei, e a garantia da aplicação da mesma é outro entrave que muitas vezes mantém a impunidade e contribui para a retirada da queixa pela vítima. Portanto, as fontes oficiais tornam-se pouco fidedignas para permitir perceber a dimensão da violência contra mulher em Cachoeira, pois os dados também são silenciados. E a invisibilidade da violência contra mulher continua também na delegacia de polícia.

### 5.9.2 Polícia Militar

Em relação aos policiais militares, três eram do sexo feminino e quatro do sexo masculino. Seis deles presenciaram ou socorreram mulher em situação de violência, sendo que um não respondeu a questão. Quanto à denúncia, as respostas dos participantes foram as seguintes:

1. Não	“Porque a pessoa que aconteceu a violência não gosta que denunciem o seu parceiro”
2. Não	“Minha função foi orientar a vítima”
3. Não	“Não gosto de me meter na vida das pessoas”

4. Sim	“Porque no momento em que aconteceu a agressão eu estava exercendo minha função de polícia militar”
5. Sim	“Por estar de serviço, eu conduzi ambos para a delegacia”
6. Sim	“Uma ação sempre tem uma reação. Em cumprimento do dever de um policial”
7. Sim	“Qualquer pessoa deve e pode agir, nos casos em que me refiro estava cumprindo o dever como policial.”

**Quadro 4** – Respostas dos policiais militares à questão de terem denunciado a violência contra a mulher e o motivo da denúncia, Cachoeira, 2009

As respostas 1, 2 e 3 parecem ser dadas pela população civil e não por policiais comprometidos com o bem estar social. O fato de não gostar de se meter na vida dos outros, por exemplo, significa ignorar para um fenômeno social, muitas vezes chocante diante das lesões corporais da vítima. A polícia militar lida com a violência e sabe aonde a mesma pode levar, donde o espanto ante as respostas dadas acima. Isso pode ser fruto de um descompromisso com a sociedade ou de uma blindagem emocional que leva à falta de sensibilidade diante dos fatos ou de um despreparo para lidar com um problema tão grave. O fato chocante é que a polícia militar parece despreparada não apenas como profissionais responsáveis pela segurança pública, mas profissionais que demonstram uma fragilidade enquanto exercício do ser cidadão. Vale refletir se a omissão ante o fenômeno, por parte da polícia, não é mais violenta do que a própria violência perpetrada pelo marido/companheiro. O despreparo em lidar com a situação parece evidente.

#### 5.10 ANÁLISE QUANTITATIVA DAS ENTREVISTAS

Neste item, apresentaremos os dados elaborados a partir do programa estatístico Statistical Package for the Social Sciences 16.0 (SPSS), que permite trabalhar os dados quantitativos de forma estatística e, ao mesmo tempo, fazer os cruzamentos que se fizerem necessários. Esse é um estudo de campo exploratório objetivando que diversas categorias sócio-econômicas da sociedade cachoeirana fossem “ouvidas,” por meio de respostas colhidas pela aplicação de um questionário semi-estruturado (Apêndice 2 – Questionário II).

Conforme apontado no percurso metodológico, procurou-se obter um levantamento do posicionamento de vários segmentos representativos da sociedade cachoeirense, sem contudo,

objetivar uma representatividade estatística. Responderam ao questionário sessenta e três mulheres (56,2%) e quarenta e nove homens (43,8), totalizando 112 participantes (Tabela 20).

**Tabela 20**

Sexo dos participantes da pesquisa, Cachoeira, 2009

<b>Sexo</b>	<b>Frequência</b>	<b>Porcentagem %</b>
Mulher	63	56,2
Homem	49	43,8
Total	112	11,0

**Fonte:** Pesquisa de campo: Categorias sócio-profissionais da Cachoeira, 2009.

Foram considerados, para fins da análise quantitativa, apenas 112 entrevistados que responderam a um mesmo questionário, estando dele excluídos os estudantes (N = 34) e professores (N = 6), que responderam também a outras questões. Embora havendo uma superioridade numérica de mulheres, e poucas pessoas idosas, há um certo equilíbrio quanto a sexo e idade na amostra.

**Os entrevistados foram captados por pertencerem a categorias sociais e econômicas** - denominadas, na pesquisa, função dos participantes (Tabela 21) abrangendo as seguintes funções: religioso católico, yalorixá (idoso de 102 anos, membro da Irmandade da Boa Morte), candomblé, políticos, médicos e segurança pública.

**Tabela 21**

Função do participante, Cachoeira, 2009

<b>Participantes</b>	<b>Frequência</b>	<b>Porcentagem</b>
Religioso católico	9	8,0
Yalorixá - Irmandade da Boa Morte	1	9,0
Candomblé	9	8,0
Políticos	3	2,7
Comerciantes	79	70,5
Médicos	4	3,6
Segurança Pública	7	6,2
Total	112	100,0

**Fonte:** Pesquisa de campo: Categorias sócio-profissionais da Cachoeira, 2009.

Os representantes do grupo religioso católico foram o padre, as irmãs sacramentinas e algumas beatas. As freiras são as responsáveis pelo colégio sacramentinas, instituição particular, tradicional e católica, que oferece serviços de ensino para alunos do jardim (a partir de dois anos de idade) até a oitava série do primeiro grau. Atualmente, funciona também como sede temporária para a Universidade do Recôncavo. Segundo a madre superior, existiam seis irmãs, das quais cinco participaram da pesquisa.

Yalorixá é um título dado para designar que a pessoa é “Mãe de Santo.” A yalorixá que participou da pesquisa é membro antiga da Irmandade da Boa Morte. Tem 102 anos e contou que atualmente só existe em torno de trinta mulheres que permanecem como membro dessa Irmandade. Durante a aplicação do questionário, informou que a Irmandade veio da África e se instalou inicialmente na Barroquinha, na cidade de Salvador; porém, devido ao incêndio neste local, a Irmandade foi transferida para Cachoeira, mas sem uma sede própria. Após anos, a prefeitura cedeu uma casa velha, outra foi doada por estrangeiros e outra por uma simpatizante, permitindo que a casa da Irmandade da Boa Morte se tornasse realidade concreta, para a comunidade e para o turista. A Irmandade da Boa Morte é uma manifestação cultural secular e marca tradições herdadas da influência negra em Cachoeira, desde a época da escravidão.

O terreiro de candomblé que participou da pesquisa se localiza na ladeira da cadeia e é composto por muitos membros, porém distribuídos pelo Estado, reunindo-se apenas quando há eventos ou trabalhos específicos. A Mãe de Santo informou que, morando em Cachoeira, só há dez Filhos de Santo, dos quais nove participaram da pesquisa.

Dentre os políticos que participaram da pesquisa, foram entrevistados: o Vice-Prefeito, o Secretário de Educação e a Secretária de Assistência Social. Foi solicitado aos vereadores que respondessem ao questionário, sem êxito.

O comércio participou da pesquisa através da voz dos empresários e funcionários, bem como de feirantes. A área comercial de Cachoeira fica na rua Lauro de Freitas e na Praça Maciel. Os feirantes armam suas barracas no sábado e na quarta-feira, dia em foi realizada a pesquisa.

Com referência aos médicos, quatro participaram da entrevista. Esses profissionais trabalham em Clínica e no Hospital Santa Casa de Misericórdia, na cidade de Cachoeira. São profissionais que dão assistência há muito tempo a comunidade local e circunvizinhas.

Compondo os profissionais da Segurança Pública que participaram da pesquisa, pudemos contar com membros da polícia civil e da polícia militar. A delegada foi também solicitada a responder o questionário, mas estava de férias. Por ocasião da realização da entrevista na Delegacia de Polícia, estava apenas um agente civil, pois o seu colega fora averiguar um assalto que ocorreu na porta do Banco, onde um motociclista havia puxado a bolsa de uma mulher quando esta saía do Banco. O agente de polícia civil informou que, no total, eram seis agentes, sendo apenas quatro efetivos e dois emprestados da prefeitura. Participaram da Pesquisa dois desses agentes (33,3%), pois, quanto aos demais, a aplicação do questionário não se realizou: diziam para voltar depois que eles responderiam, o que nunca ocorreu. No caso da Polícia Militar, de aproximadamente 34 policiais, apenas cinco se dispuseram a participar da pesquisa (14,7%).

Portanto, a respeito da composição do grupo participante pode-se dizer ser ela diversificada e abrangente, embora não representativa estatisticamente.

Em relação à idade dos participantes, houve uma variação de dezoito a cento e dois anos, o que permite um amplo espectro de vivências e contextos próprios para cada faixa etária. Além disto, afora os mais idosos, pode-se dizer haver uma distribuição em certa medida equivalente das frequências de idades.

**Tabela 22**

Idade dos Participantes, Cachoeira, 2009

<b>Idade Participantes</b>	<b>Frequência</b>	<b>Porcentagem %</b>
Sem resposta	3	2,7
18-23	33	29,5
24-39	24	12,4
40-50	23	20,50
51-61	19	17,0
62-72	4	3,6
73-83	5	4,5
95,105	1	9
<b>Total</b>	<b>112</b>	<b>100,0</b>

**Fonte:** Pesquisa de campo: Categorias sócio-profissionais da Cachoeira, 2009.

Os participantes foram questionados, dentre outros itens, sobre a existência da violência em Cachoeira. A resposta foi expressiva, considerando que 96.4% achavam que sim e apenas 3.6% achavam que não (Tabela 22), sendo que 64.3% já viram ou socorreram a mulher vitimizada (Tabela 24).

**Tabela 23**

Acredita haver violência contra mulher em Cachoeira, 2009

	<b>Frequência</b>	<b>Porcentagem %</b>
Sim	108	96,4
Não	4	3,6
<b>Total</b>	<b>112</b>	<b>100,0</b>

**Fonte:** Pesquisa de campo: Categorias sócio-profissionais da Cachoeira, 2009.**Tabela 24**

Presenciou violência entre casais, Cachoeira, 2009

	<b>Frequência</b>	<b>Porcentagem %</b>
Sem resposta	1	9
Sim	72	64,3
Não	39	34,8
<b>Total</b>	<b>112</b>	<b>100,0</b>

**Fonte:** Pesquisa de campo: Categorias sócio-profissionais da Cachoeira, 2009.

A violência física foi apontada como a mais vista, atingindo 33.9% (Tabela 24). Pressupõe-se que isto ocorreu devido a ser a mais facilmente identificada, pois deixa marcas físicas e é

explicitamente clara como forma de violência. Porém, 27.7% não responderam, sendo um índice expressivo de omissos e/ou de vozes silenciadas. A violência psicológica e a violência moral juntas aparecem com 0.9%. Podem ser consideradas como violência sutil, pelo fato de serem imperceptíveis aos olhos, marcando a vítima e gerando angústias que precisam ser trabalhadas por profissional qualificado.

**Tabela 25**

Tipo de violência presenciada, Cachoeira, 2009

	Frequência	Valid. Percentagem %
Sem resposta	31	27,7
Psicológica	3	2,7
Moral	10	8,9
Física	38	33,9
Outros	3	2,7
Psicológica e Moral	1	,9
Psicológica e Física	2	1,8
Moral e Física	14	12,5
Psicológica, Moral e Física	9	8,0
Psicológica, Moral, Física e outros	1	,9
Total	112	100,0

**Fonte:** Pesquisa de campo: Categorias sócio-profissionais da Cachoeira, 2009.

Para análise dessas respostas, deverá-se-á levantar a hipótese de que para classificar um tipo de violência que não seja física, há necessidade de uma compreensão prévia do significado do que é violência. Portanto, só se pode identificar um ato violento quando se tem consciência dele. Provavelmente, quando homens chamam suas mulheres de burras, como relatadas por algumas mulheres, as mesmas não identificam este ato como violência moral pois atribuem violência apenas a do tipo física; ou como no caso do processo crime relatado neste trabalho, no qual o marido afirma que não violentou a mulher, apenas a empurrou. A falta de clareza da concepção do que é violência pode ser um ingrediente que contribui para o silenciamento.

Contudo, conforme a Tabela 26, pode-se observar que um maior número de mulheres esteve sensível à percepção do evento do que homens.

**Tabela 26**

Sexo de quem presenciou (ou socorreu) algum tipo de violência entre casais, Cachoeira, 2009



<b>Sexo</b>	<b>Sem resposta</b>	<b>Sim</b>	<b>%</b>	<b>Não</b>	<b>%</b>	<b>Total</b>
Mulher	1	46	73,0	16	25,4	63
Homem	0	26	53,0	23	47,0	49
<b>Total</b>	-	72		39		112

**Fonte:** Pesquisa de campo: Categorias sócio-profissionais da Cachoeira, 2009.

Na Tabela 26, pode-se observar a relação entre a função do participante e a sua declaração de ter presenciado ou socorrido alguma vítima de violência entre casal. As respostas, se não conclusivas, fazem emergir inúmeras questões. Uma delas se refere aos médicos e políticos que declararam nunca ter presenciado tal fato, enquanto, do lado oposto, aparecem os agentes de segurança e os adeptos do Candomblé: enquanto para os primeiros, este seria um resultado esperado dado o seu ofício, devemos indagar porque os adeptos do Candomblé presenciaram mais do que, por exemplo, os católicos, enquanto representantes da saúde e do poder público parecem menos sensíveis ao fenômeno. Quanto aos comerciantes, a sua maioria (65,4%) respondeu positivamente, donde, no geral, há mais pessoas que declararam afirmativamente à questão de ter presenciado violência entre casais do que negativamente.

**Tabela 27**

Função do participante e se presenciou (ou socorreu) violência entre casais, Cachoeira, 2009

<b>Função do Participante da Pesquisa</b>	<b>Sem resposta</b>	<b>Sim</b>	<b>Não</b>	<b>Total</b>
Religioso católico	0	6	3	9
Irmandade da Boa Morte	0	0	1	1
Candomblé	0	8	1	9
Políticos	0	1	2	3
Comerciantes	0	51	28	79
Médicos	0	0	4	4
Segurança Pública	1	6	0	7
<b>Total</b>	1	72	39	112

**Fonte:** Pesquisa de campo: Categorias sócio-profissionais da Cachoeira, 2009.

A seguir, apresentaremos os dados quanto à denúncia da violência. Primeiramente (Tabela 28), poucos a denunciam (15,2%), embora como evidenciado acima, tenham-na presenciado. Mais

importante: 26,8% dos participantes não responderam à questão, evidenciando o silenciamento. Embora haja o dobro de homens que não respondeu, 15,9 das mulheres também optaram por se silenciar totalmente.

**Tabela 28**

Denúncia da violência, Cachoeira, 2009

	<b>Frequência</b>	<b>Porcentagem %</b>
Sem resposta	30	26,8
Sim	17	15,2
Não	65	58,0
<b>Total</b>	<b>112</b>	<b>100,0</b>

Fonte: Pesquisa de campo: Categorias sócio-profissionais da Cachoeira, 2009.

Curiosamente, embora poucos, proporcionalmente mais homens (18,4%) do que mulheres (12,7%) denunciam. A ausência de mulheres tem sido apontada em praticamente todos os estudos na medida em que, mesmo quando denunciam, posteriormente se recusam a dar continuidade à denúncia, pois segundo Vilela e Lago (2007) a vítima tem medo de represália, e segundo Garcia e Cavalcanti (2007) a mulher cede as pressões internas e externas o que faz ela desistir da punição estatal ao seu agressor, o fato é que o ciclo vicioso da violência – silêncio – impunidade se estabelece como realidade social.

**Tabela 29**

Denúncia segundo o sexo, Cachoeira, 2009

<b>Sexo</b>	<b>Sem resposta</b>	<b>Sim</b>	<b>Não</b>	
Mulher	10	8	45	63
Homem	20	9	20	49
<b>Total</b>	<b>30</b>	<b>17</b>	<b>65</b>	<b>112</b>

Fonte: Pesquisa de campo: Categorias sócio-profissionais da Cachoeira, 2009.

Como um elemento positivo desta análise, os mais jovens estão mais ativos quanto à denúncia (21,2% na faixa etária entre 18-28 anos), sendo que, a partir dos 60 anos, praticamente 100% nunca denunciaram (Tabela 30).

**Tabela 30**

Idade dos denunciantes, Cachoeira, 2009

<b>Faixa etária</b>	<b>Sem resposta</b>	<b>Sim</b>	<b>Não</b>	<b>Total</b>
Sem resposta	0	1	2	3
18-28	5	7	21	33
29-39	5	4	15	24
40-50	9	4	10	23
51-61	7	0	12	19
62-72	1	0	3	4
73-83	2	1	2	5
95-105	1	0	0	1
<b>Total</b>	<b>30</b>	<b>17</b>	<b>65</b>	<b>112</b>

**Fonte:** Pesquisa de campo: Categorias sócio-profissionais da Cachoeira, 2009.

Quanto à denúncia e sua relação com a função (Tabela 31), a tabela praticamente se assemelha ao apresentado anteriormente referente ao conhecimento da violência, com duas importantes diferenças: os comerciantes conhecem muito mais do que denunciam: enquanto 65,4% declararam já ter presenciado violência entre o casal, apenas 7,6% a denunciaram. Outra importante diferença, refere-se aos agentes da segurança dos quais, quase a metade (42,8) não a denuncia.

**Tabela 31**

Função do denunciante, Cachoeira, 2009

<b>Função do Participante</b>	<b>Sem resposta</b>	<b>Sim</b>	<b>Não</b>	<b>Total</b>
Religioso católico	0	1	8	9
Yalorixá - Irmandade da Boa Morte	1	0	0	1
Candomblé	0	6	3	9
Políticos	2	0	1	3
Comerciantes	23	6	50	79
Médicos	4	0	0	4
Segurança Pública	0	4	3	7
<b>Total</b>	<b>30</b>	<b>17</b>	<b>65</b>	<b>112</b>

**Fonte:** Pesquisa de campo: Categorias sócio-profissionais da Cachoeira, 2009.

Diante dos números apresentados, fica claro que a sociedade cachoeirana presencia violência contra mulher por parte do marido ou companheiro. Faz-se necessário evidenciar os números dos

que sabem, presenciaram e não denunciam, silenciando-se diante do fato: o número dos que não denunciam corresponde a 58%, porém 26.8% se negaram a responder, o que não deixa de ser uma forma de se posicionar, optando pelo silenciamento. Enfim, são 84.8% dos participantes que não denunciam, apenas silenciam-se. Alguns retiraram sua responsabilidade social afirmando que em “briga de marido e mulher ninguém mete a colher;” ou quem deveria denunciar seria a mulher que sofre a violência e se não faz é porque gosta de apanhar; ou porque não gosta de se meter na vida dos outros; dentre outras.

Ao analisarmos os dados, com o suporte do programa 16.0 SPSS relacionando a função do participante e denúncia, obtemos um grau de significância entre o cruzamento de Phi e Cramer’s de 0,00... , o que mostra a comprova as hipóteses tanto da ocorrência da violência quanto de seu silenciamento.

Finalizando a apresentação dos resultados do presente estudo, há os dados a respeito da Lei Maria da Penha (Tabela 32). A Lei Maria da Penha protege a mulher em situação de violência no ambiente doméstico.

**Tabela 32**

Conhecimento da lei Maria da Penha, Cachoeira, 2009

	<b>Frequência</b>	<b>Porcentagem %</b>
Sem resposta	3	2,7
Sim	100	89,3
Não	9	8,0
<b>Total</b>	<b>112</b>	<b>100,0</b>

**Fonte:** Pesquisa de campo: Categorias sócio-profissionais da Cachoeira, 2009.

89.3% dos entrevistados conhece a Lei (Tabela 32), o que mostra uma sociedade informada de seus direitos, porém omissa diante dos fatos. A denúncia é anônima e pode ser por telefone, mas, mesmo assim, não ocorre em Cachoeira pois este serviço não é disponibilizado para a mulher por não possuir uma delegacia especializada. Portanto, Cachoeira não aplica as políticas públicas existentes no país. Em Cachoeira, o silenciamento não é apenas da mulher vitimizada, mas da

sociedade que vê, mas não enxerga, presença e não identifica e o que não é percebido não se torna verdade e nem realidade, restando apenas o silenciamento.

## **6 CONSIDERAÇÕES FINAIS**

As hipóteses que estruturam este trabalho, conforme expostas inicialmente, foram comprovadas:

1. A violência contra a mulher em Cachoeira existe; 2. A violência contra a mulher em Cachoeira é silenciada.

A violência conjugal é uma temática difícil e complexa, envolvendo, em um mesmo cenário, laços de intimidade e de violência. Trata-se de relações influenciadas pelo jogo de poder, herança, em parte, proveniente do patriarcado. Este não se constitui como justificativa para a violência, mas influencia as relações e contribui para o conformismo e a passividade das mulheres.

As mulheres, antes de tudo, constituem-se como ser social, em decorrência de suas experiências de vida, em uma trajetória única que coincide com a própria pessoa. Por isso, o meio que estão

inseridas configura suas atitudes e comportamentos. A inserção em uma cultura é um princípio organizador de todo ser humano, homem e mulher.

Em Cachoeira, a construção cultural da ausência de medidas sócio-educativas e a falta de estrutura coercitiva especializada contribui para que as mulheres não conheçam o fenômeno, e, portanto, não o identifiquem como realidade. Outros fatores também contribuem para a construção de uma (in)consciência de dominadas, seja através da educação machista dada pelas próprias mulheres, seja pelos relacionamentos co-dependentes, seja pela permissividade atribuída às próprias mulheres, seja pela lealdade invisível. O fato é que emerge uma mulher que se silencia diante da violência sofrida.

A lei Maria da Penha foi implantada para o combate à violência contra mulher no ambiente doméstico, não ampliando esta proteção para o ambiente público. Porém, constitui-se como política pública nacional, assim como as delegacias especializadas para o atendimento à mulher. As DEAMs têm como função tornar visível a violência para o Estado e informar à mulher os direitos a ela conferidos e os serviços disponíveis, como: acompanhar a ofendida para assegurar a retirada de seus pertences do local da ocorrência ou do domicílio familiar, encaminhar a ofendida para o local do atendimento médico, dentre outros.

No caso de Cachoeira, não existe serviço especializado de atendimento à mulher, a delegacia do local atende as diversas queixas. O número de casos registrados de violência contra mulher, fornecidos pelo centro de estatística policial, são poucos, e com certeza não correspondem à realidade, pois existem mulheres que retiram a queixa ou não denunciam por medo e vergonha de expor o que ocorre em ambiente privado. Por se tratar de um local pequeno, as pessoas conhecidas e mais próximas comentariam, expondo a família a uma situação constrangedora.

Face isso, torna-se difícil visualizar a violência conjugal contra a mulher em Cachoeira. Ela tem a cumplicidade dos envolvidos, sendo mantida como segredo para preservar a unidade familiar. A violência somente vem a se tornar revelada quando se recorre aos processos criminais ou à memória da comunidade cachoeirana, que relembra casos que chocaram a sociedade, na época. Vale ressaltar que, para que sejam cumpridas as medidas de políticas públicas, faz-se necessário,

primeiramente, a visibilidade dessa violência, o que depende diretamente da atitude da vítima de sair do silenciamento.

Durante este estudo, ficou claro que não somente a mulher, mas os vários segmentos da sociedade cachoeirana, como: educação (escola), políticos, saúde (médicos), economia (feirantes, comerciantes), religião (padre, freiras, candomblé), do ponto de vista do fenômeno, vivem uma carência de experiências sociais, pois se alienam diante da violência, colocam-se na posição de impotentes, lavando as mãos, transferindo a responsabilidade, exclusivamente para a vítima.

Deste modo, a violência continua acontecendo sem, no entanto, existir de forma significativa para a sociedade cachoeirana; pois a violência é vista de forma diminuída, subtraída e, portanto, ausente na consciência da comunidade. Pressupõe-se que a cumplicidade da sociedade cachoeirana, que sabe que o fenômeno existe, mas o trata como algo menor, não reagindo, não denunciando, contribua para o silenciamento e, conseqüentemente, para a ausência de uma delegacia especializada, para a ausência de medidas educativas objetivando que a comunidade conheça o fenômeno e possa identificá-lo, para a ausência de programas de qualificação dos profissionais responsáveis pela segurança pública, dentre outros.

O conceito de silenciamento implica que ausências são ativamente produzidas como uma forma de ver que subtrai ou diminui o mundo, escondendo a maior parte da riqueza inesgotável das experiências sociais. Não querer ver e valorizar a experiência que nos cerca, leva à alienação, à inconsciência, à ignorância e conseqüentemente, ao silenciamento diante das questões individuais e do mundo.

Como transformar objetos impossíveis em possíveis, e com base neles transformar as ausências em presenças? Como criar uma carência e transformar a falta da experiência social em desperdício da experiência social? Pelo reconhecimento de diferentes práticas e atores sociais, despendando, desresidualizando, desracionalizando, deslocalizando e desproduzindo, ou seja, permitindo que as manifestações silenciadas possam ser ditas, possam ter-existência.

Boaventura enfatizou que a classificação racial e a classificação sexual são manifestações de uma lógica que estabelece a relação de dominação como consequência e não como causa dessa hierarquia. A não existência é produzida sob a forma de inferioridade insuperável porque natural.

Nosso estudo esbarrou em pessoas que abriram canais para o “ainda-não”, para “um futuro de possibilidades plurais e concretas”, “que vão se construindo no presente através das atividades de cuidado”. Vivenciando que o conhecimento é apenas parcial quanto às condições que podem concretizar a possibilidade e o fato de essas condições só existirem parcialmente, abriram para o possível, ampliando o presente, “juntando ao real as possibilidades e expectativas futuras que comporta”.

Desnaturalizar a inferioridade das mulheres; desproduzir as diferenças nas inserções do mercado de trabalho; deslocalizar um machismo e autoritarismo como formas de potência; desracionalizar o destino único da mulher como mãe e seus correlatos; desridualizar diferenças vistas como o diverso e não como o inimigo; e, finalmente, dispensar para que o epistemicídio cesse - são práticas de emergência deste futuro incerto, porém desejado, por mulheres e homens que almejam a felicidade.

Para controlar ou erradicar a violência contra mulher, em Cachoeira, se faz necessária medidas sócio educativas para que a população (re)conheça o fenômeno e possa ser um componente participante contra o fenômeno. A denúncia é um ingrediente fundamental para a visibilidade dessa violência. A partir daí o poder público perceberá a necessidade de uma delegacia especializada e outras medidas. Em Cachoeira há a necessidade urgente de tirar a sociedade da situação de epistemicídio, e conseqüentemente do silenciamento.



## REFERÊNCIAS

ADRIÃO, Karla, TONELI, Maria. Por uma política de acesso aos direitos das mulheres: sujeitos feministas. **Psicologia e Sociedade**, v. 20, n. 3, p. 465- 474, set./dez., 2008. Disponível em: < <http://www6.ufrgs.br/seerpsicsoc/ojs/viewarticle.php?id=455>>. Acesso em: 08 nov. 2008.

AGRESSOR na mira da Justiça. **A Tarde**, Salvador, 8 ago. 2006. p. 20.

ALMEIDA, Jane. **Os paradigmas da submissão**: mulheres, educação e ideologia religiosa - uma perspectiva histórica. Vitória: EDUFES, 2006.

ALVES, J. A. Lindgren. **Os direitos humanos como tema global**. [Brasília]: São Paulo: FUNAG; Perspectiva, 1994, 186 p.

AMARAL, Célia, **Debates de gênero**: a transversalidade do conceito. Ceará: UFC, 2005.

ANDOLFI, Maurizio et al. **O casal em crise**. São Paulo: Summus, 1995.

ANDRADE, Keli Rodrigues de. Violência doméstica/conjugal em Belo Horizonte: uma perspectiva exploratória da vitimização. **Revista Três Pontos**, Belo Horizonte, UFMG, v. 2, n. 2, p. 35-45, 2005.

ANDRADE, Maria José de Souza; TEIXEIRA, Marli Geralda. **Bahia: onde começou o Brasil**. 3. ed. Salvador: IRDEB, 1988. v. 1. 155 p.

ANTON, Iara Camaratta. **A escolha do cônjuge: motivações inconscientes**. Porto Alegre: Sagra, 1991.

AQUINO, Silvia de. **Análise de Delegacias Especiais de Atendimento a Mulher (DEAM'S) em funcionamento no Estado da Bahia em uma Perspectiva de Gênero e Feminista**. 2006. Tese (Doutorado) - Faculdade de Filosofia e Ciências Humanas, Universidade Federal da Bahia, Salvador, 2006. Orientadora: Prof<sup>ª</sup> Dr<sup>ª</sup> Ana Alice Alcantara Costa.

ARAÚJO, Maria de Fátima. Violência e abuso sexual na família. **Psicologia em estudo**. Maringá, v. 7, n. 2, p. 3-11, jul./dez. 2002. Disponível em: <[http://www.scielo.br/scielo.php?pid=S1413-73722002000200002&script=sci\\_arttext](http://www.scielo.br/scielo.php?pid=S1413-73722002000200002&script=sci_arttext)>. Acesso em: out. 2008.

ARNIZÁU, José Joaquim de Almeida e. **Memória Topográfica, histórica comercial e política da Vila da Cachoeira da Província da Bahia**. Salvador: Fundação Maria América da Cruz: Instituto Histórico e Geográfico da Bahia, 1998.

\_\_\_\_\_. Rompendo o silêncio: a violência contra a mulher à luz da esfera pública. In: PASSOS, Elizete Silva; ALVES, Ívia Iracema Duarte; MACEDO, Márcia dos Santos. (Org.). **Metamorfoses: gênero na perspectiva interdisciplinar**. Salvador: EDUFBA, 1997. p. 97-108. (Coleção Bahianas, v. 3).

AZEVEDO, Paulo Ormino David de. **Inventário de Proteção do Acervo Cultural da Bahia**. Volume II e III. Monumentos e Sítios do Recôncavo; Salvador: Secretaria da Indústria e Comércio da Bahia, 1998.

BARROS, Ricardo Paes de; CARVALHO, M; FRANCO, S.S.O. O Índice de desenvolvimento da Família (IDF). In: ACOSTA, Ana R.; VITALE, Maria Amália. (Org.). **Família: redes, laços e políticas públicas**. São Paulo: Cortez, 2005, cap. 3, p. 231-276.

BERTULIO, Dora Lúcia de Lima. **Racismo, violência e direitos humanos: considerações sobre a discriminação de raça e gênero na sociedade brasileira**. 1994. Disponível em: <<http://www.lpp-uerj.net/olped/documentos/2296.pdf>>. Acesso em 10 set. 2008.

BLANES, Denise. Formulação de indicadores de acompanhamento e avaliação de políticas sócio- assistenciais. In: ACOSTA Ana R; VITALE Maria Amália. (Org.). **Família: redes, laços e políticas públicas**. São Paulo: Cortez, 2005.

BLAY, Eva. Violência contra a mulher e políticas públicas. **Estudos Avançados**. São Paulo, v.17, n. 49, p.87-98, 2003.

BOSELLI, Giane. Dimensões da violência contra a mulher: construindo bases de dados. In. COLÓQUIO SOBRE VIOLÊNCIA DE GÊNERO E DIREITOS HUMANOS, 8., 2004, Rio de Janeiro. **Proceedings...** Rio de Janeiro: UFRJ, 2004. Disponível em: <[http://www.cfemea.org.br/pdf/dimensoesdaviolenciacontraamulher\\_gianeboselli.pdf](http://www.cfemea.org.br/pdf/dimensoesdaviolenciacontraamulher_gianeboselli.pdf)>. Acesso em: 23 nov. 2003.

BOSZORMENTY-NAGY, Ivan; SPARK, Geraldine. **Lealtades Invisibles**: Reciprocidad en terapia familiar intergeneracional. Paraguay, Buenos Aires: Amorrortu, 1994.

BOURDIEU, Pierre. **A dominação masculina**. 5 ed. Rio de Janeiro: Bertrand Brasil, 2007.

BRANDÃO, Maria de Azevedo. (Org.). Cidade e Recôncavo da Bahia. In: \_\_\_\_\_. **Recôncavo da Bahia**: sociedade e economia em transição. Salvador: Fundação Casa Jorge Amado, 1998.

BRUSCHINI, Cristina. Uma abordagem sociológica de família. **Rev. Bras. Estudos. População**. São Paulo, v. 6, n.1, p.1-23, jan./jun.1989.

CARVALHO, Maria do Carmo. Família e políticas públicas. São Paulo. In: ACOSTA Ana R; VITALE Maria Amália. (Org.). **Família**: Redes, Laços e Políticas Públicas. São Paulo: Cortez, 2005.

CENTRO DE DOCUMENTAÇÃO E ESTATÍSTICA POLICIAL (CEDEP). **Violência contra mulher**. Dados fornecidos em 31 de agosto de 2006.

CHAUDHARY, Nandita. Peripheral lives, central meanings: the dialogicality of motherhood in Indian society University of Delhi. In: ARIC CONGRESSO DA ASSOCIATION INTERNATIONALE POUR LA RECHERCHE INTERCULTURELLE, 12., 2009, Florianópolis. A ser apresentando em 29 junho a 03 julho de 2009.

DADOS sobre violência contra a mulher são subestimados. **Correio da Bahia**, Salvador, 14 jul. 2006. Aqui Salvador, p. 5.

DICIONÁRIO de Ciências Sociais. Rio de Janeiro: Fundação Getúlio Vargas, 1887.

DURHAM, Eunice. Família e Casamento. In: ENCONTRO NACIONAL DE ESTUDOS POPULACIONAIS, 3., 1982, [S.l.]. **Anais eletrônicos...** [S.l.]: ABEP, 1982. Disponível em: <[http://www.abep.org.br/usuario/GerenciaNavegacao.php?caderno\\_id=076&nivel=1](http://www.abep.org.br/usuario/GerenciaNavegacao.php?caderno_id=076&nivel=1)>. Acesso em 22 mar. 2008.

EFETIVAÇÃO da Lei Maria da Penha. **Folha de São Paulo**, São Paulo, 17 ago. 2008. Opinião. Seção Tendências e Debates.

ELIAS, Norbert. Remarques sur le commerage. **Actes de La recherche em sciences sociales**, [Paris], v. 60, n. 1, p. 23-29, nov. 1985.

FREIRE, Nilcéa. Violência contra a mulher: uma lei necessária. **Folha de S. Paulo**, São Paulo, 6 ago. 2006. Tendências e Debates, p.A-3.

FREIRE, Letícia. **Sociedade já não compactua com violência contra a mulher**. 14 abr. 2009. Disponível em: <<http://mercadoetico.terra.com.br/arquivo/sociedade-ja-nao-compactua-com-violencia-contra-a-mulher/>>. Acesso em: 17 abr. 2009.

FREITAS, Rita de Cássia S. Família e violência: reflexões sobre as mães de Acari. **Psicologia USP**, São Paulo, v.13, n 2, p. 5, 2002.

FUNDAÇÃO PERSEU ABRAMO. **Violência contra a mulher**: pesquisa Fundação Perseu Abramo, 2001. Disponível em: < [http://www.especiais.com.br/pesquisa\\_abramo.pdf](http://www.especiais.com.br/pesquisa_abramo.pdf)>. Acesso em: 10 out. 2008.

GARBIN, Cléa Adas et al. Violência doméstica: análise das lesões em mulheres. **Cadernos de Saúde Pública**, Rio de Janeiro, v. 22, n. 12. p. 2567-2573, dez. 2006.

GARCIA, Anna Paula; CAVALCANTI, Vanessa Ribeiro. Violência doméstica na perspectiva de gênero e políticas públicas. **Rev. brasileira crescimento desenvolvimento humano**, São Paulo, v.17, n.1, p. 39-51, abr. 2007.

GIDDENS Anthony. **A transformação da intimidade**: sexualidade, amor e erotismo nas sociedades modernas. São Paulo: Editora da Universidade Estadual Paulista, 1993.

GIDDENS, Anthony. **Sociologia**. Lisboa: Fundação Calouste Gulbenkian, 2004.

GORENDER, Jacob. **O escravismo Colonial**. São Paulo: Ática, 1988.

GHELER, Ruth. **Mulheres com envolvimento em violência no relacionamento amoroso**. 1996. Dissertação (Mestrado) – Instituto de Psicologia da Universidade de São Paulo, 1996. (Não localizada, porém melhorada)

HEILBORN, Maria. **Vida a dois**: conjugalidade igualitária e identidade sexual. São Paulo: ABEP, 1992.

HITE, Shere. **Relatório Hite sobre a família**: crescendo sob domínio do patriarcado. Rio de Janeiro: Bertrand, 1995.

HOBBSAWN, Eric J. Nações e nacionalismo desde 1780. Rio de Janeiro: Paz e Terra, 1990.

INSTITUTO BRASILEIRO DE GEOGRAFIA E ESTATÍSTICA. **IBGE**. Perfil dos municípios brasileiros. Ministério do Planejamento, Orçamento e Gestão, 2000.

ITABORAÍ, Natalie Reis, A família colonial e a construção do Brasil: vida doméstica e identidade nacional em Gilberto Freyre, Sérgio Buarque de Holanda e Nestor Duarte. **Revista Antropológicas**, [SI], ano 9, n. 1, v. 16, p. 171-196, 2005. Disponível em: < [http://www.ufpe.br/revistaantropologicas/internas/volume16\(1\)/Artigo%207%20\(Nathalie%20Reis%20Itaborai\).pdf](http://www.ufpe.br/revistaantropologicas/internas/volume16(1)/Artigo%207%20(Nathalie%20Reis%20Itaborai).pdf)>. Acesso em: nov. 2008.

JORNAL DO PARAGUAÇU. Cachoeira: Fundação Maria América da Cruz / RECONCENTO O **Centro de Estudos e Memória do Recôncavo**: ano I; n. 1,2,3; 1997; Ano II; números 4 e 5; 1998.

JORNAL DO SENADO. **Mulheres**. Brasília, 31 mar. 6 abr. 2008. Edição especial.

LOUIS, Marrie Victoire. Diga-me: o que significa gênero? **Sociedade e Estado**, set./dez. 2006, vol 21, n 3, p.711-724.

MACHADO, Nilson José. **Notas para uma antropologia da dádiva**. São Paulo: USP, 2004.

MATTOSO, Kátia de Queirós. **A cidade do Salvador e seu mercado no Século XIX**; São Paulo Hucitec; Salvador: Secretaria Municipal de Educação e Cultura; 1978.

MARQUES, Eliza; DAMIÃO, Marina; MELLO, Maria; HERINGER, Rosana. **As mulheres e os Direitos Humanos**. Rio de Janeiro: [S.n.], 2001.

MENEZES, Telma et at. Violência física doméstica e gestação: resultados de um inquérito de puerpério. **Revista Brasileira de Ginecologia e Obstetrícia**, Rio de Janeiro, v. 25, n 5, p. 309-316, 2003. Disponível em: < <http://www.scielo.br/pdf/rbgo/v25n5/16815.pdf>>. Acesso em: 12 jan. 2009.

MORAES, Jô. A origem da opressão à mulher, 8 , **Rev. Presença da mulher**. 5. p 16-18.

NADER, Maria Beatriz. Violência sutil contra a mulher no ambiente doméstico: uma nova abordagem de um velho fenômeno. In: FRANCO, Sebastião Pimentel; SILVA, Gilvan V. da. (Org.). **História, mulher e poder**. Vitória: EDUFES, 2006, p 235-251.

NJAINE, Kathie et al. A produção da (des) informação sobre a violência: análise de uma prática discriminatória. **Cad. Saúde Pública**, Rio de Janeiro, v. 13, n.3, jul./set. 1997.

OLIVEIRA , Darcy. **Mulheres denunciam mais agressões**: Folha de São Paulo, São Paulo, 2001. p. 3.

PEREIRA, Manoel Passos (Org.). **Memória Histórica da Cachoeira**. Salvador: Fundação Maria América da Cruz, 1998.

PEREIRA, Manoel Passos. **Programa Pró-Paraguaçu**. Salvador: UNEB; 2002.

PIOVESAN, Flávia. Ações afirmativas da perspectiva dos direitos humanos. **Cadernos de Pesquisa**, São Paulo, v. 35, n. 124, p. 43-55, jan./abr. 2005. Disponível em: <<http://www.scielo.br/pdf/cp/v35n124/a0435124.pdf>>. Acesso em: 13 jan. 2008.

PORRECA, Wladimir. **Casais católicos em segunda união**: sofrimentos e esperanças. Bauru, SP: Edusc, 2007.

RABINOVICH, E. P. O nascimento psicológico. **Rev. Bras. Crescimento Desenvolvimento Humano**, São Paulo, v. 1, n. 1, p. 54-63, 1991.

REIS, João José. **Domingos Sodré, um Sacerdote Africano: escravidão, liberdade e candomblé na Bahia do século XIX**. São Paulo: Companhia das Letras, 2008.

RIBEIRO, Perla. Mulheres fazem vigília na Piedade. **Correio da Bahia**, Salvador, p. ?, 30 ago. 2006.

RIBEIRO, Sandra Maria Patrício. Escutar Cidadão e Cidade. **Pulsional Revista de Psicanálise**, São Paulo, v. 154, n. 14, p. 91-101, 2002.

ROTEIRO de Cachoeira. Salvador: Departamento de Turismo do Estado da Bahia, 199?.

RUAS, Josefina. **Cartilha da mulher: o direito sagrado de viver sem violência**. Salvador: IPRAJ; Gerência de Impressão e Publicação, 2007.

SAFFIOTI, Heleieth. **Gênero, patriarcado, violência**. São Paulo: Fundação Perseu Abramo, 2004.

SANTOS, Boaventura de Sousa. **Pela mão de Alice**. São Paulo: Cortez, 1995.

SANTOS, Boaventura de Sousa. (Org.). **Conhecimento prudente para uma vida decente: um discurso sobre as ciências revisitado**. 2. ed. São Paulo: Cortez, 2006.

\_\_\_\_\_. **Rearticulando Gênero e classe social**. In: COSTA, A. O.; BRUSCHINI, C. (Orgs.), **Uma questão de gênero**, Rio de Janeiro: Rosa dos Tempos; São Paulo: Fund. Carlos Chagas, 1992, p.:183-215.

SANTOS, Jadson. **Cachoeira III séculos de história e tradição**. Salvador: Contraste, 2001.

SAÚDE gasta cada vez mais com a violência. **A Tarde**, Salvador, 22 jun. 2008. Folha Cidades, p. 4.

SEAGER, Joni. **Atlas del estado de la mujer em el mundo**. [S. l.]: Akal, 2001.

TÁVORA, Ana Cláudia. **Dos direitos humanos aos direitos fundamentais**. Porto Alegre: Livraria do Advogado, 1997.

TAVARES, Luís Henrique Dias. **História da Bahia**. Salvador: UFBA, 1974.

VILLELA, Wilza; LAGO, Tânia. Conquistas e desafios no atendimento das mulheres que sofreram violência sexual, **Cadernos de Saúde pública**, Rio de Janeiro, v. 23 n. 2, p. 471- 475, fev. 2007. Disponível em: < [http://www.ipas.org.br/arquivos/wilza\\_tania.pdf](http://www.ipas.org.br/arquivos/wilza_tania.pdf)>. Acesso em 13 set. 2008.

VÍNCULO mantido. **Correio da Bahia**, Salvador, 10 ago. 2006. p. 8.

VANDELLO et al. Stand by your man: indirect prescriptions for honorable violence and feminine loyalty in Canada, Chile, and the United States. **Journal of Cross-Cultural Psychology**, 2009, n. 40, p. 81-104, 200.

VANDELLO, J. A; COHEN, D. Male honor and female fidelity: implicit cultural scripts that perpetuate violence. **Journal of Personality and Social Psychology**, 2003, n. 84, p. 997-1010.

# APÊNDICE

## APÊNDICE A

### **1 QUESTIONÁRIO – ESTUDANTES DE CACHOEIRA – ENSINO FUNDAMENTAL**

O estudo proposto tem como objetivo investigar as mulheres, do município de Cachoeira – Ba, que sofrem violência do marido ou companheiro, no âmbito doméstico. Serão preservadas em caráter confidencial todas as informações que possam gerar qualquer tipo de exposição dos indivíduos investigados no estudo, conforme os princípios éticos da pesquisa envolvendo seres humanos, estando o mesmo livre para desistir a qualquer momento da presente pesquisa. Decreto n 93.933 outorgado pelo conselho Nacional de Saúde de 14 de janeiro de 1997, resolução n. 196/96 sobre pesquisas envolvendo seres humanos. Venho através deste termo, solicitar a sua



autorização para participar da pesquisa através do preenchimento de um questionário, cuja primeira questão se refere a sua autorização em responder aos questionamentos.

Sua participação é de fundamental importância para o alcance do objetivo proposto, por isso solicito a colaboração no sentido de responder o questionário abaixo.

### **Questionário – estudantes de Cachoeira – ensino fundamental**

1. Em uma palavra escreva o que significa violência, para você.

---

2. Você acha que existe violência contra mulher em Cachoeira?

( ) SIM                      ( ) NÃO

3. Você já presenciou algum tipo de violência entre casais?

( ) SIM                      ( ) NÃO

4. Que tipo de violência você já presenciou?

( ) psicológica              ( ) moral              ( ) física              ( ) outros

5. Você concorda com esta atitude?

( ) SIM                      ( ) NÃO

6. Você já fez na escola alguma atividade ou trabalho referente à violência contra a mulher?

( ) SIM                      ( ) NÃO

7. Na sua opinião qual o grau de importância que a sua escola dá ao tema violência contra mulher?

( ) nenhuma              ( ) pouca              ( ) regular              ( ) muita

8. Você já ouviu falar sobre a lei Maria da Penha?

8. Se através da escola, centro de referência ou instituição pública tomou conhecimento ou teve contato com material sobre violência doméstica, de gênero, contra mulher e sexual?

---

---

## APÊNDICE B

### **QUESTIONÁRIO – COMUNIDADE DE CACHOEIRA – CATEGORIAS SÓCIO ECONÔMICAS**

O estudo proposto tem como objetivo investigar as mulheres, do município de Cachoeira – Ba, que sofrem violência do marido ou companheiro, no âmbito doméstico. Serão preservadas em caráter confidencial todas as informações que possam gerar qualquer tipo de exposição dos indivíduos investigados no estudo, conforme os princípios éticos da pesquisa envolvendo seres humanos, estando o mesmo livre para desistir a qualquer momento da presente pesquisa. Decreto n 93.933 outorgado pelo conselho Nacional de Saúde de 14 de janeiro de 1997, resolução n. 196/96 sobre pesquisas envolvendo seres humanos. Venho através deste termo, solicitar a sua

autorização para participar da pesquisa através do preenchimento de um questionário, cuja primeira questão se refere a sua autorização em responder aos questionamentos.

1. Em uma palavra escreva o que significa violência, para você.

---

2. Você acha que existe violência contra mulher em Cachoeira?

( ) SIM ( ) NÃO

3. Você já presenciou algum tipo de violência entre casais?

( ) SIM ( ) NÃO

4. Que tipo de violência você já presenciou?

( ) psicológica ( ) moral ( ) física ( ) outros

5. Você concorda com esta atitude?

( ) SIM ( ) NÃO

6. No caso de já ter presenciado violência do marido contra mulher. Você denunciou?

( ) SIM ( ) NÃO

7. Justifique sua resposta anterior.

---

---

---

---

---

8. Você já ouviu falar sobre a lei Maria da Penha?

( ) SIM ( ) NÃO